

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO MARANHÃO
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO SOCIOESPACIAL
E REGIONAL
MESTRADO EM DESENVOLVIMENTO SOCIOESPACIAL E REGIONAL

RORAIMA SILVA FERNANDES

**USO E OCUPAÇÃO DESORDENADOS DO SOLO URBANO EM BACABAL,
MARANHÃO: O CASO DO BAIRRO PANTANAL.**

SÃO LUIS - MA
2020

RORAIMA SILVA FERNANDES

**USO E OCUPAÇÃO DESORDENADOS DO SOLO URBANO EM BACABAL,
MARANHÃO: O CASO DO BAIRRO PANTANAL.**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Socioespacial e Regional da Universidade Estadual do Maranhão como requisito para obtenção do título de mestre.

Orientador: Prof. Dr. Carlos Frederico Lago Burnett

SÃO LUIS – MA

2020

FERNANDES, Roraima Silva.

Uso e ocupação desordenados do solo urbano em Bacabal, Maranhão: O caso do bairro Pantanal / Roraima Silva Fernandes. – São Luis, 2020.

167 fls.

Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Socioespacial e Regional, Universidade Estadual do Maranhão (UEMA), 2020.

Orientador: Prof. Dr. Carlos Frederico Lago Burnett.

1. Ocupação desordenada. 2. Solo urbano. 3. Uso e ocupação desordenados. 4. Impacto socioambiental. 5. Preservação. 6. Bacabal. 7. Maranhão.

CDU: 911.375(812.1)

RORAIMA SILVA FERNANDES

**USO E OCUPAÇÃO DESORDENADOS DO SOLO URBANO EM BACABAL,
MARANHÃO: O CASO DO BAIRRO PANTANAL.**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Socioespacial e Regional da Universidade Estadual do Maranhão como requisito para obtenção do título de mestre.

APROVADA EM: ____/____/ 2020

NOTA: _____

.....
Prof. Dr. Carlos Frederico Lago Burnett
(Orientador)
Professor PPDSR - UEMA

.....
Prof. Dr. Alex Oliveira de Souza
(1º examinador)
Professor PPDSR - UEMA

.....
Prof. Dr. Cristiano Nunes Alves
(2º examinador)
Professor PPGEIO - UEMA

“A cotidianidade moderna se resume a uma constante programação de hábitos sempre direcionados para a produção e o consumo, produzindo uma sociedade burocrática de consumo dirigido”.

(Lefebvre, 1980, p. 47).

A “**Deus** pelas maravilhas da vida e por todas as coisas do Céu e da Terra;

Ao meu Fiel Irmão e Amigo “**Jesus Cristo**” por ter-me tomado nos braços nos momentos mais difíceis desse caminho chamado Vida;

A Minha Amiga, Mãe e Protetora “**Nossa Senhora da Fátima**” por estar sempre à minha frente, me protegendo e amparando. Por me fazer sentir que o Seu Manto Misericordioso está sempre envolto em meu corpo e espírito e por todas as Graças alcançadas.

A “**Escrava Anastácia**” que me fez acreditar na continuidade da vida e concebeu-me a graça de poder ter em meus dias, em minha vida, o bem mais precioso que um pai pode querer ter: minha filha Anastácia de Lourdes.

*Ao meu eterno e amado sobrinho “**Ricardo Gomes Moreira**” (in memoriam) pelo seu exemplo de luta pela vida e pela forma como soube fazer do seu sofrimento, milhões de motivos para a felicidade de podermos ter desfrutado de sua companhia. Sua passagem por esta vida será uma lembrança eterna em nossos pensamentos e sentimentos.*

*Aos meus cunhados, “**Expedito Moreira**” (in memoriam) e “**Celso Carlos Batista Gomes**” (in memoriam) exemplos de dignidade e honestidade.*

A “Waldineia Gomes Fernandes”, “Luis do Vale Fernandes Neto” “Caio Arthur Gomes Fernandes” e “Anastácia de Lourdes Gomes Fernandes”: *Colunas fortes do meu viver, razões de minha existência.*

Ao "**Professor Doutor Carlos Frederico Lago Burnett**. sem você, seus conhecimentos, sua paciência e bondade, seria impossível a realização deste ideal.

AGRADECIMENTOS

Em primeiro lugar ao meu **“Deus”**. Pai, Amigo, Fortaleza em quem me refugio. Por todas as permissões que me tem sido dadas. Pela vida, pela vida dos meus filhos, pelos meus filhos, exemplo maior de Tua presença em minha vida: Obrigado meu Pai!

Aos meus pais: **“Luis do Vale Fernandes”** (*in memoriam*) e **“Maria de Lourdes Silva Fernandes”** (*in memoriam*) pelos ensinamentos e preparo para enfrentar as adversidades da vida: Saudades!

A minha esposa **“Waldineia Gomes Fernandes”**, amiga, companheira, anjo da guarda. Pelo incentivo a continuar nesta jornada. Pelo apoio incondicional nos momentos de dificuldades. Pelo mais belo presente que um homem pode receber: meus filhos, e por saber cuidar tão bem deles. Obrigado por você ter surgido em minha vida e ter permanecido nela.

Aos meus filhos: **“Luis do Vale Fernandes Neto, Caio Arthur Gomes Fernandes e Anastácia de Lourdes Gomes Fernandes”**: razões de minha existência. Sol, Lua e Estrelas desse meu universo chamado vida. Obrigado por vocês existirem!

A minha irmã **“Diva Moreira”** e meu cunhado **“Expedito Moreira”** (*in memoriam*): O vento que soprou e nos afastou foi o mesmo que nos reaproximou. O doce sabor da reaproximação é sabor que só quem perdeu conhece.

Aos meus irmãos **“Luis do Vale Fernandes Filho, Ana Ceres Fernandes Gomes, Valdilene de Lourdes Pereira Silva e Diva Ferreira Moreira”** exemplos de dignidade, princípios e moralidade. Os caminhos são incertos, mas o amor que une irmãos, apesar das circunstâncias, sempre será real.

A minha querida amiga e cunhada **“Lucia Maria Lima Gomes Moreira”** que com seus gestos simples, sabe acolher a todos com amor e amizade. Que Deus possa continuar dando-me a permissão de sua companhia.

A minha cunhada “**Marcilene do Vale Fernandes**”: aqui na Terra também existem anjos bons, que cuidam e protegem. Você tem sido um anjo na vida do nosso irmão. Muito obrigado!

Ao casal, “**Lúcia Maria Lima Gomes Moreira**” e “**Ednaldo Moreira**”: Os pequenos gestos mostram quanto é grande o ser humano. Obrigado por vossas grandezas e pelo acolhimento amigo!

As minhas cunhadas “**Ana Maria de Jesus Lima Gomes, Maria do Rosário Lima Gomes, Antonia Maria Lima Gomes e Maria da Conceição Lima Silva**” pela oportunidade do convívio e da reconciliação. Quem espera sempre alcança!

Ao meu orientador, “**Professor Doutor Carlos Frederico Lago Burnett**” exemplo de sabedoria. Meus sinceros agradecimentos pelos sábios ensinamentos e pela grandeza de conhecimentos. Pela orientação precisa. Pela amizade que se construiu ao longo desses meses de orientação. Esta conquista também é sua: Amigo é coisa prá se guardar no lado esquerdo do peito, no lado do coração, bem dentro do coração. Obrigado!

Ao “**Professor Doutor Alex Oliveira de Souza**” pela disposição em colaborar como membro da banca examinadora. Vossas sábias palavras e aconselhamentos precisos durante a qualificação com certeza engrandeceram ainda mais esta nossa proposta. Muito obrigado doutor!

Ao “**Professor Doutor Juarez Soares Diniz**”: a grandeza de um homem se revela na sua mais simples intenção de colaborar com o crescimento de outros. Obrigado por sua valiosa colaboração como membro da banca de qualificação. Suas considerações serviram como reflexão para a melhoria deste trabalho.

Ao “**Professor Doutor Cristiano Nunes Alves**” por aceitar ao convite de participar da banca examinadora do trabalho. Os pequenos gestos revelam a grandiosidade do ser humano. Muito obrigado doutor!

À “**Universidade Estadual do Maranhão**”, instituição que possibilitou a realização deste sonho. .

Ao “**Professor Doutor José Sampaio Mattos Júnior**” por sua capacidade e competência na condução do programa.

Com um carinho todo especial o meu agradecimento à “**Professora Doutora Zulene Muniz Barbosa**”, exemplo de humildade, sabedoria e competência.

Aos “**Professores Doutores e Professoras Doutoradas do PPDSR da Universidade Estadual do Maranhão**” que não mediram esforços em transmitir seus conhecimentos: Uma vez Mestre, levarei comigo a marca e um pedaço de cada um de vocês em minha vida profissional. Meus sinceros agradecimentos aos professores doutores e professoras doutoras, **Antônio José de Araújo Ferreira, Bráulio Roberto de Castro Loureiro, Marivânia Leonor Souza Furtado, Franci Gomes Cardoso, Alan Kardec Gomes Pachêco Filho.**

Às funcionárias do Programa “**Elizete e Gracimila**” pela atenção e disponibilidade.

RESUMO

Trata-se de um estudo que apresenta em sua estrutura, aspectos relacionados ao uso e ocupação do solo urbano com foco à ocupação desordenada, sem ter havido delimitação das áreas de preservação permanente do entorno e sem estudos sobre o impacto que essa ação produziria no ambiente local. Considerando-se o dinamismo espacial, o crescimento urbano de Bacabal e a periferização da cidade, a situação problema do estudo configura-se por: como o uso e ocupação desordenada da área de um bairro de periferia na cidade de Bacabal - Maranhão provocou a degradação do meio ambiente e o comprometimento das áreas de preservação permanente do entorno? O objetivo do estudo é analisar os impactos ambientais gerados pelo uso e ocupação desordenada do solo urbano. A metodologia da pesquisa referenciada neste trabalho é a pesquisa exploratório-descritiva com abordagem qualitativa. Utilizou-se o recurso da pesquisa bibliográfica para a construção do marco teórico. Por tratar-se de um estudo exploratório-descritivo, no desenvolvimento da pesquisa utilizou-se a pesquisa documental como fonte de informação. Nesta etapa da pesquisa foram analisados documentos e arquivos obtidos junto à Secretaria Municipal de Obras e Saneamento e Secretaria Municipal de Meio Ambiente. A partir de informações obtidas a partir da aplicação de questionários e entrevistas junto aos moradores constatou-se a situação em que se encontra o bairro evidenciando-se os impactos socioambientais provocados pela ocupação desordenada. Identificou-se que o processo inicial de ocupação se deu sem planejamento urbano com ocupação de área por pessoas que vieram da zona rural à procura de um espaço para moradia na cidade. Não houve zoneamento do espaço e as ocupações de deram em maiores e menores lotes de acordo com a disponibilidade dos ocupantes em vigiar os terrenos para evitar que outros ocupantes tomassem de conta. Ao final, as medidas compensatórias apresentadas para os impactos socioambientais identificados surgiram inicialmente por iniciativa de entidades de preservação ambiental e grupos de moradores que criaram a associação de moradores do bairro.

Palavras-chave: Solo urbano. Uso e ocupação desordenados. Impacto socioambiental. Bacabal. Maranhão.

ABSTRACT

It is a study that presents in its structure, aspects related to the use and occupation of urban land with a focus on disorderly occupation, without having delimited the areas of permanent preservation of the surroundings and without studies on the impact that this action would produce on the environment local. Considering the spatial dynamism, the urban growth of Bacabal and the periphery of the city, the problem situation of the study is configured by: how the disorderly use and occupation of the area of a peripheral neighborhood in the city of Bacabal - Maranhão caused the degradation of the environment and the commitment of the areas of permanent preservation of the surroundings? The objective of the study is to analyze the environmental impacts generated by the disordered use and occupation of urban soil. The research methodology referenced in this work is exploratory-descriptive research with a qualitative approach. The bibliographic research resource was used to build the theoretical framework. As this is an exploratory-descriptive study, in the development of the research, documentary research was used as a source of information. In this stage of the research, documents and files obtained from the Municipal Secretariat for Works and Sanitation and the Municipal Secretariat for the Environment were analyzed. From information obtained from the application of questionnaires and interviews with residents, the situation in which the neighborhood is found was evidenced, showing the socio-environmental impacts caused by disorderly occupation. It was identified that the initial occupation process took place without urban planning, with area occupation by people who came from the rural area looking for a place to live in the city. There was no zoning of the space and the occupations took place in larger and smaller lots according to the availability of the occupants to monitor the land to prevent other occupants from taking over. In the end, the compensatory measures presented for the identified socioenvironmental impacts arose initially on the initiative of environmental preservation entities and groups of residents who created the neighborhood association.

Keywords: Urban soil. Disordered use and occupation. Socio-environmental impact. Bacabal. Maranhão.

LISTA DE SIGLAS

COHAB	Companhia de Habitação
FRIBAL	Frigorífico Bacabal
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IDHM	Índice de Desenvolvimento Humano do Maranhão
IFMA	Instituto Federal do Maranhão
IMESC	Instituto Maranhense de Estudos Socioeconômicos e Cartográficos
IPEA	Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
ONU	Organização das Nações Unidas
PPDSR	Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Socioespacial e Regional
SUDAM	Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia
SUDENE	Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste
UEMA	Universidade Estadual do Maranhão
UFMA	Universidade Federal do Maranhão

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Região de desenvolvimento do Mearim	36
Figura 2: Fazenda construída por Lourenço da Silva (1876) marco inicial da colonização de Bacabal	37
Figura 3: Lei nº 932 de 17 de abril de 1920.....	39
Figura 4: Art. VI do Decreto-Lei nº 159, de 6 de dezembro de 1938.....	42
Figura 5: Perfil dos municípios brasileiros.....	67
Figura 6: Residências de Bacabal – Cenário da grandeza econômica do município na época do extrativismo do babaçu.....	71
Figura 7: Residências de Bacabal – Cenário da grandeza econômica do município na época do extrativismo do babaçu.....	71
Figura 8: Residências de Bacabal – Cenário da grandeza econômica do município na época do extrativismo do babaçu.....	71
Figura 9: Avenida Park Residence	85
Figura 10: Cidade Jardins	86
Figura 11: Imagem aérea do Residencial Cidade Jardins, novembro de 2016	86
Figura 12: Imagem aérea do Loteamento Residencial Portal das Flores, novembro de 2016	87
Figura 13: Portal das Flores	87
Figura 14: Imagem aérea do Loteamento Green Parque.....	88
Figura 15: Imagem aérea do Loteamento Altos do Mearim	89
Figura 16: Loteamento Colinas de S. Pedro.....	90
Figura 17: Imagem aérea dos Loteamentos Cidade Bella (vermelho) e Cristalle (amarelo).....	91
Figura 18: Imagem aérea dos Loteamentos Santa Marina e Loteamento Santa Luzia.....	92
Figura 19: Imagem aérea do Residencial Terra do Sol	93
Figura 20: Imagem aérea do Residencial Terra do Sol	93
Figura 21: Imagem aérea da área de ocupação desordenada Vila da Paz.....	94
Figura 22: Imagem aérea da área de ocupação desordenada Vila da Paz.....	95
Figura 23: Margens do rio Mearim no bairro Trizidela em Bacabal – MA.....	96
Figura 24: Margens do rio Mearim no bairro Trizidela em Bacabal – MA.....	96

Figura 25: Espaços vazios entre as ocupações Mutirão, Pedro Brito, Frei Solano, Setubal, Areia e Nova Trizidela em Bacabal - MA.....	101
Figura 26: Imagem de uma rua do bairro Pantanal, área de ocupação desordenada na periferia da cidade de Bacabal.....	104
Figura 27: Imagem do contraste de duas casas na Rua Magalhães de Almeida região central da Cidade com apresentação do contraste entre o alto e baixo poder aquisitivo da população.....	105
Figura 28: Imagem via satélite da área do bairro Pantanal em Bacabal - Maranhão.....	115
Figura 29: Imagem das ocupações vizinhas da área do Bairro Pantanal em Bacabal - Maranhão.....	117
Figura 30: Imagem da área do bairro Pantanal próxima aos rios Mearim, Ipixuna e lago da Cigana.....	118
Figura 31: Imagem mais visível da aproximação do espaço ocupado do bairro pantanal ao lago da Cigana.....	119
Figura 32: Imagem da aproximação do espaço ocupado do bairro pantanal ao lago da Cigana em período de seca.....	119
Figura 33: Imagem de uma rua do bairro Pantanal na cidade de Bacabal - Maranhão.....	120
Figura 34: Imagem de uma rua do bairro Pantanal na cidade de Bacabal - Maranhão.....	121
Figura 35: Imagem de uma rua do bairro Pantanal na cidade de Bacabal - Maranhão.....	121
Figura 36: Imagem de uma rua do bairro Pantanal na cidade de Bacabal - Maranhão.....	122
Figura 37: Imagem de uma rua do bairro Pantanal na cidade de Bacabal - Maranhão.....	122
Figura 38: Imagem de um lixão no bairro Pantanal na cidade de Bacabal - Maranhão.....	123
Figura 39: Imagem de um trecho do Rio Mearim no bairro Pantanal na cidade de Bacabal - Maranhão.....	123
Figura 40: Pirâmide etária de Bacabal.....	129
Figura 41: Relação fluxo escolar por faixa etária no município de Bacabal e os dados revelados na pesquisa.....	131

Figura 42: Distribuição de renda do município..... 133

LISTA DE MAPAS

Mapa 1: Região Geográfica Intermediária de Bacabal	34
Mapa 2: Mapa de localização do município de Bacabal	35
Mapa 3: Mapa de localização do Município de São Luis Gonzaga do Maranhão em 1911	40
Mapa 4: Mapa de localização do Município de Bacabal - Maranhão em 1920	41
Mapa 5: Localização de Bacabal	46
Mapa 6: Mapa de localização do município de Bacabal com apresentação do traçado da BR 316	49
Mapa 7: Traçado da Avenida João Alberto com imagens dos empreendimentos da área	55
Mapa 8: Expansão Urbana de Bacabal (MA) entre 1975 a 2015.....	81
Mapa 9: Mapa das áreas representativas da expansão da malha urbana de Bacabal (MA) entre 2008 e 2016.....	83

LISTA DE TABELAS

Tabela 1: Posição da cidade de Bacabal entre as unidades administrativas mais populosas do Maranhão de acordo com os Censos demográficos	53
Tabela : Evolução da população de Bacabal.....	56
Tabela 3: População Total, por Gênero, Rural/Urba - Município - Bacabal – MA.	57
Tabela 4: População dos Censos Demográficos/Brasil – 1960/2010 por população de zona urbana e rural	77
Tabela 5: População dos Censos Demográficos Região Nordeste – 1960/2010 por população de zona urbana e rural – Relação percentual.	78
Tabela 6: Perfil sociodemográfico dos moradores - sexo	128
Tabela 7: Perfil sociodemográfico dos moradores - idade.....	129
Tabela 8: Perfil sociodemográfico dos moradores – relação sexo/idade.....	130
Tabela 9: Perfil sociodemográfico dos moradores – número de pessoas por domicílio	134
Tabela 10: Perfil sociodemográfico dos moradores – pessoas que trabalham no domicílio	134
Tabela 11: Perfil sociodemográfico dos moradores – tempo que residem no bairro	135
Tabela 12: Perfil sociodemográfico dos moradores – condição do imóvel que moram	135
Tabela 13: Impactos ambientais e medidas compensatórias	147
Tabela 14: Propostas de medidas compensatórias aos impactos socioambientais no bairro Pantanal	149

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1: Evolução populacional de Bacabal (1950-2010).....	56
Gráfico 2: Evolução do quantitativo populacional urbano e rural de Bacabal entre as décadas de 1950 e 2010	58

LISTA DE APÊNDICES

Apêndice I: O instrumento de pesquisa – questionário aplicado aos moradores... 162

Apêndice II: O instrumento de pesquisa – entrevista aplicada aos moradores..... 164

LISTA DE ANEXOS

Anexo I: Certidão de Inteiro Teor da área onde hoje se encontra localizado o bairro Pantanal	166
---	-----

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	23
1 O DINAMISMO ESPACIAL DE BACABAL: CONTEXTUALIZAÇÃO REGIONAL E CARACTERIZAÇÃO DO MUNICÍPIO	33
1.1 Um recorte histórico da urbanização de Bacabal: de 1930 aos dias atuais	64
2 A DINÂMICA DO CRESCIMENTO DA CIDADE: A EXPANSÃO DA MALHA URBANA DE BACABAL	75
3 O BAIRRO PANTANAL, ESTUDO DE CASO DA PERIFERIZAÇÃO URBANA EM BACABAL	99
3.1 O crescimento urbano de Bacabal e a periferização da cidade: ênfase ao surgimento de bairros no entorno.....	100
3.2 Uso e ocupação desordenada do solo urbano do bairro Pantanal.....	109
3.3 O processo de ocupação inicial do bairro Pantanal	113
4 UM OLHAR SOBRE OS IMPACTOS SOCIOAMBIENTAIS GERADOS PELO USO E OCUPAÇÃO DESORDENADA DO SOLO URBANO NO BAIRRO PANTANAL EM BACABAL – MARANHÃO	124
4.1 A Pesquisa: resultados e discussão.....	127
4.2 Proposições para um projeto de reestruturação do Bairro Pantanal	148
5 CONCLUSÕES	152
REFERÊNCIAS.....	155
APÊNDICES	
ANEXOS	

INTRODUÇÃO

Considera-se inicialmente acerca da temática que se aborda neste estudo que até poucas décadas atrás nosso país era economicamente agrário com uma população majoritariamente rural. Na atualidade depara-se com a situação onde em cada dez habitantes, oito residem na zona urbana. As cidades se encontram com problemas estruturais que acabam por expor a risco itens como qualidade de vida, meio ambiente em função do crescimento desordenado (em alguns casos, ocupação desordenada) de algumas cidades que tem seu crescimento distanciado de infraestrutura básica e de planejamento urbano, ocasionando a ocupação de áreas de preservação ambiental e a invasão de territórios inadequados que podem vir a se tornar áreas de risco.

O desenvolvimento da economia brasileira promoveu a exclusão social de certa camada da população que não tendo acesso aos recursos ou ao trabalho, derivado da concentração de riquezas e de oportunidades a uma minoria, procurou alternativas de sobrevivência e de moradia na periferia¹ das cidades. Tal fato resultou numa exclusão social de índices consideráveis que produziram ocupações desordenadas, sem planejamento prévio para a ocupação, agravando os problemas sociais urbanos tanto nas grandes cidades quanto nas cidades de médio porte a partir de um cotidiano de violência, criminalização, tráfico de drogas, dentre outros problemas que refletem a realidade de quem vive à margem da sociedade.

Em Bacabal, cidade do interior maranhense, localizada na Região de Planejamento do Mearim a realidade não se distancia da maioria das cidades de médio porte, principalmente do Nordeste brasileiro.

O município de Bacabal encontra-se localizado na região central do Maranhão, drenado pelo curso do Rio Mearim e outros riachos que favorecem a agricultura e a pecuária. Possui uma área de 1.683.074 km² e uma estimativa populacional segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) (2019)

¹ A periferia urbana tem sido usualmente considerada como aquela área da cidade que em termos de localização situa-se nos arredores do espaço urbano. Trata-se de uma faixa periférica que, a cada momento que se considera inclui: a) áreas que se acham urbanizadas e nos limites do espaço urbano contínuo; b) áreas onde a urbanização ainda é incipiente, coexistindo com áreas de agricultura, ora intensiva, ora extensiva, ou então marcada por uma forte esterilização. Em realidade, pode-se falar em uma periferia suburbana ou subúrbio simplesmente, e em uma periferia rural-urbana (CORRÊA, 1986).

de 104.949 habitantes. Possui uma densidade demográfica de 59,12 hab/km², IDHM (2010) de 0,651 considerado médio numa faixa entre 0,600 e 0,699. Bacabal se destaca como município-polo, com destaque para seu centro comercial e educacional. Na região ocupa o primeiro lugar em área, população e PIB, sendo o segundo em densidade demográfica. O município se encontra em uma região que tem como sistema viário a BR 316 e as MA's 012, 020, 119, 122, 259, 336, 352 e 381. Tem sua estrutura de produção baseada na agropecuária, especialmente a pecuária semi-intensiva de gado bovino, destacando-se como um dos mais importantes do espaço maranhense, com a introdução de rebanho leiteiro em áreas ocupadas com pastos plantados, em detrimento das áreas de lavouras. A região concentra a bacia leiteira de Bacabal, onde parte do leite é consumida e o excedente é estocado e resfriado e enviado para outros mercados, principalmente para a região de Desenvolvimento Metropolitana de São Luís.

No contexto da área que se incorpora ao estudo, o bairro Pantanal, o retrato desenhado é de uma ocupação desordenada, configurada pela exclusão, marginalidade, criminalidade, carente de infraestrutura e saneamento básico, mas que tem servido como ponto de referência para o domicílio de centenas de famílias que em sua maioria são originárias da zona rural provenientes do campo em busca de melhores condições de vida. São pessoas que em função de mudanças no modelo de produção básico da região, de agricultura para a pecuária, deixaram o campo e passaram a viver na periferia, ocupando áreas particulares ou de domínio público e que fizeram nascer na região uma das maiores ocupações da cidade de Bacabal, o bairro Pantanal, trazendo consigo o surgimento de um novo contorno à cidade com perspectivas de novas ocupações como as que já emolduram aquela área: Vila São João, Vila Graciete, Santos Dumont, Vila das Almas, Barreirinhas, dentre outras ocupações que ainda se encontram sem denominação e são consideradas simplesmente como invasões.

Há de se considerar no âmbito da área de estudo que as desigualdades sociais existentes no local produziram um ambiente de habitações sem as mínimas condições de moradia, sem acesso ao saneamento, falta de segurança, de mobilidade, serviços regulares de abastecimento de água e energia elétrica, questões ligadas diretamente à ocupação desordenada e da falta de um planejamento adequado, ressaltando-se que a realidade do bairro Pantanal se assemelha a de outras ocupações e não muito distante da realidade que se

incorpora à região central da cidade onde as sarjetas às margens das calçadas ainda servem como canal para escoamento das águas fluviais e de esgoto sanitário proveniente das residências.

Nessa perspectiva a proposta deste estudo surgiu da visão crítica deste pesquisador ao visitar a localidade e identificar inúmeros problemas de ordem social, política e econômica originada pela falta de planejamento prévio na ocupação e principalmente pelos efeitos da ocupação desordenada que resultou na degradação do solo, erosão de áreas, devastação de vegetação nativa, surgimento de lixões, escoamento de esgoto a céu aberto, dentre outros problemas de natureza social e de saúde pública decorrentes da falta de planejamento urbano e de outros efeitos do processo de ocupação inicial.

As visitas a que se faz referência estão relacionadas à prática do exercício docente deste pesquisador como professor do Curso de Administração e Direito da Universidade Estadual do Maranhão – Campus Bacabal, fato que conduziu ao desafio de explorar uma realidade até então desconhecida, no entanto, presente no cotidiano da realidade da cidade a partir de acontecimentos e fatos que se registram comumente naquela localidade e envolvem centenas de pessoas que ali convivem com dificuldades de ordem social e econômica e que influenciam e contribuem com tantos conflitos sociais retratados a partir dos índices de criminalidade, prostituição, tráfico de drogas e outros tantos problemas sociais.

Com o intuito de transformar essas inquietações resultantes das vivências e experiências iniciais e desprovido do conhecimento teórico em um nível acadêmico que possibilitasse maior compreensão sobre os aspectos visivelmente notórios, além da falta de conhecimento especializado acerca das questões relacionadas ao desenvolvimento urbano, planejamento urbano, espaço urbano, periferia urbana, perímetro urbano, cidade, bairro, categorias eleitas com o propósito de desenvolvimento do estudo que se apresenta, buscou-se um conhecimento especializado e direcionado ao planejamento urbano e ao desenvolvimento socioespacial que resultou no propósito de ingressar no Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Socioespacial e Regional (PPDSR) da Universidade Estadual do Maranhão com o objetivo de conhecer sobre o espaço urbano. Encontrou-se no Mestrado a oportunidade de estar inserido nesse contexto.

Assim, buscou-se nos referenciais de David Harvey (2014), Milton Santos (1980), Henri Lefebvre (1991), Castells (1979), Zangalli Jr (2013), Pereira *et al*

(2012), Marx e Engels (1984), Weber (1958), dentre outros que com suas abordagens contribuíram de forma significativa para que se pudesse conhecer sobre desenvolvimento urbano, planejamento urbano, espaço urbano, periferia urbana, perímetro urbano, cidade, bairro o referencial teórico-metodológico para o suporte necessário ao desenvolvimento do estudo

As contribuições das disciplinas, Estado e política de desenvolvimento regional, Desenvolvimento territorial urbano e regional, O desenvolvimento do Nordeste como questão regional e social, Formação socioeconômica e cultural do Maranhão e Economia urbana, além dos conhecimentos adquiridos e dos procedimentos teórico-metodológicos das disciplinas Teoria e metodologia da pesquisa nas ciências sociais, Seminário de dissertação, Apresentações de trabalhos e as Produções científicas requeridas pelo Programa, associadas ao desempenho e capacidades dos professores doutores do PPDSR, serviram como sustentáculo ao propósito de conhecer, envolver-se e estar comprometido com as questões relacionadas ao desenvolvimento socioespacial e regional do Estado.

Dessa forma, as abordagens iniciais deste estudo que se originou do projeto de pesquisa apresentado ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Socioespacial e Regional (PPDSR) da Universidade Estadual do Maranhão (UEMA) e que tem como temática principal a ocupação urbana com ênfase à temática “Uso e ocupação desordenada do solo urbano do bairro Pantanal em Bacabal – Maranhão” remete primariamente à estrutura urbana do espaço analisado e aos aspectos relacionados ao uso e ocupação do solo urbano com foco à ocupação desordenada, sem haver delimitação das áreas de preservação permanente do entorno e sem estudos sobre o impacto que essa ação produziria no ambiente local, dentre outros decorrentes dessa ocupação, como precariedade do sistema de saneamento básico, serviços de água, esgotos e eletricidade.

Nessa natureza ao tomar-se como referência para o estudo o espaço regional e social do bairro Pantanal considerando-se que o foco é a ocupação urbana e o objetivo é analisar os impactos ambientais gerados pelo uso e ocupação desordenada do solo urbano acredita-se ser conveniente que se faça uma reflexão acerca do método de análise da realidade de Durkheim (1955) tendo em vista as manifestações particulares desse espaço regional e social, comparando-se os motivos que provocaram a ocupação desordenada do bairro e seus efeitos frente ao meio ambiente. Esse método consiste em tomar todas as manifestações particulares

do fenômeno em investigação, compará-las e retirar as características comuns - comuns a todas.

Dessa forma, configurar o uso e ocupação desordenada do solo urbano do bairro Pantanal em Bacabal - Maranhão requer inicialmente a compreensão de uma dimensão mais ampla de crescimento urbano desordenado para que se possa explicitar a realidade da área envolvida neste estudo e, assim, compreender que o fenômeno que se abateu sobre o bairro Pantanal decorre de uma realidade nacional demonstrada ao longo das últimas décadas e que acabou se tornando um problema de ordem socioespacial. Nessa perspectiva a situação problema do estudo consiste em: quais as consequências ambientais da ocupação urbana no bairro Pantanal em Bacabal – Maranhão?

O objeto deste estudo é a ocupação urbana, assim o mesmo será composto pela confluência de questões advindas de contextos como identificação e descrição dos impactos ambientais provocados com a ocupação desordenada do solo; importância dos impactos ambientais; mecanismos e medidas compensatórias para os impactos identificados; instrumentos de controle e preservação ambiental e; mecanismos para utilização do uso adequado, recuperação das áreas degradadas, urbanização e instalação dos serviços básicos necessários para uma ocupação ordenada.

Justifica-se a realização deste trabalho levando-se em consideração as possibilidades da realização de um estudo investigativo que apresente a realidade da ocupação desordenada do solo urbano do bairro Pantanal em Bacabal e as propostas de melhorias para o uso adequado, recuperação das áreas degradadas, urbanização e instalação dos serviços básicos necessários para uma ocupação ordenada.

Quanto ao nível de investigação empírica que possibilitou a coleta dos dados trata-se de uma pesquisa exploratório-descritiva com abordagem qualitativa no sentido de que se pudesse analisar os impactos ambientais gerados pelo uso e ocupação desordenada do solo urbano no bairro Pantanal em Bacabal, Maranhão.

A pesquisa exploratória é utilizada para realizar um estudo preliminar do principal objetivo da pesquisa que será realizada, ou seja, familiarizar-se com o fenômeno que está sendo investigado, de modo que a pesquisa subsequente possa ser concebida com uma maior compreensão e precisão (PIOVESAN, 2015).

Segundo Gil (2008, p. 2), a pesquisa descritiva visa descrever as características de determinadas populações ou fenômenos. Uma de suas peculiaridades está na utilização de técnicas padronizadas de coleta de dados, tais como o questionário e a observação sistemática, instrumentos que serão utilizados neste estudo.

De acordo com Oliveira (2010), o método qualitativo “sempre” foi considerado como método exploratório e auxiliar na pesquisa científica. Desse modo, a opção pela abordagem qualitativa justifica-se por levar à descoberta de significados, para o que serão utilizadas estratégias como entrevistas, que propiciaram ao pesquisador explorar as experiências das pessoas, buscando saber como veem e como se sentem quando defrontadas com as situações estudadas.

Para a construção do referencial teórico que constitui a revisão de literatura deste estudo utilizou-se a pesquisa bibliográfica a partir da catalogação de livros, artigos, dissertações de mestrado e teses de doutorado e outros textos de natureza informativa. Esse tipo de pesquisa compreende o levantamento da bibliografia referente ao assunto. Para Marconi e Lakatos (2016, p. 24) trata-se de “... um apanhado geral sobre os principais trabalhos já realizados com o tema”. Através da pesquisa bibliográfica objetivou-se, clarificar o problema, verificar aspectos já analisados e lacunas existentes, na visão dos autores de base.

Por tratar-se de um estudo exploratório-descritivo, no desenvolvimento da pesquisa utilizou-se dois tipos de fontes investigativas: Pesquisa documental e pesquisa de campo.

A pesquisa documental foi uma peça chave na realização deste estudo uma vez que a partir dos dados coletados se pode selecionar, tratar e interpretar a informação existente em suportes estáveis, com o objetivo de extrair dela algum sentido.

Assim, nesta etapa da pesquisa foram analisados documentos e arquivos obtidos junto à Secretaria Municipal de Planejamento, Secretaria Municipal de Obras e Saneamento, Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Gestão Municipal de Bacabal que referenciam o objeto de estudo proporcionando as condições necessárias para que se proceda a análise dos impactos ambientais gerados pelo uso e ocupação desordenada do solo urbano no bairro Pantanal em Bacabal – Maranhão.

Para a pesquisa de campo utilizou-se no primeiro estágio o questionário com abordagens sobre o perfil sócio demográfico dos moradores com o propósito de se obter informações sobre sexo, idade, relação sexo/idade, número de moradores por domicílio, pessoas que trabalham no domicílio, tempo que residem no bairro e condição do imóvel que moram. Em continuidade ao estudo investigativo utilizou-se no segundo estágio a entrevista semi-estruturada para coleta de informações complementares à pesquisa documental com apresentações dos seguintes eixos norteadores:

- Impactos socioambientais;
- Ocupação desordenada do solo;
- Medidas compensatórias aos impactos socioambientais;
- Controle e preservação ambiental.

O estudo foi realizado no período compreendido entre os meses de março de 2018 (início do mestrado) e março de 2020 (prazo máximo estabelecido pelo edital para conclusão do mestrado). O estudo foi realizado em Bacabal – Maranhão tendo como espaço territorial para a pesquisa de campo o bairro Pantanal da referida cidade.

O Universo da população foi constituído pelos moradores do bairro Pantanal, representantes de associações da comunidade, gestores de órgãos ligados ao planejamento urbano, obras e saneamento, meio ambiente e administração do município. A amostragem foi de caráter seletivo, envolvendo 30 moradores do bairro com histórico de familiaridade com as questões de ordem social da população daquela localidade, representantes da associação de moradores, representante/responsável da Secretaria Municipal de Planejamento Urbano, Secretaria Municipal de Obras e Saneamento, Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Secretaria Municipal de Administração.

A análise qualitativa dos dados foi feita através da análise de conteúdo. Inicialmente realizou-se a transcrição e leitura das entrevistas.

Posteriormente, os dados foram submetidos à etapa de organização dos dados, a qual consiste em reler minuciosamente as falas com o objetivo de definir a unidade de análise, para, então, ser submetida à classificação.

A fase seguinte consistiu em agrupar os dados considerando a parte comum existente entre eles. Foram classificados por semelhança ou analogia, segundo

critérios previamente estabelecidos. Estes critérios podem ser semânticos, originando categorias temáticas.

Os dados foram analisados de acordo com a literatura referente ao tema. Foram identificadas categorias temáticas na coleta de dados de dados de acordo com o que se apresenta:

Categoria 1: Identificação e descrição dos impactos socioambientais;

Categoria 2: Importância dos impactos socioambientais;

Categoria 3: Mecanismos e medidas compensatórias para os impactos identificados;

Categoria 4: Instrumentos de controle e preservação ambiental;

Categoria 5: Mecanismos para utilização do uso adequado recuperação das áreas degradadas, urbanização e instalação dos serviços básicos necessários para uma ocupação ordenada..

Os moradores do bairro Pantanal que participaram da pesquisa foram identificados para fins de análise dos resultados como MBP1 (Morador do Bairro Pantanal 1 por exemplo) até MBP30. Os representantes dos órgãos públicos que forneceram algum tipo de informação foram caracterizados como “representante da Secretaria Municipal de Planejamento Urbano, por exemplo,” assim como cada um dos outros representantes dos demais órgãos.

Este trabalho de dissertação de mestrado está estruturado em capítulos de forma a apresentar com clareza e sistematização, a sequência lógica do seu conteúdo.

Assim, no primeiro capítulo inserem-se as abordagens sobre o dinamismo espacial de Bacabal a partir de uma contextualização regional e caracterização do município ressaltando-se a historicidade da urbanização de Bacabal: de 1930 aos dias atuais.

No segundo capítulo apresenta-se a dinâmica do crescimento espacial e a expansão da malha urbana de Bacabal onde se incorporam aspectos relacionados ao processo de desenvolvimento do município e ao surgimento de novos bairros.

O terceiro capítulo reporta-se ao estudo de caso da periferização urbana em Bacabal com ênfase ao crescimento urbano e a periferização da cidade e ao surgimento de bairros no entorno, uso e ocupação do solo urbano do bairro Pantanal e o processo de ocupação inicial do bairro Pantanal.

No quarto capítulo se lança um olhar sobre os impactos socioambientais gerados pelo uso e ocupação desordenada do solo urbano no bairro Pantanal em Bacabal – Maranhão e apresenta-se a pesquisa, resultados e discussão onde ressalta-se que com as informações obtidas a partir da pesquisa documental constatou-se a situação em que se encontra o bairro, evidenciando-se os impactos ambientais provocados pela ocupação desordenada. Identificou-se que o processo inicial de ocupação se deu sem planejamento urbano com invasão de área por pessoas que vieram da zona rural à procura de um espaço para moradia na cidade. Não houve zoneamento do espaço e as ocupações de deram em maiores e menores lotes de acordo com a disponibilidade dos ocupantes em vigiar os terrenos para evitar que outros moradores tomassem de conta. Neste capítulo destaca-se que com o estudo identificou-se uma série de impactos ambientais, citando-se dentre outros, assoreamento de córregos existentes no entorno da área, desaparecimento de nascente de água em função da construção de casas e ocupação dos lotes sobre a área onde existiam essas nascentes, escavação de poços artesanais sem os devidos critérios de proteção aos lençóis freáticos, retirada desordenada de barro e areia do solo provocando escavações profundas, acúmulo de água de chuva, em alguns casos em áreas onde antes havia nascentes de água ou passavam os córregos de água doce, dentre outros que produziram transformações significativas no âmbito do desenvolvimento socioambiental do bairro. Ressalta-se também que as medidas compensatórias apresentadas para os impactos ambientais identificados surgiram inicialmente por iniciativa de entidades de preservação ambiental e grupos de moradores que criaram a associação de moradores do bairro.

Ao final do trabalho destaca-se, dentre outros aspectos que possibilitam sua estruturação, a trajetória conceitual e analítica do estudo com foco às atividades de catalogação, coleta e análise de dados e informações relevantes ao estudo e que serviram como referencial para as abordagens acerca do dinamismo espacial e da dinâmica do crescimento da cidade de Bacabal com foco à historicidade da urbanização onde se tomou como referência para o recorte temporal a década de 1930 até os dias atuais.

As considerações finais do estudo remetem ao que se assinala como a realidade que envolveu o processo de uso e ocupação desordenada do Bairro

Pantanal a partir do seu processo de ocupação inicial, do crescimento urbano e periferização da cidade com ênfase ao surgimento dos bairros do entorno.

Faz-se as devidas considerações a respeito dos impactos socioambientais gerados pelo uso e ocupação desordenada do solo urbano no bairro Pantanal com relações entre o processo de urbanização e expansão da malha urbana e o surgimento e formação da periferia com relações entre o que aconteceu no restante do país e em Bacabal.

Na conclusão do estudo ressalta-se que inicialmente o uso e ocupação do solo urbano do Bairro Pantanal em Bacabal – Maranhão se deu de forma desordenada e em desacordo com o que a legislação relativa ao meio ambiente prevê. Demonstra-se um conjunto de impactos ambientais provocados por essa ocupação desordenada. Destaca-se o papel do governo municipal através dos órgãos responsáveis em planejar medidas compensatórias. Ao final considera-se a realização deste trabalho um contributo relevante para o estudo da localidade.

1 O DINAMISMO ESPACIAL DE BACABAL: CONTEXTUALIZAÇÃO REGIONAL E CARACTERIZAÇÃO DO MUNICÍPIO

A abordagem inicial deste capítulo que tem como foco o município de Bacabal contextualiza em sua estrutura aspectos relevantes relacionados à historicidade, formação administrativa e judiciária, urbanização, geografia, demografia, economia, educação e infraestrutura, dentre outras categorias de análise que se considera ser fundamental ao desenvolvimento do estudo que incorpora como temática principal o uso e ocupação desordenada do solo urbano do bairro Pantanal em Bacabal – Maranhão.

Bacabal encontra-se inserido na Região Geográfica Intermediária² de Santa Inês/Bacabal uma das cinco regiões intermediárias do estado brasileiro do Maranhão e uma das 134 regiões intermediárias do Brasil, criadas pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) em 2017. Composta por 59 municípios, distribuídos em quatro regiões geográficas imediatas, abrangendo parte da Baixada Maranhense, a região do Pindaré, o médio Mearim, e a região do Gurupi. Sua população total estimada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) para 1º de julho de 2018 é de 1 289 542 habitantes, distribuídos em uma área total de 63.401,502 km² (Mapa 1).

²As regiões geográficas intermediárias correspondem a uma revisão das antigas mesorregiões, que estavam em vigor desde a divisão de 1989. As regiões geográficas imediatas, por sua vez, substituíram as microrregiões. A divisão regional atualizada continua trabalhando com duas escalas, agora com novos nomes. Substituindo as unidades mesorregionais e microrregionais, vigentes desde a década de 90, surgem as Regiões Geográficas Intermediárias e Imediatas, definidas através destes estudos da configuração da rede urbana local.

Mapa 1: Região Geográfica Intermediária de Bacabal



Fonte: IBGE (2017)

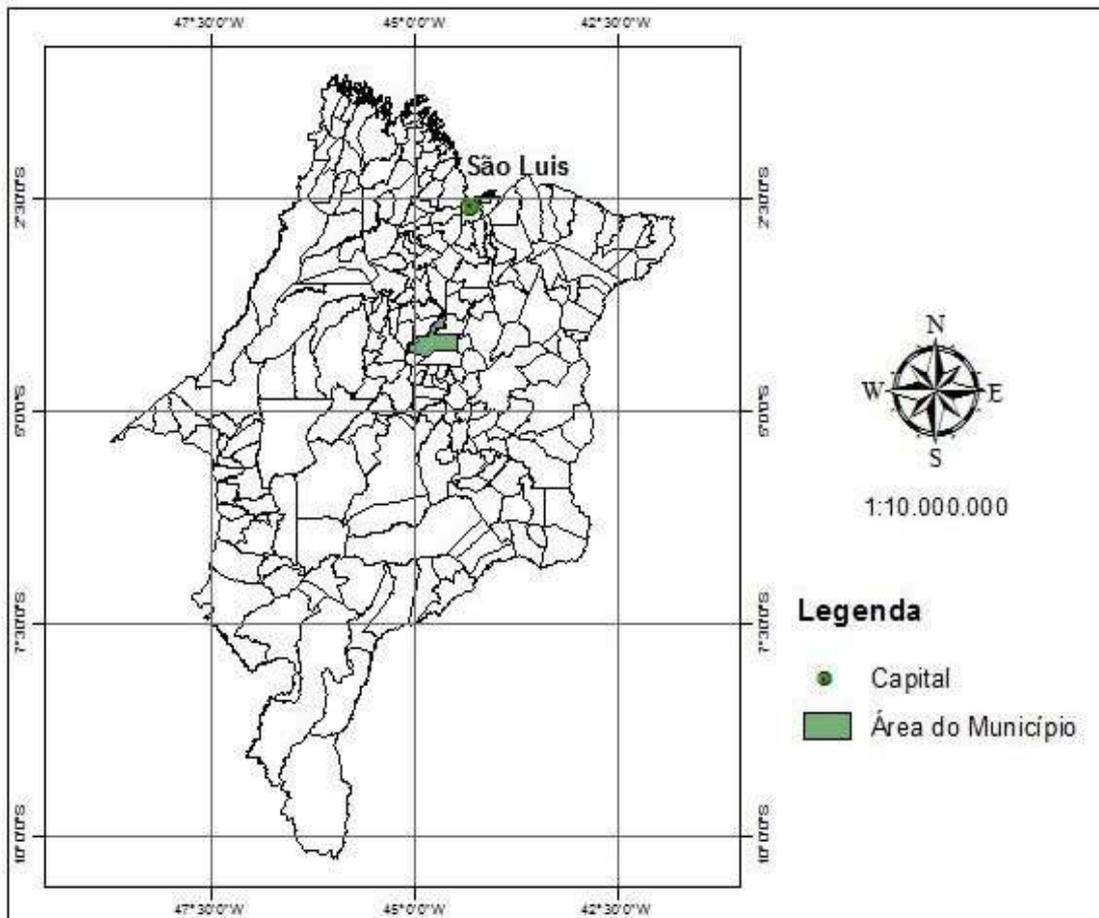
A Região Geográfica Imediata³ de Bacabal é uma das 22 regiões imediatas do estado brasileiro do Maranhão, uma das 4 regiões imediatas que

³ As Regiões Geográficas Imediatas correspondem às áreas que procuram centros urbanos próximos para satisfação de necessidades imediatas como emprego, saúde, educação, compras de bens de consumo e prestação de serviços públicos. Já as Regiões Geográficas Intermediárias organizam as Imediatas no território a partir de uma região que oferece serviços mais complexos como serviços médicos especializados ou grandes universidades.

compõem a Região Geográfica Intermediária de Santa Inês-Bacabal e uma das 509 regiões imediatas no Brasil, criadas pelo IBGE em 2017. É composta de 16 municípios na região do Mearim e Grajaú dentre os quais: Altamira do Maranhão, Alto Alegre do Maranhão, Bom Lugar, Brejo de Areia, Conceição do Lago Açu, Lago da Pedra, Lago Verde, Lagoa Grande do Maranhão, Marajá do Sena, Olho d'Água das Cunhãs, Paulo Ramos, São Luis Gonzaga do Maranhão, São Mateus do Maranhão, Satubinha e Vitorino Freire, além de Bacabal.

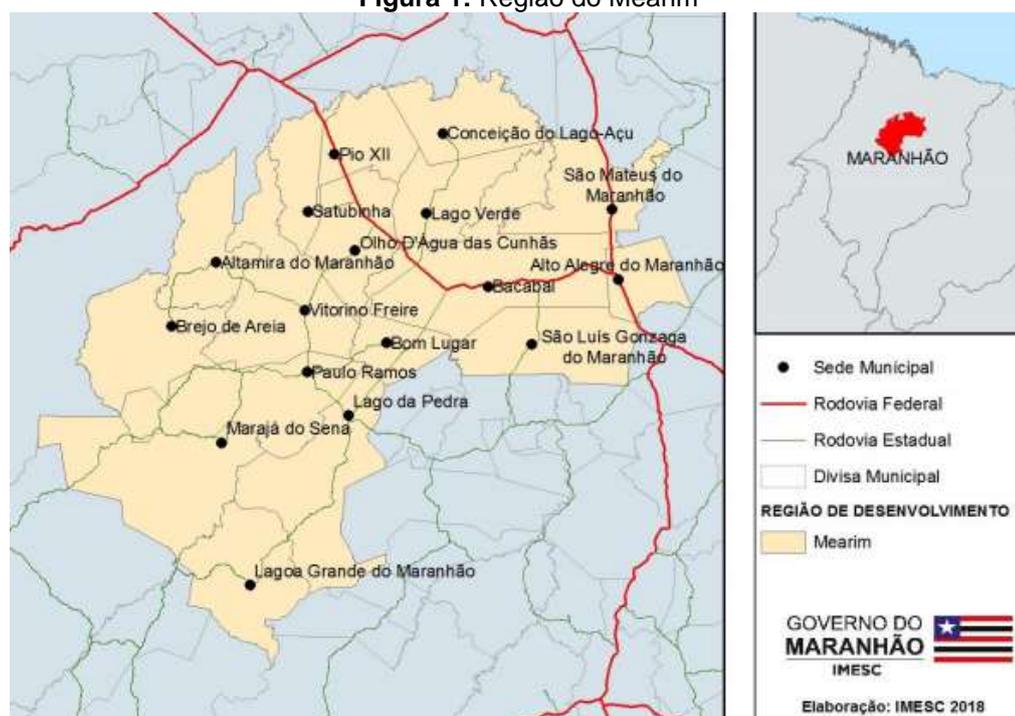
O município de Bacabal (mapa 2) abrange uma área de 1.683 km² (IBGE, 2016) e limita-se com os municípios de Conceição do Lago-Açu, São Luis Gonzaga do qual foi desmembrado em 1920, Bom Lugar, Alto Alegre do Maranhão, Vitória do Mearim, Lago Verde, Lago do Junco, Pio XII, Olho D'água da Cunhãs, São Mateus do Maranhão (figura 1) tendo sido esses três últimos desanexados da cidade em estudo no ano de 1961 (LEAL, 2018).

Mapa 2: Mapa de localização do município de Bacabal



Fonte: Leal (2018)

Figura 1: Região do Mearim



Fonte: IMESC (2018)

Obviamente que as revelações que aqui se apresentam fundamentam-se no conhecimento prévio da região e do seu sistema de produção. Recortes históricos da literatura revelam que até 1876 a região do médio Mearim onde está localizada Bacabal era habitada por índios das tribos Guajajara e Crente (de origem desconhecida) cujas malocas situavam-se no atual bairro do Juçaral. Mas sua história começa no século XIX com a instalação de uma colônia indígena (Colônia Leopoldina) que mais tarde se tornaria fazendo agrícola de produção (ARAÚJO, 2013).

Ainda de acordo com o que refere Araújo (2013), acredita-se que houve resistência por parte dos índios existentes na região, que se localizavam nos povoados Boa Vista da Tábua e Aldeia do Índio. Vale ressaltar que no atual momento, não foi encontrado nenhum remanescente dessas tribos. Até o final da década de 40 esses índios passavam por Bacabal em direção a São Luis viajando através de embarcações para visitar o “Pai Grande” era a forma como eles tratavam o governo do estado.

O período de colonização do território que hoje incorpora o município de Bacabal remonta o ano de 1876, período do registro histórico de sua colonização, quando chegou à região o coronel português Lourenço Vieira da Silva em busca de

terras satisfatórias ao desenvolvimento de atividade agrícola. No local fundou uma fazenda que utilizava a mão de obra escrava (MEDEIROS, 1966). A propriedade foi instalada na localidade onde atualmente fica a Praça Santa Terezinha, antigamente denominada de Praça Nossa Senhora da Conceição (Figura 2).

Figura 2: Fazenda construída por Lourenço da Silva (1876) marco inicial da colonização de Bacabal



Fonte: Fernandes (2018).

Chegando ao local onde hoje se encontra a cidade de Bacabal o coronel português Lourenço da Silva encontrou aqui o ambiente propício para a implantação de uma fazenda, cultivando lavoura de subsistência (mandioca, milho, feijão e algodão) devido a existência de rios e lagos que possibilitaram as primeiras vias de acesso aos moradores. Nesse contexto histórico, Araújo (2013) em trabalho intitulado “Visão Histórica Bacabal - MA” disserta que a fazenda do coronel utilizava mão de obra escrava e de alguns aliados indígenas.

Em seus apontamentos Araújo (2013) remete que com o fim da escravização em 1888 quando da assinatura da Lei Áurea pela princesa Isabel a

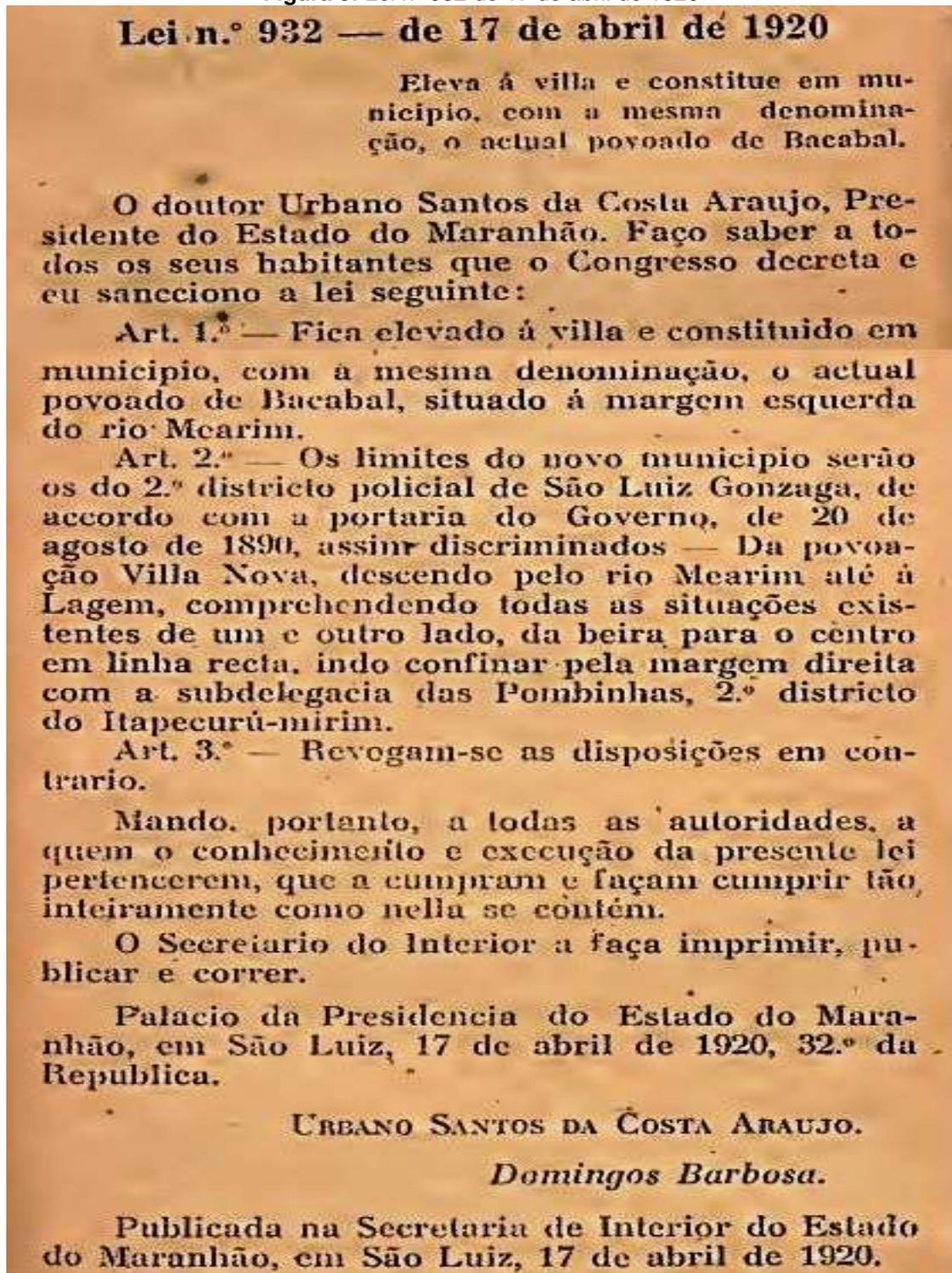
fazenda entrou em decadência e por esse motivo foi vendida a Raimundo Alves de Abreu que passou a utilizar a mão de obra livre ficando denominada como Sítio dos Abreus. Conforme aponta Soares (2018) o Sítio se torna um aglomerado de pessoas e constitui o povoado Bacabal que cresceu e em 1913 foi criada a Coletoria Federal e a estadual e em 17 de abril de 1920 através da Lei nº 932, assinada pelo então governador do Estado Dr. Urbano Santos da Costa Araújo, o povoado foi elevado à categoria de vila, passando a ser chamado Bacabal dos Abreus (Figura 3) apresentando-se como distrito do município de São Luís Gonzaga do Maranhão.

Perpassa pelo ano de 1920 de sua criação até os dias atuais, onde no decorrer dessa historicidade, fatos e eventos de natureza econômica, social e política refletem o cenário de um espaço onde as transformações e mudanças no ambiente são resultado das necessidades de adaptação aos momentos históricos que contribuíram para a construção desse espaço geo-político-social.

Notadamente que as questões que aqui se apresentam são reflexos da própria história do município, da memória do seu povo, dos antecedentes culturais que se propagam ao longo dos tempos manifestando os costumes e hábitos da população no sentido de que se possa identificar perspectiva de desenvolvimento, surgimento do povoamento da área e os motivos e interesses que conduziram as pessoas a viverem nesta localidade.

Compreender como a memória do povo representa o passado e revela retratos marcantes de uma época de forma que se possa conhecer a historicidade de um município e seus fatos mais marcantes nos conduz ao que pontua Le Goff (2003) quando pensa a memória enquanto um fenômeno social como uma seletiva reconstrução do passado, baseada em ações subsequentes, percepções e novos códigos, por meio dos quais se delinea, simboliza-se e classifica-se o mundo à nossa volta. A memória adapta o passado para enriquecer e manipular o presente. Assim, os recortes do passado da cidade de Bacabal constitui-se como uma seletiva construção de fatos que vão desde a sua colonização, elevação à categoria de vila, de cidade até sua realidade atual, num cenário cheio de contrastes em um espaço carente de planejamento urbano.

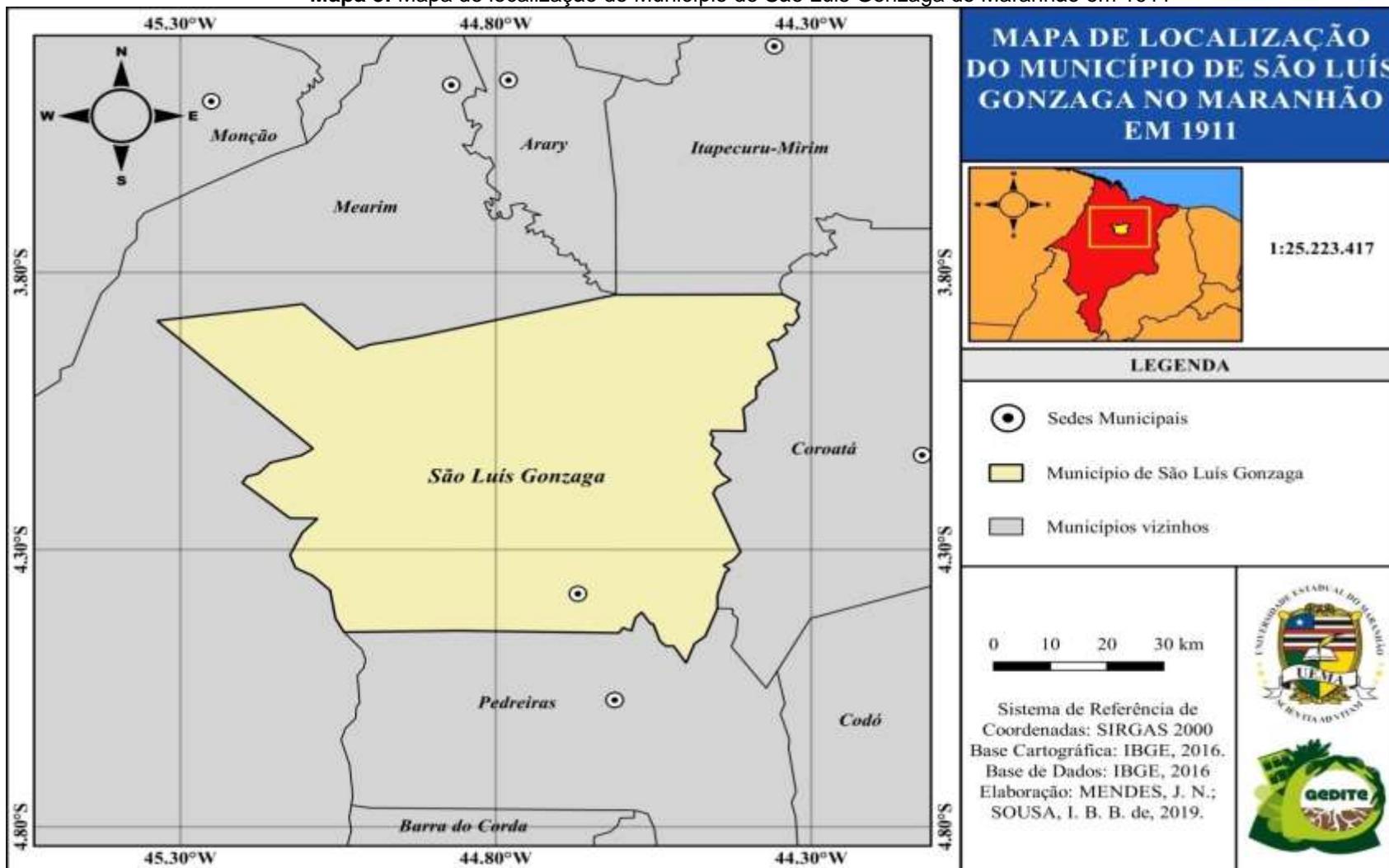
Figura 3: Lei nº 932 de 17 de abril de 1920



Fonte: Biblioteca Pública Benedito Leite (apud FERNANDES, 2018).

Até esse momento o espaço geográfico pertencente ao município de Bacabal atualmente pertencia ao município de São Luis Gonzaga do Maranhão, anteriormente chamado de Ipixuna, conforme se encontra demonstrado no mapa 3.

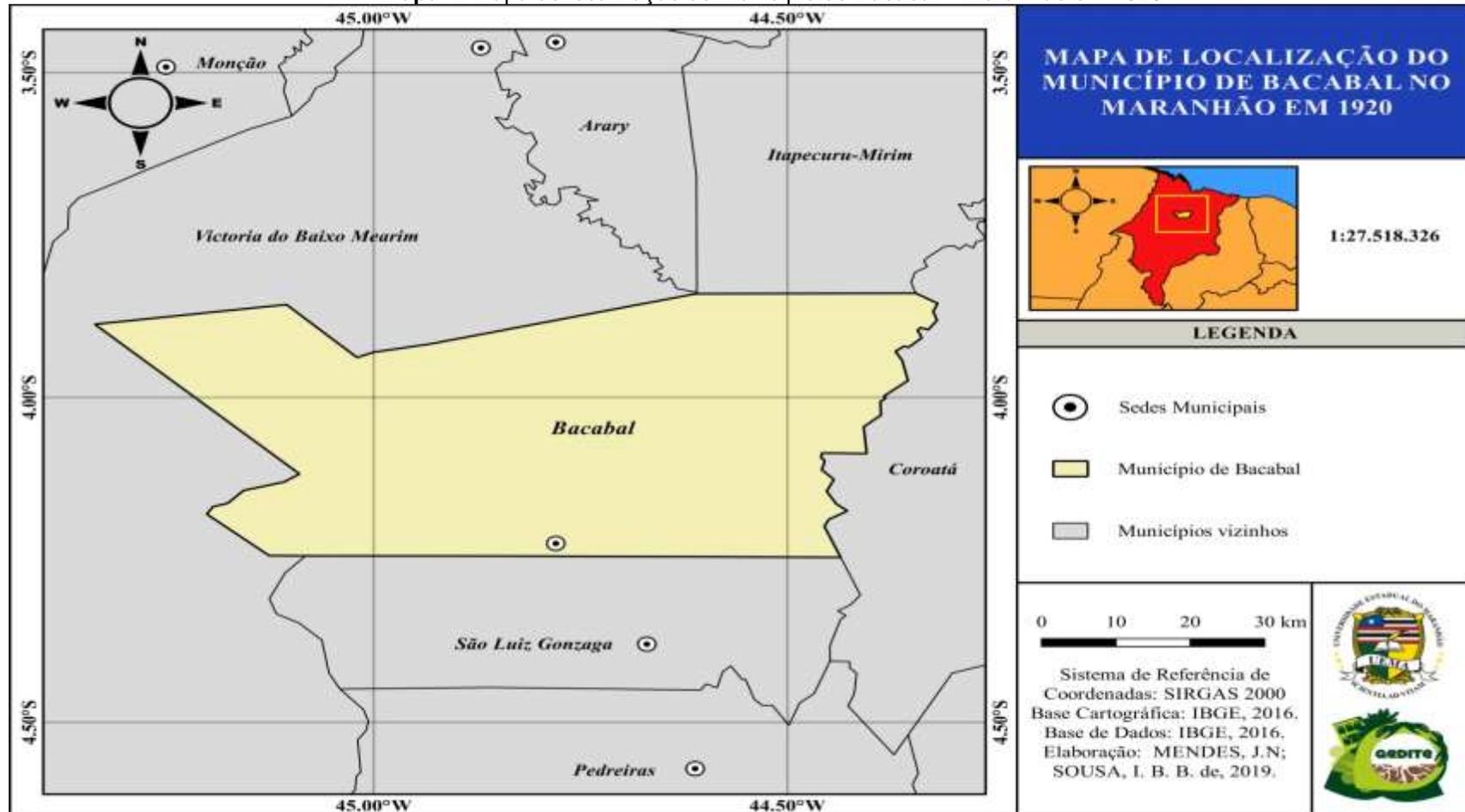
Mapa 3: Mapa de localização do Município de São Luís Gonzaga do Maranhão em 1911



Fonte: Bases de dados IBGE (2016)

A Lei estadual criou o distrito e o Município, com território desmembrado de São Luiz Gonzaga do Maranhão, de acordo com o delineamento do espaço geográfico que se encontra registrado no mapa 4.

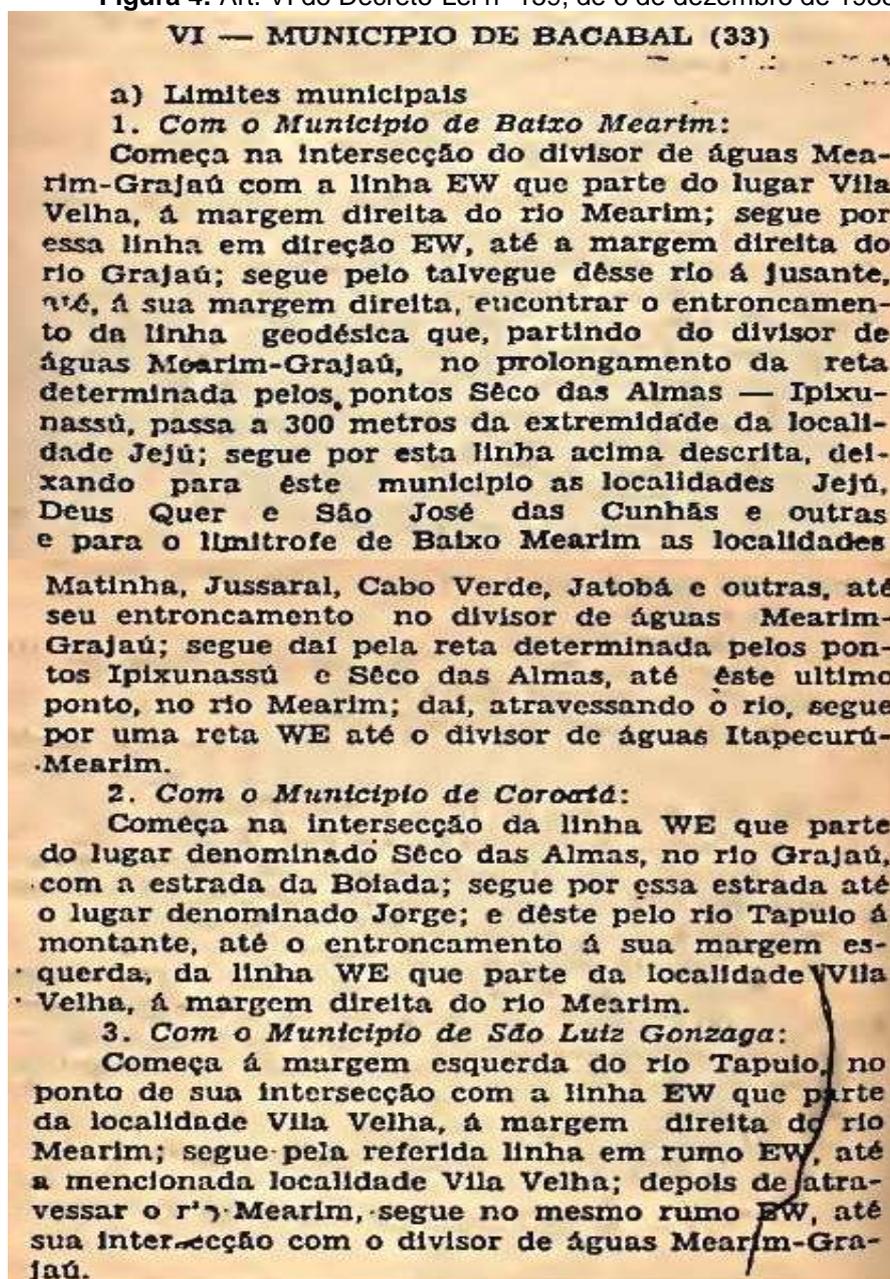
Mapa 4: Mapa de localização do Município de Bacabal - Maranhão em 1920



Fonte: Bases de dados IBGE (2016)

A historicidade do município remonta ao ano de 1938 em que Bacabal passou a categoria de cidade através do Decreto Lei N° 159 de 6 de dezembro do mesmo ano (figura 4). Soares (2018) disserta que a elevação da Vila à categoria de cidade em 1938 trouxe traços de uma convivência urbana sob a região, que passou a desenvolver uma modelagem capitalista primitiva e com a instalação da fazenda, formou-se um ajuntamento urbano constituído por negros migrantes e índios, onde assim, criaram-se necessidades urbanas, como a comunicação, por meio do Telégrafo Nacional.

Figura 4: Art. VI do Decreto-Lei nº 159, de 6 de dezembro de 1938



Fonte: Biblioteca Pública Benedito Leite (apud FERNANDES, 2018).

No contexto da imigração e do desenvolvimento agrícola na época, há de se destacar a grande afluência de imigrantes, principalmente nordestinos. Nessa natureza, ressalta-se que o processo de povoamento de Bacabal se deu através de duas frentes de ocupação. Uma denominada corrente litorânea e a outra, corrente da seca.

Referindo-se à corrente litorânea, Trovão (2008) apontando o processo de ocupação do território maranhense denomina de corrente propriamente maranhense atestando ser aquela que partiu do litoral, que deu origem à civilização do babaçu, do arroz e do algodão e se estendeu até o início do século XX. De acordo com o autor, era representada por portugueses que buscaram desbravar o interior do Maranhão.

Por sua vez, Costa (2006) ao referir-se à corrente da seca esclarece que esta provocou uma enorme corrente migratória de todo o Nordeste em direção ao Maranhão ocasionada pela grande seca de 1877 no nordeste brasileiro, principalmente na região do Ceará. A autora ressalta que a corrente da seca produziu uma enorme corrente migratória de todo o Nordeste em direção ao Maranhão, e Bacabal recebeu centenas de famílias que se estabeleceram às margens do rio Mearim as quais contribuíram para a ocupação da área e para a expansão da atividade agrícola no local.

Conforme exposições de Neves (2000, p. 53), a grande seca de 1877 ao provocar essa enorme corrente migratória em direção ao Maranhão, produziu um efeito contrário aos deslocamentos de outrora, ou seja, “apenas de áreas secas para as mais úmidas ou para currais de fazendas abandonadas”. Naquela época a migração se deu do campo para a cidade.

Segundo Trovão (2008), a revitalização de cidades ribeirinhas e antigos municípios e o desenvolvimento e diversificação da produção agrícola no Maranhão como consequência da fixação do migrante nordestino apresentaram como opostos à realidade que envolvia os Estados do Ceará e Maranhão à época os fenômenos seca e umidade, escassez e abundância, considerados suficientes para o entendimento da posterior dinamização dos campos e cidades a partir de migrações espontâneas. Nesse contexto, a geografia física do sertão nordestino e do Maranhão explicam as transformações da geografia econômica das áreas receptoras de migrantes nordestinos.

Bacabal insere-se nesse contexto com muitas áreas livres propícias ao cultivo, fato que resultou de acordo com apontamentos de Reinaldo (2009) numa invasão de migrantes nordestinos provenientes do Estado do Ceará e Piauí, Paraíba e Rio Grande do Norte. Eram migrantes proprietários de terras e escravizados que vieram para essa região em busca de terras férteis e invernos regulares considerando também as grandes extensões de terras e solo propício ao desenvolvimento da agricultura, além de permitir aos escravizados também a posse de pequenas extensões de terras pois com a abolição da escravatura a situação de antigos proprietários de escravizados e ex-escravizados eram muito semelhantes, dessa forma, a região do Médio Mearim tornou-se o paraíso da pequena e média propriedade.

Ainda segundo exposições de Reinaldo (2009) em trabalho que rememora a história de Bacabal do século XIX ao século XX a autora disserta que na medida em que as secas nordestinas foram se apresentando de forma mais frequentes, as migrações para a região do Médio Mearim se aceleraram, através de grandes, médios e pequenos proprietários rurais que depositavam suas esperanças nas terras do Mearim. O processo de arregimentação da propriedade rural obedecia a lei de Usucapião provocando a regularização da propriedade rural em bem pouco tempo (Lei de Terras de 1850)⁴.

⁴ Lei de Terras, como ficou conhecida a lei nº 601 de 18 de setembro de 1850, foi a primeira iniciativa no sentido de organizar a propriedade privada no Brasil. Até então, não havia nenhum documento que regulamentasse a posse de terras e com as modificações sociais e econômicas pelas quais passava o país, o governo se viu pressionado a organizar esta questão. A Lei de Terras foi aprovada no mesmo ano da lei Eusébio de Queirós, que previa o fim do tráfico negreiro e sinalizava a abolição da escravatura no Brasil. Grandes fazendeiros e políticos latifundiários se anteciparam a fim de impedir que negros pudessem também se tornar donos de terras. Chegavam ao país os primeiros trabalhadores imigrantes. Era a transição da mão de obra escrava para assalariada. Senão houvesse uma regulamentação e uma fiscalização do governo, de empregados, estes estrangeiros se tornariam proprietários, fazendo concorrência aos grandes latifúndios. Ficou estabelecido, a partir desta data, que só poderiam adquirir terras por compra e venda ou por doação do Estado. Não seria mais permitido obter terras por meio de posse, a chamada usucapião. Aqueles que já ocupavam algum lote receberam o título de proprietário. A única exigência era residir e produzir nesta localidade. Promulgada por D. Pedro II, esta Lei contribuiu para preservar a péssima estrutura fundiária no país e privilegiar velhos fazendeiros. As maiores e melhores terras ficaram concentradas nas mãos dos antigos proprietários e passaram às outras gerações como herança de família.

Alguns dispositivos da Lei:

“Art. 1º – Ficam proibidas as aquisições de terras devolutas (terras do Estado) por outro título que não seja o de compra. Excetuam-se as terras situadas nos limites do Império com países estrangeiros em uma zona de 10 léguas, as quais poderão ser concedidas gratuitamente.”

“Art. 12 – O Governo reservará das terras devolutas as que julgar necessárias para a colonização dos indígenas; para a fundação de povoações, abertura de estradas, e quaisquer outras servidões, e assento de estabelecimentos públicos; para a construção naval.”

“Art. 18 - O Governo fica autorizado a mandar vir anualmente à custa do Tesouro certo número de colonos livres para serem empregados, pelo tempo que for marcado, em estabelecimentos agrícolas,

A região do Médio Mearim de acordo com Ferreira (2015) nas décadas de 30, 40 e 50, trata-se de uma região dotada de muitas águas, das chuvas e dos rios, de muitas terras disponíveis para o plantio e de muito trabalho na lavoura, no comércio, nas tropas de burro e nas usinas de beneficiamento de arroz e algodão. Terras com dono e sem dono atraem a partir da década de 1930 levas de migrantes nordestinos. Os mais estabelecidos compram terras dos primeiros ocupantes dos ditos “centros”, povoações isoladas das cidades mais pela precariedade ou inexistência de vias de transporte que pela distância.

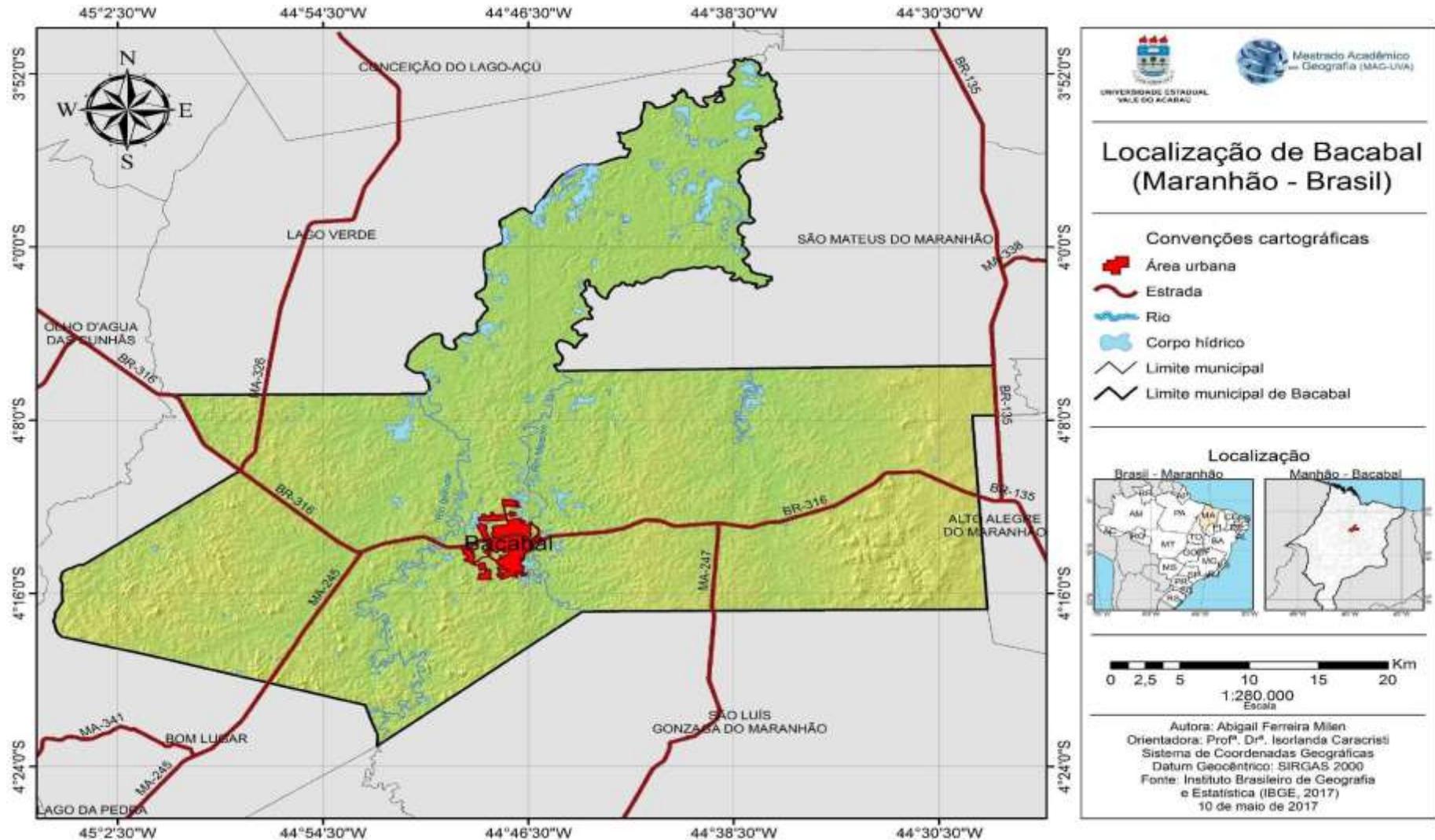
O clima do município é quente, úmido, quase constante com períodos de chuvas que se prolongam dos meses de janeiro a junho. Remetendo-se aos principais acidentes geográficos aponta-se que o principal é o rio Mearim que atingindo o Município pela parte sul no lugar conhecido por Vila Velha, alcança o norte do município no povoado chamado Lage do Curral, prosseguindo até o limite com Vitória do Mearim.

O rio Mearim possui significativo potencial piscoso e por ser navegável em toda a extensão que corta o município ainda hoje serve como meio de transporte para a população da área ribeirinha e de povoado da baixada com acesso fácil a áreas como Presídio, Volta Funda, Sabesa, Bela Vista, Oiteiro, Sincorá, Alto Fogoso, dentre outros povoados, dessa forma ressalta-se sua importância destacando que foi, até o advento das rodovias, o veículo natural de comunicação do Município. Há também o igarapé Ipixuna, piscoso, que penetra na parte sul do Município, atravessa a rodovia BR-316 e deságua no Mearim, com o nome de Ipixuna-Açu.

Possui clima Tropical Equatorial com 4 a 5 meses de seca (segundo semestre) e verão e outono chuvoso (primeiro semestre) principalmente nos meses de março e abril. A pluviosidade anual gira em torno de 1600 e 2000 mm e as temperaturas médias anuais ficam entre 24°C e 28°C. Constitui-se nessa faixa de transição entre o bioma da Caatinga e da Floresta Tropical Amazônica, a chamada Mata dos Cocais, principal formação vegetal da região (MILEN, 2018), de acordo com o que pode observar no Mapa 5 a seguir.

ou nos trabalhos dirigidos pela Administração pública, ou na formação de colônias nos lugares em que estas mais convierem; tomando antecipadamente as medidas necessárias para que tais colonos achem emprego logo que desembarcarem”. (DUARTE, 2014 – Lei de Terras).

Mapa 5: Localização de Bacabal



Fonte: IBGE (2017)

De acordo com dados do IBGE (2016), questões relacionadas à climatologia, características físicas como fertilidade do terreno, topografia privilegiada e recursos naturais promoveram considerável crescimento e desenvolvimento do município já nas primeiras décadas do século passado acentuando-se nas décadas de 1960 onde de acordo com exposições de Costa (2006, p. 28).

Entre o final da década de 1930 até a década de 1960, constituiu-se a fase áurea da economia regional de Bacabal. O carro chefe foi uma indústria francesa, o Cotoniére Brasil Cia Ltda., estabelecida na cidade vizinha de São Luís Gonzaga, que se dedicava à compra e venda de algodão, exportado através da hidrovía do rio Mearim. Em função desse movimento, Bacabal torna-se centro comercial e de produção, com um porto de muito movimento, atraindo muitos migrantes nordestinos.

Um dos elementos que mais contribui com o desenvolvimento do município nas décadas de 1930 a 1960 foi a presença do rio Mearim que com sua navegabilidade possibilitou a mobilidade dos moradores, favorecia o escoamento da produção e a entrada de pessoas provenientes principalmente da zona rural.

Resultante de duas distintas frentes de colonização nos séculos XVII e XVIII, que ocuparam o litoral e o sertão principalmente nos eixos dos Rios Itapecuru e Mearim, a baixa densidade populacional do estado limitou consideravelmente a concentração de atividades em reduzidos pontos do imenso território estadual. No caso de Bacabal, o município possuía na década de 1950 uma população em torno de 54.949 habitantes sendo que desses, 50.092 estavam na faixa da população rural e somente 4,857 eram considerados população urbana. Em nível de Maranhão a cidade de Bacabal ocupava a 5ª posição no ranking em número de habitantes.

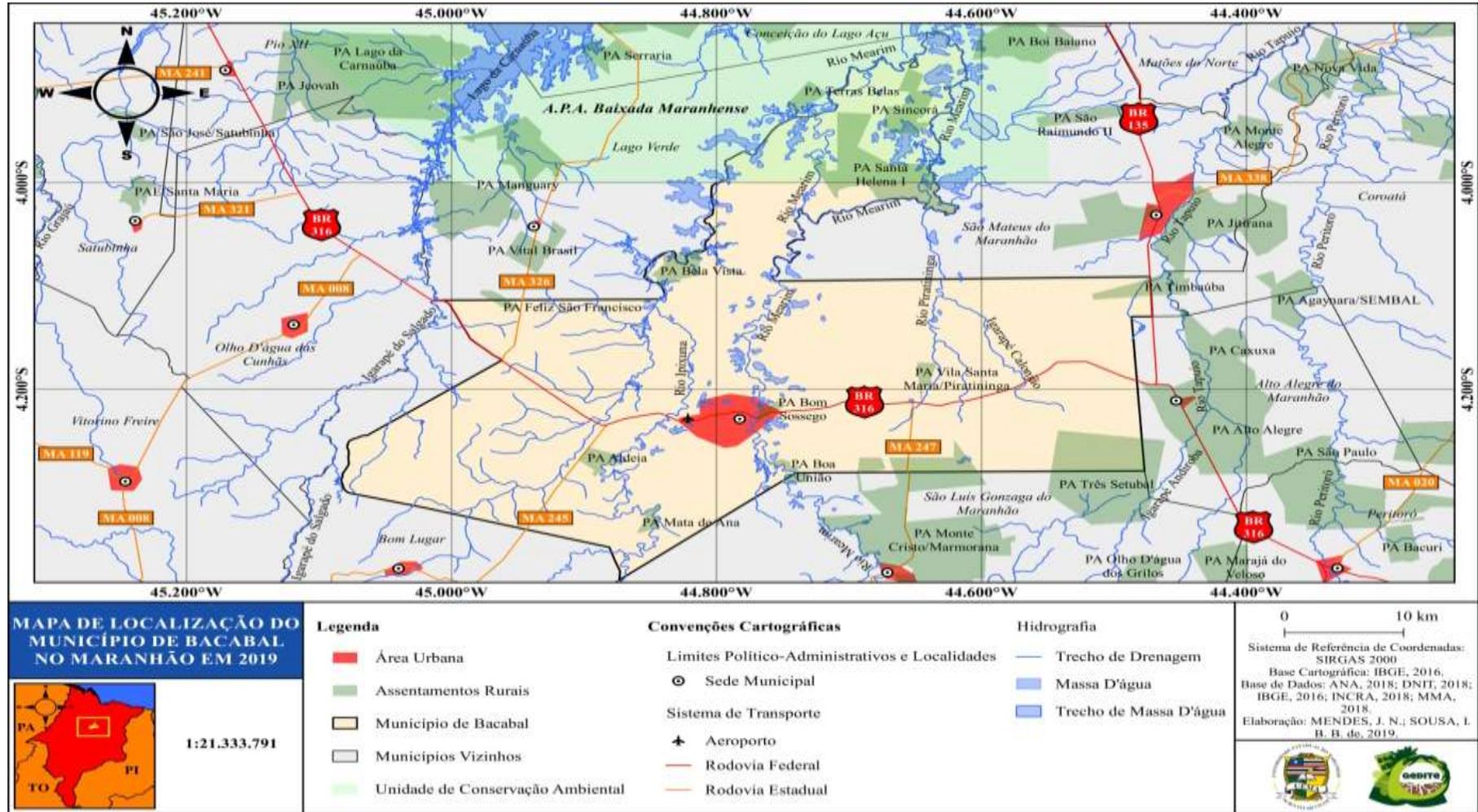
Seu desenvolvimento e expansão aceleraram-se com a construção da BR 316 interligando as cidades de Belém e Teresina, capitais dos estados do Pará e Piauí respectivamente que cortando o município tornou-se o maior traçado rodoviário da sede e responsável pelo fluxo contínuo dos elementos responsáveis pela economia segundo exposições de Milen (2018). Seu traçado pode ser visualizado de acordo com o que se encontra demonstrado no Mapa 6.

Localizado a 240 km de distância de São Luís em deslocamento feito pela BR 316 até o entroncamento no Povoado Caxuxa onde o trajeto segue pela BR 135, diversos fatores contribuíram para o povoamento da região do Mearim, além de suas características fisiográficas, destacam-se a migração de nordestinos de outros estados em razão da ocorrência de secas; o desenvolvimento da atividade portuária

e industrial associada à cultura do algodão; e políticas desenvolvidas por órgãos oficiais como a Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste – SUDENE e Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia - SUDAM. Continuadamente, dados do IBGE (1981, p. 6) revelam que de modo geral a economia de Bacabal esteve baseada fundamentalmente na agricultura, principalmente no cultivo das culturas de arroz, algodão, cana-de-açúcar. A indústria de transformação, muito limitada, também teve destaque principalmente no “beneficiamento da produção agrícola (arroz), minerais não metálicos, bebidas, madeira, mobiliário, têxtil, couros e produtos similares”.

No entanto, de acordo com exposições de Barbosa (2013 apud Burnett et al. 2016) a “colonização dirigida” da SUDENE seleciona terras que eram destino, há muito anos, de milhares de nordestinos do Ceará, Piauí e do próprio Maranhão, iniciando um ciclo de disputas e ocupações de áreas rurais e somente no final dos anos 1960, com a promulgação da Lei de Terras (instituída entre 1966 e 1970) pelo governo Sarney estabeleceu-se um vigoroso mercado regional de terras, responsável por um conjunto de transformações nas relações sociais no campo. As terras devolutas atraíram vários grupos econômicos (de dentro e fora do estado), passando a formar sociedades anônimas que através de leilões de terras do estado adquiriram áreas de 20.000 a 100.00 mil hectares e a Bacabal inseriu-se nesse contexto de produção que resultou no aumento de sua população e num desenvolvimento expressivo.

Mapa 6: Mapa de localização do município de Bacabal com apresentação do traçado da BR 316



Fonte: IBGE (2016)

Remontando a história do município destaca-se que na década de 1920 sobressaia-se a lavoura algodoeira e que essa produção continuou crescendo tendo atingido em função dessa produtividade nas décadas de 30 e 40 o maior índice de desenvolvimento econômico, fato que resultou na instalação de várias indústrias de beneficiamento de algodão, dentre as quais, a Cotoniery localizada no bairro do Ramal, área considerada como sendo o distrito industrial do município perpetuando esse conceito até o final da década de 1980 quando visivelmente a agricultura de beneficiamento passou a ser substituída pela pecuária, traçando um novo retrato no entorno da cidade de Bacabal. Esse período culmina com o período de ocupação do entorno da cidade nas áreas onde hoje está localizada a Vila São João, Bairro Santos Dumont, Vila das Almas e Bairro Pantanal.

Não se pode deixar de considerar os aspectos mais relevantes do desenvolvimento inicial da economia do município que apontam para produtos como algodão, arroz e babaçu que deram a Bacabal destaque no cenário estadual, regional e nacional. Retratos históricos revelam que em sua primeira fase o forte da economia bacabalense foi o algodão, exportando através do rio Mearim para São Luis e daí para o mercado externo.

Acerca do desenvolvimento na produção de algodão compete ressaltar que a Cotoniery localizada no Bairro Ramal, fazia o descaroçamento do algodão e em seguida fazia a prensagem em grandes fardos que eram transportados até as margens do rio Mearim através de trilhos que acompanhavam a Rua Teixeira de Freitas desde a fábrica até o porto que ficava localizado em uma área onde o Rio Mearim possuía significativa profundidade e largura e de onde a produção de algodão de barcos a vapor até São Luis e de lá eram exportados para a Europa e Estados Unidos.

O caroço, subproduto do algodão, era ensacado e vendido para fábricas de óleo lubrificante e a torta (bagaço) era aproveitado na alimentação de animais como ração. Com a eclosão da Segunda Guerra Mundial, a produção entrou em decadência em virtude do envolvimento dos países compradores na guerra (França e Estados Unidos). De acordo com Soares (2018), após a Segunda Guerra, a referida fábrica foi vendida para a família CHAMES ABUD (árabes), no entanto a produção já não alcançava mais as mesmas proporções.

Nesse contexto segundo o que aponta Oliveira (2003) nas décadas de 1950 e 1960, a cidade de Bacabal vivia o auge de sua economia, através de

produtos como o arroz, o algodão, coco babaçu, dentre outros, sendo que Bacabal se tornou umas das maiores cidades produtoras do Estado do Maranhão, portanto cheia de oportunidades. Era a esperança de progresso em uma cidade que antes era apenas uma vila, por isso município de Bacabal foi considerada uma das áreas economicamente mais prósperas do Estado tendo alcançado índices de desenvolvimento expressivos e resultados significativos na atividade industrial e comercial.

Já na década de 1960 o município destacava-se como grande produtor agrícola com destaque para as culturas do arroz sequeiro (38% da produção), feijão, (23,5%), milho (14%), cana-de-açúcar (11,9%), mandioca (10%) e outros (2,4%). Há de se considerar que a grande produção de arroz no município teve como fatores principais, a chegada de grande número de imigrantes nordestinos, que se dedicam ao cultivo de arroz, considerando a grande quantidade de terras devolutas e inexploradas, somado a esses, a abertura da estrada que ligava Bacabal a Caxuxa.

Na trajetória desse desenvolvimento o município de Bacabal foi considerado a segunda praça comercial do Estado entre as décadas de 1960 e 1970 em função da possibilidade de mobilidade pela existência de um porto fluvial e das rodovias federais, embora sem asfaltamento, nas proximidades de Bacabal, e pela construção da ponte sobre o rio Mearim.

Ainda no mesmo período, considerando a grande produção de arroz instalou-se na cidade um grande número de usinas de beneficiamento, transformando o bairro do Ramal em um parque industrial, de onde chegavam e saiam frotas de caminhões carregados de arroz para outros estados, principalmente os da região nordeste.

Essa realidade colocou o município na condição de 3º maior centro industrial do Estado possuindo aproximadamente 25 usinas de beneficiamento de arroz, dentre elas a Usina do Sr. Oscar Martins, Usina do Sr. Maneco Mendes, Usina do Sr. Romeu Fernandes, Usina do Sr. José Neves, Usina do Sr. Tota, Usina Só cereais, Usina Cotonifícil, algumas destas situada na área que hoje é o centro comercial da cidade.

No entanto, a falta de investimento em novas tecnologias para a agricultura (mecanização, adubação, irrigação) provocou a baixa produtividade das lavouras contribuiu para o declínio da cultura do arroz. Já a instalação de fazendas de criação

de gado bovino financiadas pelo Banco do Brasil e Banco do Nordeste viabilizou o desenvolvimento da pecuária na região e gerou conflitos pela posse da terra entre os fazendeiros e posseiros. Esse processo produziu o êxodo rural com ocupação das áreas periféricas da cidade de Bacabal. Um das ocupações foi a da área aonde hoje se encontra o bairro Pantanal.

Esse processo se justifica como um dos fatores da ocupação desordenada das áreas do entorno da cidade, que passou a ser ocupada por produtores oriundos da zona rural em decorrência da substituição da agricultura pela pecuária. Foram os primeiros sinais do que êxodo rural viria a produzir no município. Na atualidade, mesmo com o desenvolvimento econômico do município, depara-se com uma cidade construída a partir de arranjos desordenados de uma ocupação mal planejada em todos os bairros da cidade, inclusive no centro da cidade.

Ainda no período da expansão agrícola do município pelos anos de 1968, Soares (2018) em trabalho denominado “O desenvolvimento do espaço urbano em Bacabal” ressalta que o município chegou a produzir na época 15.268 toneladas de grãos sendo 5.800 toneladas de arroz, produção que fez do município o principal exportador de arroz do Maranhão, no entanto, a cultura do arroz no município era bastante primitiva, muitos agricultores usavam técnicas atrasadas sem mecanização, como por exemplo: fazer queimadas nos terrenos antes de plantar uma técnica pouco aconselhável e muito prejudicial ao solo, pois diminui a riqueza de substâncias que são necessárias as plantas.

O potencial econômico do município na década de 1980 pode ser entendido através do número de agências bancárias existentes na cidade de Bacabal que contava com 11 agências com suporte para o sustento e movimentação financeira de todas elas. Nesse período ocorreu uma grande expansão demográfica e conseqüentemente ampliação do espaço urbano provocado pelo ciclo econômico vivenciado pela cidade, impulsionados por políticas públicas ligadas às superintendências de desenvolvimento e pelas características geográficas da localidade tornando o município numa região de grande atração populacional. Registros dão conta de uma nova leva de migrantes, desta vez, vindos de cidades vizinhas, do Piauí, Pará e até de estados de outras regiões.

No entanto esse novo traçado econômico não conseguiu manter o município na condição de grande produtor e a mudança no perfil de uma área

agrícola para uma de pecuária fez com que seis instituições bancárias fechassem as portas, revelando o estado de decadência econômica do município.

Há de se destacar também que desde a década de 1960, Bacabal vem perdendo posições no ranking das cidades mais populosas do Maranhão (Tabela 01) (IBGE, 2010) isso se deve ao declínio das atividades econômicas, ao surgimento de novos centros regionais no estado e perda de contingente demográfico por conta do desmembramento de novas unidades administrativas de seu território.

Tabela 1: Posição da cidade de Bacabal entre as unidades administrativas mais populosas do Maranhão de acordo com os Censos demográficos

Cidades mais populosas do Estado do Maranhão – 1950 /2010							
Cidades	1950	1960	1970	1980	1990	2000	2010
1ª	São Luis 119.785	São Luis 159.628	São Luis 270.651	São Luis 449.877	São Luis 595.199	São Luis 868.047	São Luis 1.014.837
2ª	Caxias 107.347	Caxias 129.271	Codó 93.988	Imperatriz 220.469	Imperatriz 276.440	Imperatriz 230.451	Imperatriz 247.505
3ª	Codó 59.657	Bacabal 55.920	Caxias 89.915	Caxias 125.771	Caxias 145.730	S. J. de Ribamar 163.045	S. J. de Ribamar 183.054
4ª	Pedreiras 59.475		Imperatriz 83.630	Codó 109.168	Codó 111.679	Caxias 139.689	Timon 155.460
5ª	Bacabal 54.949		Bacabal 70.233	Santa Luzia 94.201	Santa Luzia 116.195	Codó 110.954	Caxias 155.129
6ª				Bacabal 82.922	Timon 107.394	Timon 129.155	Codó 118.038
7ª					Bacabal 98.875	Bacabal 91.737	Paço do Lumiar 105.121
8ª							Açailândia 104.047
9ª							Bacabal 100.014

Fonte: IBGE (2017)
Adaptado pelo autor

Chama-nos a atenção a perda populacional de significativa de Bacabal entre as décadas de 1960 e 1980 onde o município caiu de terceiro para sexto lugar no ranking das unidades administrativas mais populosas do Maranhão.

De acordo com dados do IBGE (2010), Bacabal é, desde a sua fundação, município-distrito. Sofreu desmembramentos em 1961, para formação dos municípios de Lago Verde (Lei nº 2.157, de 30 de novembro), Olho d'água das Cunhãs (Lei nº 2.158, de 30 de novembro), e São Mateus do Maranhão (Lei nº 2.170, de 26 de dezembro). Em 1996 foi desmembrado o município de Bom Lugar.

Bacabal vislumbrava um novo perfil, o de polo universitário com a

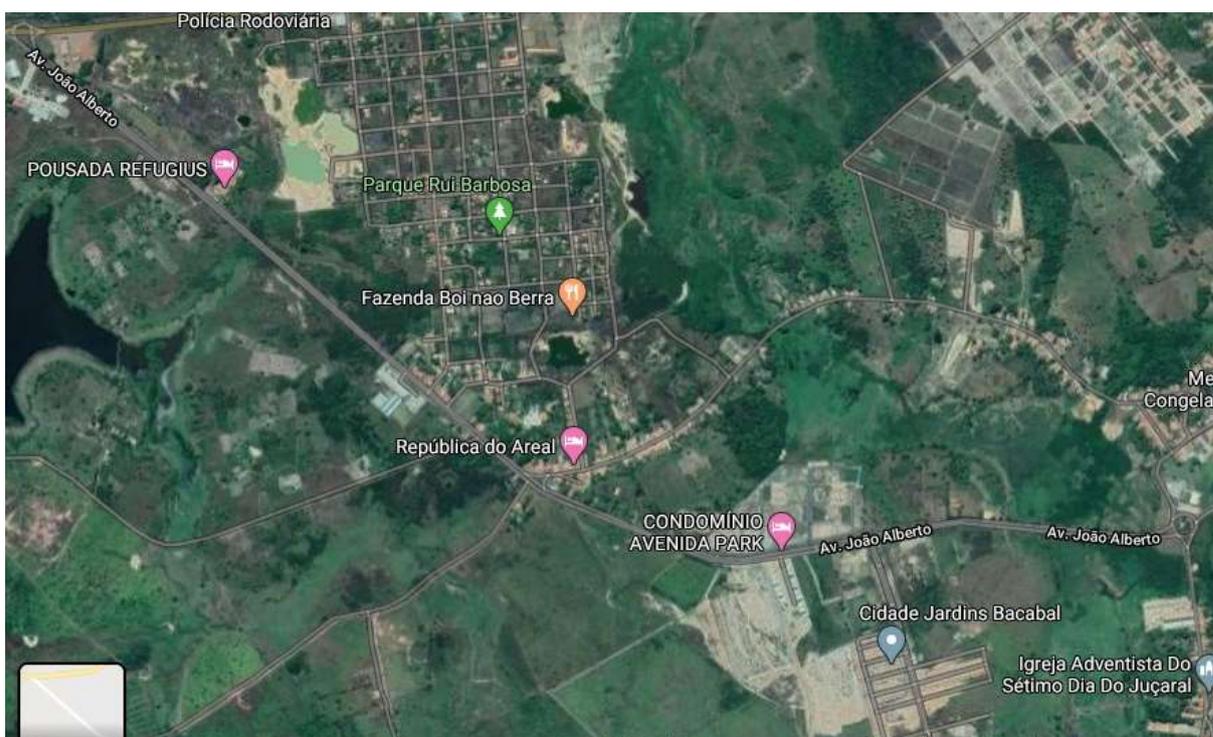
implantação do campus da UFMA e UEMA na década de 1980 e posteriormente o Campus do IFMA em 2010 e outras tantas faculdades de caráter privado. Um novo cenário urbano passou a ser traçado com a construção de condomínios fechados para receber os novos moradores da cidade.

Ressalta-se que os novos empreendimentos surgiram a partir da implantação do polo universitário as margens da Avenida João Alberto, estendendo-se desde o bairro Ramal onde se encontra o Campus III da UEMA, passando pelo bairro Areal onde está instalado o Campus do IFMA até o povoado Bambu onde está localizado o Campus da UFMA.

Ao longo da Avenida os empreendimentos deram vida nova à localidade e promoveram transformações no mercado imobiliário com loteamentos e novas construções além de mudanças no cenário econômico da área com a instalação de comércios, parque aquático, supermercado, Igrejas, Estação de TV e outros empreendimentos que resultaram na melhoria da qualidade de vida das pessoas que moram naquelas localidades, melhorias na urbanização da área com iluminação e recuperação estrutural em toda a extensão da Avenida.

Os investimentos valorizaram a área e novas construções residenciais surgem a cada dia gerando renda para quem trabalha na construção civil e dinamizando o comércio da região que também sofreu influência positiva desse crescimento imobiliário como se pode observar no mapa 7 a seguir.

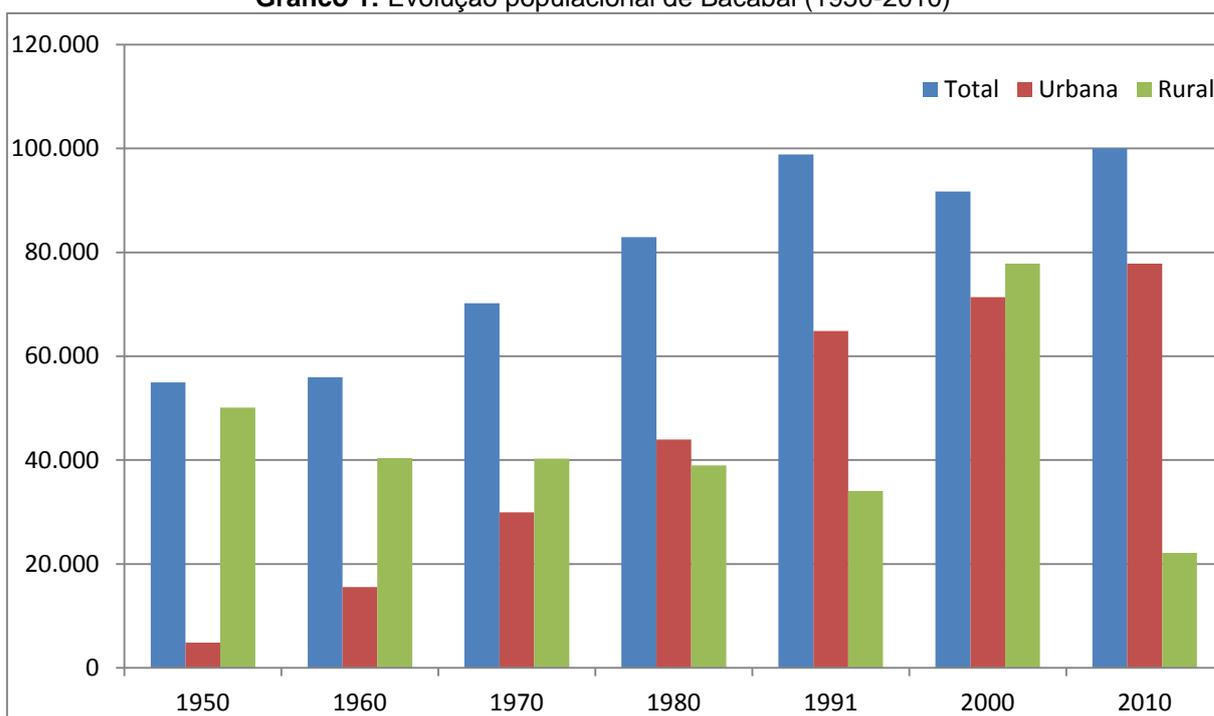
Mapa 7: Traçado da Avenida João Alberto com imagens dos empreendimentos da área



Fonte: Google maps (2019)

Na perspectiva do que se encontra apresentado na tabela 1 remonta-se ao período em que Bacabal antes de ser desmembrado do município de São Luis Gonzaga de acordo com a promulgação da Lei estadual nº932 de 17 de abril de 1920, recebeu um contingente considerável de migrantes provenientes principalmente dos Estados do Piauí e Ceará e em números menos expressivos de outros Estados do Nordeste, dentre eles Rio Grande do Norte, Parnaíba, Pernambuco e Sergipe destacando-se que os migrantes provenientes de Sergipe dedicaram-se à pecuária em grande escala com a criação de gados de corte e leiteiro transformando a paisagem local com a construção de fazendas de grande porte e mecanizada. Já naquela época Bacabal possuía um quantitativo populacional em torno de 50.000 habitantes.

O dinamismo econômico vivenciado pelo município provocado pelo crescimento populacional e produção industrial, associado às mudanças no processo produtivo derivado do cultivo de arroz e algodão e das mudanças no cenário agropecuário com a criação de gado bovino em combinação com o fenômeno climático da seca no sertão nordestino favoreceu o crescimento demográfico da cidade, o qual está expresso no gráfico 1.

Gráfico 1: Evolução populacional de Bacabal (1950-2010)

Fonte: IBGE – adaptado pelo autor (2019)

Tabela 2: Evolução da população de Bacabal

	1950	1960	1970	1980	1991	2000	2010
População Total	54.949	55.920	70.233	82.922	98.875	91.737	100.014
População Urbana	4.857	15.531	29.957	43.966	64.844	71.357	77.860
População Rural	50.092	40.389	40.276	38.956	34.031	20.380	22.154

Fonte: IBGE, 1950, 1960, 1970, 1980, 2000, 2010
Adaptado pelo autor, 2018.

De acordo com dados censitários do IBGE (2010) Bacabal concentrava uma população de 100.014 habitantes no período o que o faz apresentar densidade demográfica de 59,5 hab/Km².

Entre 2000 e 2010, a população de Bacabal cresceu a uma taxa média anual de 0,84%, enquanto no Brasil foi de 1,17%, no mesmo período. Nesta década, a taxa de urbanização do município passou de 77,63% para 77,85%. Em 2010 viviam, no município, 100.014 pessoas.

Entre 1991 e 2000, a população do município cresceu a uma taxa média anual de 1,12%. Na UF, esta taxa foi de 1,53%, enquanto no Brasil foi de 1,63%, no mesmo período. Na década, a taxa de urbanização do município passou de 76,86% para 77,63%.

Tabela 3: População Total, por Gênero, Rural/Urba - Município - Bacabal – MA

População	População (1991)	% do Total (1991)	População (2000)	% do Total (2000)	População (2010)	% do Total (2010)
População total	83.188	100,00	91.989	100,00	100.014	100,00
População residente masculina	39.916	47,98	44.138	47,98	47.757	47,75
População residente feminina	43.272	52,02	47.852	52,02	52.257	52,25
População urbana	63.937	76,86	71.408	77,63	77.860	77,85
População rural	19.251	23,14	20.581	22,37	22.154	22,15

Fonte: PNUD, IPEA e FJP (2018)

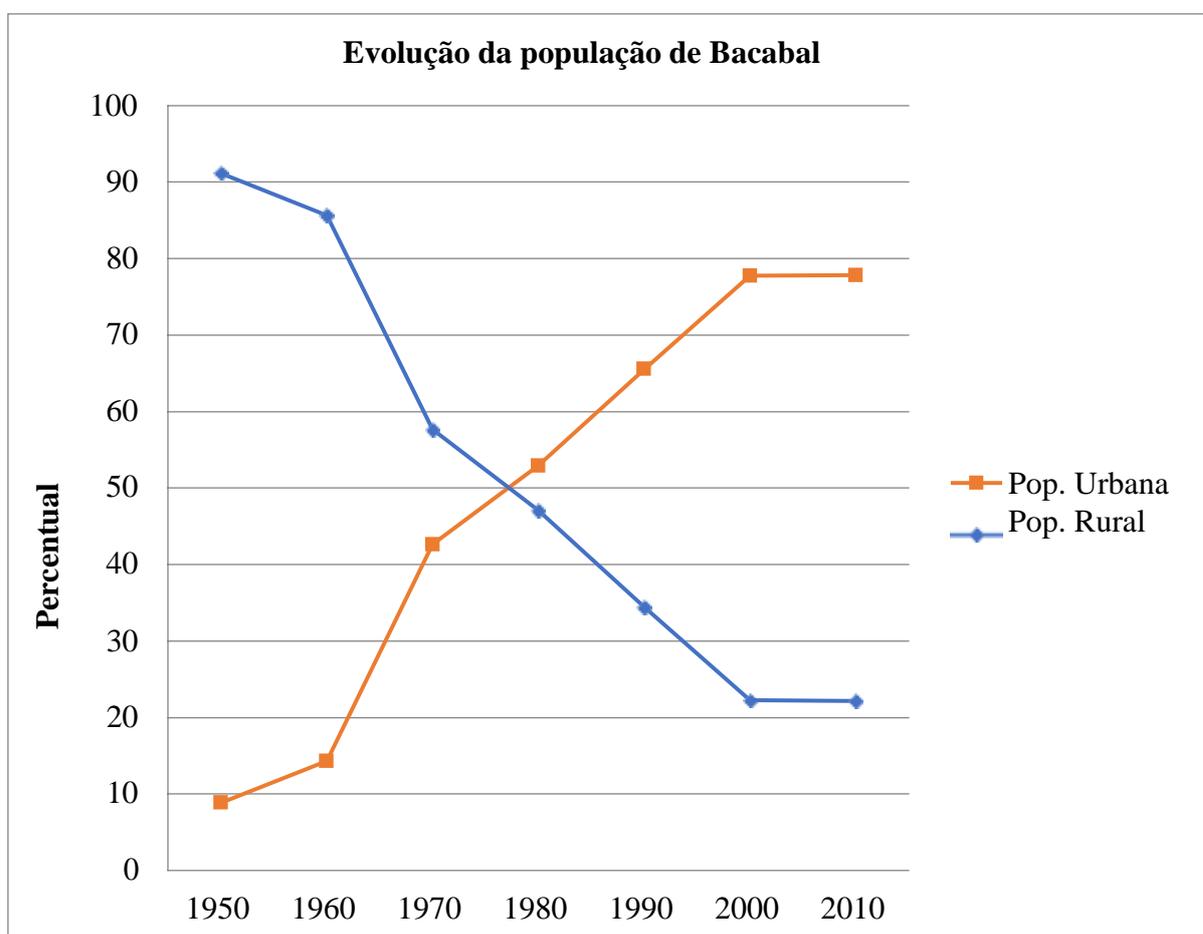
Hoje em dia conta com uma área urbana da ordem de 14,938 km² aproximadamente com uma população estimada em 104.633 habitantes (IBGE, 2018) distribuídos entre a zona urbana e rural. Assim, o crescimento populacional do município entre os anos de 1920 a 1940, provocado principalmente pelas correntes migratórias nordestinas originárias dos Estados do Ceará, Piauí, Rio Grande do Norte, Parnaíba e Pernambuco segundo apontado pelo IBGE (1957) em consequência da seca incorporado à criação de novas unidades administrativas na década de 50 e 60 contribuiu para o gradativo crescimento demográfico do município e foi um elemento importantíssimo para a estruturação e alargamento do espaço urbano da cidade.

Dados do IBGE apresentados em 2016 sobre a evolução do quantitativo populacional urbano e rural de Bacabal entre as décadas de 1950 e 2010 atestam que a partir da década de 80, a maior parte da população residente em Bacabal passou a concentrar-se na área urbana (Gráfico 2). Foi o início da urbanização, fenômeno que se caracteriza pela maior concentração de pessoas na zona urbana e pelo maior aumento percentual desse mesmo quantitativo populacional.

Em 2017 o mesmo IBGE revela que a Densidade demográfica do município era de 63,74 hab/Km² e que desse esse total de habitantes, mais de 80.111 residiam na zona urbana e aproximadamente 22,154 na zona rural, fato que evidencia uma grande corrida para a zona urbana e consequente êxodo rural fato que veio a se

tornar o responsável pela queda da produção agrícola e extrativista do município, o que passou a desenvolver a agropecuária como fator responsável pelos dados econômicos registrados atualmente. Ainda segundo dados do IBGE (2017), entre a década de 70 e a década de 80 a concentração populacional por situação se inverte, a zona rural gradativamente começa a aglutinar os menores percentuais de habitantes. Esse movimento, como já dito, resulta do início do processo de urbanização e se evidenciou em várias partes do globo terrestre.

Gráfico 2: Evolução do quantitativo populacional urbano e rural de Bacabal entre as décadas de 1950 e 2010



Fonte: IBGE (2016). Adaptado pelo autor (2019)

O acelerado processo de urbanização ocorrido a partir da década de 1950 teve como resultado a ampliação e alargamento do espaço citadino embora sem o devido planejamento e conseqüentemente pela substituição dos elementos geocológicos que ocupavam a área, pelos elementos geourbanos.

Ressalta-se nesse contexto que os elementos geocológicos e geourbanos estão ligados diretamente as características físicas do ambiente que a cidade foi

construída, quanto as suas características morfológicas e funcionais. Portanto como elementos geocológicos podem ser citados: Altimetria, Exposição de Vertentes, Declividade, Vegetação, e Hidrografia e como elementos geourbanos: Densidade de construção, de pavimentação, Uso e ocupação do solo (ALVES e MARIANO, 2016).

Já nessa época, de acordo com Milen (2018), começaram a surgir na periferia da cidade as primeiras invasões de áreas resultando em um espraiamento urbano sem dimensionamento e planejamento. Desta feita têm-se informações de invasões de grandes áreas e que hoje são considerados os bairros com maior complexidade de relações sociais e espaciais, basta que sejam comparados os dados da população urbana do município em 1950 com um quantitativo de 4.857 habitantes com a população urbana de 2017 com 80.111 habitantes vivendo na zona urbana da cidade.

Ainda segundo exposições da autora:

A grande concentração populacional de Bacabal a partir da década de 80 intensificou-se na zona urbana, esse fato gerou a necessidade de ampliação da malha urbana a qual se deu, em sua maioria, de forma desordenada através da ocupação irregular e não através da construção de conjuntos habitacionais populares, levando o espaço a ter um aspecto desorganizado com ruas estreitas, lotes residenciais com dimensões diferenciadas, sem espaçamento lateral entre as construções, padrões arquitetônicos variados e ausência de áreas destinadas à preservação do verde. Soma-se a isso, a quase total inexistência da oferta de serviço de coleta e tratamento de esgoto doméstico (MILEN, 2018, p. 169).

O aumento da população urbana em comparação com a população rural é uma realidade que envolve o município de Bacabal acompanhando as estimativas mundiais e nacionais do crescimento da população urbana. Dados da ONU (2015) revelam que a população das cidades já supera a que vive no campo (54% das pessoas vivem em áreas urbanas) e é esperado que, até 2050, essa população corresponda a aproximadamente 66% da população mundial. Alguns países, no entanto, já ultrapassaram essa expectativa para 2050, como é o caso do Brasil, onde 85% dos 202 milhões de habitantes residem em assentamentos urbanos ainda que dados do IBGE (2010) mostrem que o Maranhão é o Estado que detém o maior percentual da população vivendo em áreas rurais. Pelos dados do IBGE, 36,9% dos 6,5 milhões de maranhenses não moram em zonas urbanas. Isso representa um universo de 2.427.640 pessoas em todo o Estado.

Notadamente que a substituição dos elementos geocológicos pela ocupação desordenada e falta de planejamento urbano resultou em alguns aspectos na degradação do meio ambiente, impactos ambientais decorrentes da ocupação e devastação de áreas ribeirinhas ao Rio Mearim, assoreamento de riachos e córregos, efeitos visíveis na área onde se realiza este estudo dissertativo.

Os referenciais de Milen (2018) remetem ao entendimento de que a tardia institucionalização de uma Política de Desenvolvimento Urbano no município de Bacabal, ocorrida apenas no ano de 2006, e a ausência de implementação dessa mesma política, contribuiu e ainda contribui para a existência de vários problemas ambientais como: a retirada indiscriminada dos resquícios da vegetação, a poluição das águas fluviais e mananciais pelo despejo de dejetos in natura, a redução das espécies florísticas e faunísticas, a produção de resíduos sólidos, a destinação inadequada para rejeitos sólidos e líquidos, a ocupação de áreas inapropriadas para a habitação humana, a mudança nas características climáticas na baixa atmosfera, dentre outros.

A expansão urbana da cidade de Bacabal resultou num conjunto complexo de problemas de ordem econômica e social e interferiu significativamente em seu desenvolvimento socioespacial. Essas informações são reflexos dos resultados de estudos observacionais onde a partir de abordagens juntos ao pessoal da Secretaria de Finanças, Prefeitura Municipal e IBGE pode-se constatar a ausência de implementação do Plano Diretor que possa orientar a ocupação do solo urbano e que tenha como proposta os interesses coletivos e difusos tais como a preservação da natureza e da memória, e os interesses particulares de seus moradores de forma a assegurar condições de moradia, infraestrutura básica, saneamento, dentre outros.

Nessa perspectiva aponta-se que dos instrumentos de planejamento e gestão, nos pequenos municípios o principal documento legal vigente é o Código de Posturas e o Plano Diretor é inexistente, o que é uma condição justificada pelo porte populacional dessas cidades. De modo semelhante, nas cidades médias, o principal instrumento vigente é o Código e Posturas e inexistiam as leis voltadas para as temáticas ambientais e culturais. Apesar de essas cidades serem obrigadas a elaborar seus Planos Diretores e seus instrumentos complementares, nesses municípios 41% não possuíam o plano vigente, descumprindo os princípios estabelecidos pelo Governo Federal, para elaboração a do plano até o ano de 2006. Nas grandes cidades, o principal instrumento vigente é o Plano Diretor e inexistente,

principalmente, as leis voltadas às questões da preservação cultural, bem como a Lei de Uso e Ocupação, revelando a não implementação dos instrumentos complementares para a gestão do solo (BURNETT, 2016).

De acordo com dados do IBGE (2017) na cidade de Bacabal uma parcela de 81,4% das famílias possui abastecimento de água por meio da rede pública, porém, somente 1,3% das famílias são atendidas pela rede pública de esgoto e 77,6% possuem esgoto por fossa, inclusive na região central da cidade.

Nessa direção, em 2010 segundo o IBGE, do total de 20.640 domicílios particulares permanentes em área urbana, 17.926 encontravam-se localizados em área com pavimentação, isso significa que 86,85 % das residências estão em ruas e avenidas pavimentadas, no entanto o que se observa é que com exceção dos bairros COHAB I, II e III e dos novos bairros planejados que surgem na cidade, as ruas asfaltadas são margeadas pelas sarjetas onde escorrem água de esgoto e as que resultam do uso doméstico, inclusive no centro da cidade, área comercial da cidade.

A concentração populacional da área em estudo, a partir da década de 80, intensificou-se na zona urbana, esse fato gerou a necessidade de ampliação da malha a qual se deu, na região central e periférica, em sua maioria, de forma desordenada através da ocupação irregular e não através da construção de conjuntos habitacionais populares, levando o espaço a ter um aspecto desorganizado com ruas estreitas, lotes residenciais com dimensões diferenciadas, sem espaçamento lateral entre as construções, padrões arquitetônicos variados e ausência de áreas destinadas à preservação ambiental. Soma-se a isso, a quase total inexistência da oferta de serviço de coleta e tratamento de esgoto doméstico.

Com a urbanização que se deu início a partir da década de 1980 transformações significativas ocorreram no município no âmbito do desenvolvimento urbano com ampliação da presença dos chamados equipamentos urbanos, crescimento populacional em decorrência principalmente da instalação de polos universitários que trouxeram para a cidade milhares de alunos, professores, profissionais ligados às instituições e outros que aproveitando as oportunidades de crescimento, vieram e instalaram seus negócios no município.

Outro fator preponderante que contribuiu para a urbanização acelerada a partir daquela década foi a influência que Bacabal exerce sobre as cidades da Região do Médio Mearim por ser considerada de médio porte, estar localizada numa

localidade estratégica de entroncamento entre as capitais dos Estados do Maranhão, Piauí e Pará e próxima de outras áreas que também se encontravam em estado de desenvolvimento urbano e crescimento populacional.

Dessa forma, há de se considerar que, ainda que na cidade sejam visíveis espaços urbanos construídos a partir de ocupações desordenadas (como no caso do Bairro Pantanal de mais atual a Vila das Almas e em outros bairros mais antigos, inclusive o centro da cidade e incorporado a este, espaços como os do Alto Cururupu, Antigo Campo de Pousos, Esperança e Trizidela), constata-se que a partir da década de 1980 o núcleo urbano de Bacabal sofreu expansão e modificou-se com a presença do que Milton Santos (2014) considera como fixos⁵ e fluxos⁶, denominações utilizadas para fazer referência ao espaço geográfico.

Em Bacabal, esses fixos surgiram de forma acentuada principalmente a partir do primeiro ano deste século com o surgimento de loteamentos, conjuntos habitacionais do governo, investimentos habitacionais particulares e uma infinidade de condomínios de apartamentos e quitinetes em área fechada para recepcionar trabalhadores e alunos universitários (em sua maioria) provenientes de outras localidades que passaram a fixar domicílio na cidade.

Nessa natureza o que se passou a vislumbrar foi um novo cenário urbano. Esse efeito é uma consequência do que Santos (2014) caracteriza como elementos fixos que transformam o espaço geográfico. De acordo com o autor esse novo espaço passou a ser constituído por elementos fixos, por objetos físicos propriamente ditos, como prédios, por exemplo.

De acordo com Barbosa (2014), esses prédios, entretanto, são casas, lojas e hospitais, criados para atenderem a fluxos gerados pelas demandas da sociedade, e sem os quais não tem, de fato, um sentido real. A relação entre fluxos e fixos é dialética, já que novos fluxos exigem instalações físicas, ao passo que a introdução

⁵ Entendem-se como fixos, de acordo com Santos (1994), os objetos materiais, isto é, aquilo que é concreto, material, que sofreu um processo de transformação ou criação humana e passou a adquirir uma função, um sentido. Por exemplo, a madeira em si é apenas um recurso presente na natureza, porém, ao ser transformado pelo homem, por meio da técnica, passa a adquirir um sentido, torna-se um objeto que desempenha determinada função. De tal maneira, o espaço é constituído por estes fixos, que são as casas, portos, armazéns, plantações, fábricas, dentre outros.

⁶ Em conformidade com Santos (1994) os fluxos são um resultado direto ou indireto das ações e atravessam ou se instalam nos fixos, modificando a sua significação e o seu valor, ao mesmo tempo em que, também, se modifica. Fora isso, não se pode esquecer que os fluxos não tm a mesma rapidez. A velocidade de uma carta não é a de um telegrama, um telex, um fax. Os homens não percorrem as mesmas distâncias no tempo, dependendo dos meios com que contam. Ou seja, os fluxos podem ser entendidos como uma ação que permite o desempenho das funções dos fixos.

de novos objetos no meio criará novas possibilidades de interação, modificando fluxos já existentes e criando novos.

Em Bacabal pode-se citar como fixos representativos que alteraram o espaço geográfico, principalmente da cidade e, conseqüentemente aumentaram o fluxo de pessoas, negócios e serviços: a estrutura física dos campi da Universidade Estadual do Maranhão, Universidade Federal do Maranhão e Instituto Federal Tecnológico.

Como o aumento do fluxo interfere no desenvolvimento do espaço, as conseqüências e os resultados dos serviços fizeram emergir no espaço urbano de Bacabal, clínicas, hospitais, faculdades, escritórios, fábricas, concessionárias, lojas, enfim, uma infinidade de novos negócios que contribuíram para o desenho de um novo retrato do município.

Bacabal pela sua excelente localização, além de ser cortada pela BR 316 que se interliga com a BR 135 facilitando o acesso e escoamento da produção, vem conseguindo atrair cada vez significativo número de pessoas em busca de serviços como saúde e educação, desta feita, a cidade tornou-se um polo acadêmico e de saúde com clínicas e hospitais.

Por ter desenvolvido uma oferta diferenciada de bens e serviços, Bacabal insere-se no contexto de influência às cidades vizinhas, fazendo com que suas populações se desloquem à procura de melhores serviços nas áreas da saúde, educação, comércio e outras atividades.

Ainda de acordo com o estudo do IBGE (2007), conhecer os relacionamentos entre as cidades brasileiras com base na análise dos fluxos de bens, serviços e gestão é um importante instrumento para se realizar escolhas locais, tais como decidir a localização de uma universidade, de um hospital ou decidir a localização de uma filial de empresa.

Dessa forma, os fixos transformaram o espaço geográfico da cidade, criaram novas oportunidades e aumentaram o fluxo de pessoas, negócios e serviços, exigindo do poder público, um novo ordenamento com relação ao tratamento dado à cidade em referências aos serviços básicos de infraestrutura e saneamento, saúde, segurança e educação, além da criação de espaços culturais e de lazer para essa nova população.

1.1 Um recorte histórico da urbanização de Bacabal: de 1930 aos dias atuais

Primariamente antes que se reporte ao processo histórico de urbanização de Bacabal dentro de um contexto histórico, acredita-se ser relevante destacar que o processo de urbanização é um fenômeno em progresso e que em suas nuances, possibilitou para algumas sociedades todas as vantagens provenientes do desenvolvimento, no entanto, convém assinalar que em outras situações, os benefícios, principalmente os de cunho social, não chegaram a todas as comunidades, bairros, cidades, estados.

Retratar o processo de urbanização como o simples processo de concentração espacial de pessoas é reduzir o conceito de “urbano” a uma dimensão errônea de espaço onde vivem e trabalham certa quantidade de pessoas.

Compreende-se urbanização em sentido exato, sim, como a concentração espacial de pessoas, mas de pessoas que se beneficiam dos resultados dessa concentração, que interferem, fazem parte, atuam e contribuem para o desenvolvimento desse espaço, enfim, convivem em um espaço de relações sociais e econômicas satisfatórias. Talvez por isso, Castells (1983, p. 39) tenha se reportado à urbanização como “a difusão do sistema de valores, atitudes e comportamentos” referenciando pessoas que vivem e culturas que predominam em determinado local. Nesse contexto, torna-se imperioso retratar o processo de urbanização no Brasil para que se possa compreender os efeitos desse processo em regiões como a do município de Bacabal e em áreas como a do bairro Pantanal na cidade de Bacabal – Maranhão.

Ainda que o marco inicial do processo de colonização de Bacabal tenha sido em 1876 é pertinente remontar o processo de urbanização no Brasil onde, de acordo com Santos (2005) a urbanização teve seu início a partir do século XVIII, com o deslocamento da população, denominada por ele, de elite rural, para as cidades. Compara-se a essa assertiva a chegada do Coronel Lourenço Vieira da Silva membro de uma família tradicional da elite rural que viu na área ainda a ser desbravado um espaço onde futuramente iria ser assentada uma grande cidade, originária do seu empenho individual e do ideal de desenvolvimento da região.

No entanto, faz-se mister ressaltar que nem sempre a urbanização de uma área segue acompanhada de condições favoráveis ao desenvolvimento, com infraestrutura condizente às necessidades daquele momento, nessa natureza, de

nada importa incrementar ou fomentar o processo de urbanização e o crescimento urbano de uma cidade sem considerar os efeitos da urbanização deixando à margem, as necessidades básicas dos sujeitos sociais que irão ter aquela cidade como o seu lugar.

Nessa natureza, a categoria desenvolvimento urbano usada neste estudo para retratar a realidade do espaço geográfico de Bacabal (particularmente ao bairro Pantanal) e suas desigualdades ampara-se na compreensão de David Harvey (2014) ao expor que a urbanização comandada pelo capital é responsável pelo desenvolvimento geográfico desigual.

Por sua vez, Milton Santos (1980, p. 22) na perspectiva da “Urbanização desigual” com foco ao fenômeno urbano em países subdesenvolvidos, assinala que “a produção do espaço urbano é resultado da ação dos homens agindo sobre o espaço, é a expressão das relações de produção que transformam e reproduzem o próprio espaço”.

No contexto do “Direito à cidade”, Henri Lefebvre (1991) disserta que o espaço urbano apresenta algumas características essenciais que o qualificam como contraditório e sustenta em si um viés necessário para manter a produção e a reprodução em constante dialética do espaço que refletem e reforçam o sistema capitalista. Em suas exposições o autor nos remete à realidade do espaço urbano em estudo, espaço fragmentado, parcelado, trocado e vendido; não compreendido pelas ciências parcelares, já que se tornou uma realidade da totalidade global, desigualdades segregacionistas que coloca em perigo as relações sociais e acentua suas formas de poder, de violência etc.

Nesse propósito, Mota (1999, p. 17) assevera que “o aumento da população e a ampliação das cidades deveria ser sempre acompanhado do crescimento de toda a infraestrutura urbana, de modo a proporcionar aos habitantes uma mínima condição de vida”.

Ao reportarmo-nos à Bacabal, depara-se com situações de extrema desigualdade social e econômica decorrente da ausência de implementação de Política de Desenvolvimento Urbano no município.

Se a questão é por que a Prefeitura permite a ocupação e não dá infraestrutura, a resposta advém dessa ausência de implementação. De acordo com registros do perfil dos municípios brasileiros (IBGE, 2018) que trata da Legislação e

Instrumento de Planejamento o município tem um Plano Diretor (2006) que, no entanto nunca foi revisto.

Há de se destacar a existência muito bem estruturada de um documento denominado “Uso e ocupação do solo e zoneamento urbano e rural de Bacabal” de responsabilidade da Secretaria de Obras e Urbanismo vinculado às propostas do Plano Diretor participativo de Bacabal que apresenta dados básicos e demográficos do Município, uso e conservação do solo, plano de ocupação do solo urbano, diagnóstico ambiental, zoneamento do Município de Bacabal e dados Socioeconômicos relativos ao uso e ocupação do solo. O documento inclusive apresenta as zonas de ocupação do município, sendo 06 na zona rural e 01 na Sede, sendo esta subdivida em 09 zonas urbanas dentre as quais na zona urbana 09 encontram-se as áreas referentes ao Bairro Pantanal, Santos Dumont, Vila São João e Vila Palmeira.

Então como responder por questões relacionadas ao zoneamento ambiental ou zoneamento ecológico-econômico, unidades de conservação, concessão de uso especial para fins de moradia, usucapião especial de imóvel urbano se o estudo destaca em sua fase conclusiva que no município não existe legislação específica sobre essas questões?

Por outro lado como conceber a ideia de que a legislação existe e encontra-se subordinada ao Plano Diretor do Município se o referido existe, mas não foi implementado e nem revisto.

O estudo do IBGE (2007) deixa claro essa realidade conforme se pode constatar na figura 5 a seguir:

Figura 5: Perfil dos municípios brasileiros

**BACABAL - PERFIL DOS MUNICÍPIOS BRASILEIROS IBGE
2018
LEGISLAÇÃO E INSTRUMENTO DE PLANEJAMENTO**

PLANO DIRETOR - EXISTÊNCIA	Sim
Ano da lei de criação	2006
O plano foi revisto	Não
DEMAIS INSTRUMENTOS:	
Legislação sobre área e/ou zona especial de interesse social - existência	Sim, como parte integrante do Plano Diretor.
Legislação sobre zona e/ou área de interesse especial - existência	Sim, como parte integrante do Plano Diretor.
Lei de perímetro urbano - existência	Sim, com legislação específica.
Legislação sobre parcelamento do solo - existência	Sim, como parte integrante do Plano Diretor.
Legislação sobre zoneamento ou uso e ocupação do solo - existência	Sim, como parte integrante do Plano Diretor.
Legislação sobre solo criado ou outorga onerosa do direito de construir - existência	Sim, como parte integrante do Plano Diretor.
Legislação sobre contribuição de melhoria - existência	Sim, como parte integrante do Plano Diretor.
Legislação sobre operação urbana consorciada - existência	Sim, como parte integrante do Plano Diretor.
Legislação sobre estudo de impacto de vizinhança - existência	Sim, como parte integrante do Plano Diretor.
Código de obras - existência	Sim, com legislação específica.
Legislação sobre zoneamento ambiental ou zoneamento	Não

ecológico-econômico

Legislação sobre servidão administrativa	Não
Legislação sobre tombamento	Não
Legislação sobre unidade de conservação	Não
Legislação sobre concessão de uso especial para fins de moradia	Não
Legislação sobre usucapião especial de imóvel urbano	Não
Legislação sobre direito de superfície	Sim, com legislação específica.
Legislação sobre regularização fundiária	Sim, com legislação específica.
Legislação sobre a legitimação de posse	Não
Legislação sobre estudo prévio de impacto ambiental	Sim, com legislação específica.

Fonte: IBGE (2007)

O primeiro registro de preocupação com a organização de uma planta que representasse a cidade de forma a organizar a malha urbana constituída e as possibilidades de expansão no sentido de padronizar as novas construções e determinar o traçado de ruas paralelas e perpendiculares à então avenida central que já tomava forma e se constituía como sendo o marco comercial da cidade previa um traçado longo que seguia das margens do rio Mearim até o Ramal, onde se concentravam as usinas de beneficiamento de algodão e arroz.

À época em Bacabal o escoamento da produção se fazia através de um porto localizado no rio Mearim que servia para o escoamento da produção de algodão conhecido como Estiva Marítima, referenciado por Oliveira (2003) como a porta de saída do comércio da cidade, onde saíam vapores, lanchas e barcos, pois, o único meio de fluxo comercial era o rio Mearim a estrada natural e o único meio de transporte e escoamento da produção para a capital do Maranhão São Luís.

Os escritos de Sousa (2013) remetem que os primeiros sinais de construção do desenho urbano da cidade deu-se na região central, hoje considerado o centro comercial como consequência da abertura de um caminho entre a rampa do porto, o

centro da cidade e o lugar conhecido por Forquilha, hoje a atual Rua Gonçalves Dias. Essa iniciativa contribuiu para o aumento de construções no centro da cidade, a abertura de ruas e o desenvolvimento do comércio.

O espaço urbano de Bacabal naquela época sofreu influência de dois eventos marcantes: a eclosão da Segunda Guerra Mundial e queda na produção e comercialização algodoeira já que os países compradores envolveram-se diretamente no conflito e, portanto, não tinham mais condições de importação e exportação, devido ao conflito, em conformidade com exposições de Sousa (2013).

Em contrapartida, como a região se beneficiava de suas terras férteis, a construção de uma estrada carroçável ligando Bacabal ao distrito de Caxuxa na bifurcação da BR 135/ BR 316, permitiu a ligação rodoviária a São Luís e demais cidades e à ferrovia São Luis/Teresina através dos entroncamentos nas cidades de Codó e Coroatá, facilitando o escoamento da produção que até então era feito através de barcas pelo Rio Mearim.

Há de se considerar que as transformações do espaço urbano da cidade sofreram influência do sistema de produção. A queda da produção algodoeira e os seus efeitos sobre a economia do município foi recompensada pela valorização do coco babaçu no mercado europeu estimulando novamente o desenvolvimento comercial e ampliando as margens das ocupações na cidade com o espraiamento desordenado da população do campo e da construção de casas nas áreas de periferia próximas das florestas de babaçu. Tinha-se naquela época o advento da agricultura associado ao extrativismo do babaçu e o surgimento das primeiras invasões no entorno da cidade, principalmente nas áreas fronteiras ao município de São Luis Gonzaga com acesso por Bacabal.

Os efeitos desse novo ciclo que passou a fazer parte do desenvolvimento comercial do município são retratados por Mesquita (1998, p. 4) em abordagens sobre “A crise da economia do babaçu no Maranhão (1920- 80)” da seguinte forma:

Inicialmente, a produção cresce modestamente por conta da restrição dos mercados externo e interno, mas, no 2º pós-guerra, com a instalação da indústria de beneficiamento no Maranhão e em áreas mais próximas (Piauí e Ceará), a expansão se intensifica consideravelmente, até os anos 70. O volume da oferta de babaçu entre 1960 e 1990 cresce a taxas modestas, mas entre 1960 e 1970 houve um acréscimo de 8%, e, entre 1970 e 1975, de 5%. Entre 1980 e 1990, houve uma queda de 23%. O ano de melhor performance foi 1980, com 171.973 toneladas. Deste ano em diante, há um recuo acentuado, por exemplo, em 1992, a produção era de apenas

102.160 toneladas, menor do que a de 1960, conforme Censo da Produção do Extrativismo Vegetal e da Silvicultura realizado pela Fundação IBGE.

O extrativismo do babaçu se intensifica e esse novo ciclo econômico passa a formar um maior contingente populacional com preferência pela zona urbana do município e com isso o centro da cidade vai se remodelando as funções comerciais e industriais assumem papel relevante no desenvolvimento do município e Bacabal passa a ter o rosto de um núcleo urbano mais organizado com ruas, quarteirões e bairros, ainda que sem planejamento, mas com uma configuração mais organizada.

Nesse contexto, Oliveira (2003) reporta-se à década de 1950 onde segundo ele são os anos dourados da cidade de Bacabal já que a população cresceu de forma substancial passando a ocupar uma maior área principalmente na região do centro da cidade e do bairro Ramal. O autor referenciando dados do IBGE atesta que em Bacabal no ano de 1950 a população urbana do município era de 4.857 habitantes e em 1960 passou para 15.531 habitantes, um crescimento de mais de 200%, resultado dos ganhos financeiros com a produção.

A cidade passou a ter uma nova aparência com a construção de casas modernas e grandes, adornadas por belos jardins e muros projetados que simbolizavam o padrão de vida das pessoas, principalmente daqueles que estavam se beneficiando do extrativismo do babaçu.

Os donos de usina de beneficiamento do babaçu (e também de usinas de beneficiamento de café) passaram a ocupar a região da Rua Magalhães de Almeida que liga a BR 316 ao centro comercial da cidade e ali construíram suas casas que até hoje representam os tempos áureos do período das grandes usinas da cidade como se constata nas figuras 6, 7 e 8 que revelam a grandeza econômica do município nas décadas de 1960 e 1970.

Figura 6: Residências de Bacabal – Cenário da grandeza econômica do município na época do extrativismo do babaçu



Fonte: Google Maps (2019)

Figura 7: Residências de Bacabal – Cenário da grandeza econômica do município na época do extrativismo do babaçu



Fonte: Google Maps (2019)

Figura 8: Residências de Bacabal – Cenário da grandeza econômica do município na época do extrativismo do babaçu



Fonte: Google Maps (2019)

O autor ainda refere que “daí em diante Bacabal se agigantou, foi o tempo do arroz e do algodão, que vinha despontando com muita esperança de progresso. Havia um grande movimento de usinas, que iam da Igreja de Santa Teresinha até o Ramal”.

Há de se destacar que o ciclo do arroz produziu significativas transformações no processo de desenvolvimento urbano da cidade de Bacabal com a construção de casas as áreas próximas às usinas de beneficiamento, a abertura de ruas e a construção do primeiro conjunto habitacional, o Filipinho, na região central hoje Avenida Carlos Sardinha, o primeiro traçado de rua com canteiro central com características de avenida.

Desenvolveram-se também as áreas às margens da Rua Getúlio Vargas hoje a principal via da cidade com grandes construções e comércio intensivo e a Rua Magalhães de Almeida com traçado que sai da BR 316 e segue até o Centro da cidade, de forma que o município, como ressaltado anteriormente já foi o 3º maior do centro industrial do Estado possuindo aproximadamente 25 usinas de beneficiamento de arroz citando-se agora as referidas com seus respectivos imóveis para que se tenha uma ideia da dimensão da produção e dos investimentos realizados com o patrimônio imobiliário: Usina do Sr, Oscar Martins hoje Armazém Paraíba, Usina do Sr. Maneco Mendes, hoje Trizidela, Usina do Sr. Romeu Fernandes, hoje Brasillar, Usina do Sr. José Neves, hoje Bradesco, Usina do Sr. Tota, hoje SEBRAE, Usina Só cereais, antiga Brahma, Usina Cotonifícil, antiga Coca-cola, dentre outras.

Marco expressivo desse desenvolvimento foi a construção da ponte sobre o Rio Mearim na área urbana da cidade de Bacabal que fez surgir novas ocupações às margens e na proximidade da ponte, citando-se o bairro Trizidela e a Rua Jorge Mendonça que fez surgir construções e palafitas em toda a sua dimensão dando início a um problema que até hoje aflige comunidade e poder público: a poluição do rio e o excesso de dejetos que são derramados diariamente em suas margens pela falta de uma estrutura de coleta de tratamento e esgotos, não só nessa área, mas em toda a cidade de Bacabal.

Destaca-se que na cidade de Bacabal somente os bairros COHAB I, II e III foram projetados com rede de esgoto e tratamento final com uma estação de tratamento às margens da BR 316, no entanto, essa estação coletora não atende

mais à demanda dos moradores e o excesso é jogado nas águas do riacho Bambu que possui ligação com o lago da Vila Mutirão e Rio Bambu.

Conforme apontamentos de Sousa (2013) até 1957, antes da construção da ponte sobre o rio Mearim, o transporte era feito por canoas, pontões e mais tarde uma ponte flutuante foi feita, para a passagem dos pedestres e depois construída uma ponte de concreto, pois, o movimento de carros era grande por causa da colheita do arroz, algodão, milho coco babaçu e outros produtos agrícolas. O autor refere também que anos sessenta a intensidade do fluxo migratório foi menor em Bacabal. Porém, não fez o centro urbano parar de crescer.

A construção da BR 316 na década de 1970 e o seu asfaltamento até a pré-Amazônia maranhense possibilitou a abertura de novas estradas entre elas a MA 247 com acesso a São Luis Gonzaga do Maranhão e outras com acesso aos municípios vizinhos e a continuidade da expressão e representatividade do município na economia maranhense.

A partir da década de 1980 o espaço citadino tomava forma de cidade em função da melhoria nas estradas e da intensa imigração nordestina em busca desse novo eldorado, atraídos pela produção agrícola e pelo surgimento de novas fronteiras na pecuária. Para se ter uma ideia do poder produtivo do município, instalou-se uma Bacia Leiteira, o Frigorífico Bacabal (FRIBAL), dois curtumes para beneficiamento do couro do boi abatido pelo frigorífico, quatro fábricas de sabão localizadas próximas a esses empreendimentos e que fizeram surgir em seu entorno novas ocupações (desordenadas) como o bairro Setúbal, bairro da Areia, Vila Almiro Paiva, Vila Frei Solano e Vila Pedro Brito, além da construção de um condomínio particular de casas que deu trouxe uma nova imagem à localidade.

Esses eventos provocaram mudanças no traçado urbano da margem direita da BR 316 no perímetro urbano de Bacabal com a abertura de ruas asfaltadas, mas também de becos e vielas que levam diretamente às margens do rio Mearim e se transformaram em uma área de alto índice de criminalidade e tráfico de drogas.

O município desponta então como o 3º maior centro industrial do Estado do Maranhão e a produção do algodão, arroz, bacacu e o ciclo da pecuária foram fatores fundamentais na transformação do espaço urbano da cidade e na expansão da malha urbana de Bacabal. Tal fato atrai a atenção de migrantes nordestinos que voltam a procurar a região como forma de garantir sua sobrevivência e condições para construir suas moradias.

Segundo o que disserta Silva, Lima (2007), as transformações urbanas são consequência desse processo e com a vinda da Cotoniery como principal empresa de descaroçamento de Algodão, se exigiu uma remodelação urbana do espaço, como a construção de uma linha férrea para o transporte do algodão até ao porto. Daí novas residências são estabelecidas para abrigar os trabalhadores e operários da empresa.

O autor expõe ainda que de fato, pode-se apontar sem embargo que nas décadas de 50 e fins da década de 60 do século XX, o município de Bacabal era o terceiro maior centro industrial do estado. Logo, avaliamos que a estruturação desse parque industrial, exigiria um maior consumo energético, o que desencadeou a substituição da usina elétrica gerada por motores, inaugurada em 1931, por outra de maior potencial que foi inaugurada em 24 de dezembro de 1953 (SILVA, LIMA, 2007).

Nas décadas de 1950 a 1970 o município tem uma retomada da economia com a grande produção de arroz no município, tendo como fatores principais, a chegada de grande número de migrantes nordestinos que além de trabalharem com a produção, contribuíram para o desenvolvimento da região, construindo suas moradias e investindo em pequenas plantações de árvores frutíferas e cultivo de hortaliças, desenhando um novo cenário onde antes só haviam terras inexploradas de grandes latifundiários. Para Sousa (2013) esse fato decorreu devido à grande quantidade de terras devolutas e inexploradas que a medida que esses trabalhadores aqui se estabeleciam, iam explorando e cultivando. A terra foi a alternativa que deu um impulso ao ciclo econômico mais duradouro do município de Bacabal, o ciclo do Arroz.

O município então expandiu sua malha urbana e fez surgir na região do bairro Ramal uma nova área urbana que ocupada de forma desordenada se transformou nas ocupações hoje conhecidas como Chapadinha, Vila das Almas, área nova do bairro Juçaral, Areal e Barreirinha.

Assim ao concluir-se este capítulo que em sua estrutura remeteu ao dinamismo espacial de Bacabal enfocando a historicidade desde a sua formação administrativa e judiciária, urbanização, geografia, demografia, economia, educação e infraestrutura, abre-se espaços para um novo contexto, o da dinâmica do crescimento da cidade com ênfase á expansão da malha urbana de Bacabal aspectos a serem abordados no capítulo 2 a seguir.

2 A DINÂMICA DO CRESCIMENTO DA CIDADE: A EXPANSÃO DA MALHA URBANA DE BACABAL

As abordagens iniciais desta unidade recaem sobre o que aponta Carvalho (2015, p. 2) em seus referenciais quando disserta que:

Com o crescimento das cidades sem o devido planejamento quanto ao uso e ocupação do solo, os problemas de degradação são ampliados e passam a causar transtornos e prejuízos a certa parcela das populações, notadamente as que ocupam as áreas de risco.

Para o autor, considerando o contexto do crescimento desordenado, áreas naturalmente mais vulneráveis a ocupação passam a apresentar problemas crônicos com uma repercussão negativa para os ecossistemas e para as populações de baixo poder aquisitivo que as ocupam (CARVALHO, 2015).

Por sua vez, Brito (2014, p. 1) destaca que:

O crescimento populacional é um fator que provoca mudanças na dinâmica de uma cidade, o que necessita de uma infraestrutura para suprir as necessidades da densidade populacional vigente, visto que a demanda e a procura pelos serviços essenciais como saúde, educação, segurança, moradia também aumentam.

Nessa perspectiva, Fontoura (2013) atesta que, a ocupação do solo em áreas indevidas é uma prática comum nas cidades brasileiras, ocasionada principalmente pelo acelerado crescimento populacional e utilização de áreas consideradas impróprias à moradia pelo processo intenso de urbanização, causando desequilíbrio ambiental no espaço urbano.

Ainda de acordo com o autor, a cidade é uma forma da organização espacial, o uso e ocupação do solo são os termos determinantes do adensamento demográfico, o espaço urbano transforma e modifica o meio físico, a paisagem, ciclo hidrológico pelo intenso processo de urbanização desequilibrando de forma geral o ecossistema (FONTOURA, 2013).

As assertivas do autor revelam o cenário do espaço geográfico em que se realiza o estudo. O contraste entre as áreas do bairro que estão próximas ou ligadas a outros bairros e aquelas do entorno da cidade que pertencem ao mesmo espaço geográfico do estudo revelam ocupações impróprias em áreas que não deveriam ser ocupadas por serem de preservação ambiental e que provocam devastação e

degradação do meio ambiente, modificam o percurso hídrico dos córregos, provocam a seca dos lagos, mortalidade de peixes, expulsão de aves e animais, alterando o ecossistema do município.

Segundo atesta Andreoli *et al.* (2013), a ocupação desordenada do solo expõe uma diversidade de problemas, quer seja por planejamento inadequado, inexistência de planejamento ou omissão do poder público, definindo como resultados: Alteração do regime de produção: a impermeabilização do solo impede a infiltração da água, acentuando os problemas da erosão urbana e aumentando os picos de cheia. Por outro lado, a minimização da recarga nos solos, reduz a disponibilidade de água nos períodos de baixa precipitação; Ausência de infraestrutura básica: a falta de coleta e tratamento de esgotos e a disposição inadequada de resíduos leva contaminantes aos rios, que têm a qualidade da água comprometida, o que dificulta a potabilização da água; Desperdício: diferentes usos da água associados ao baixo custo e a disponibilidade aparentemente abundante torna o recurso natural de uso mais negligente, mal administrado e desperdiçado pelo homem.

Relatórios do IBGE (2011) sobre o Censo Demográfico de 1960, 1970, 1980, 1990, 2000 e 2010 apontam que o crescimento urbano desordenado e desigual nas cidades brasileiras tem acarretado, em muitos casos, uma série de problemas que implicam no desenvolvimento funcional e no uso e ocupação do espaço, de acordo com o que aponta Silva (2015).

Segundo o censo de 1940, promovido pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas (IBGE), no qual a população brasileira foi dividida pela primeira vez em rural e urbana, apenas 29,31% da população vivia em zonas urbanas.

Se acompanharmos o crescimento populacional (Tabela 4), com foco nas mudanças de status com relação à população urbana e rural, constata-se que já na década de 1960 o percentual da população urbana e rural atingiu proporções quase equivalentes e que, com o passar dos anos, essas proporções se tornaram desproporcionais, considerando-se os efeitos desse crescimento urbano que, em sua maioria, produziram problemas de todas as ordens, principalmente de infraestrutura, equipamentos e serviços nas áreas urbanas.

Em seu entendimento, Carvalho (2015) expressa que, o zoneamento urbano é um instrumento essencial para o município ordenar de forma correta o uso e ocupação do solo. No entendimento expresso pelo autor, é através dele que haverá

uma orientação de como o espaço deverá ser utilizados, sem agredir o meio ambiente.

Assim, compreende-se a importância do planejamento urbano como um instrumento condutor do desenvolvimento de forma adequada e com ordenamento.

Tabela 4: População dos Censos Demográficos/Brasil – 1960/2010 por população de zona urbana e rural

	1960	1970	1980	1990	2000	2010
Brasil	Pop. Urbana					
	32.004.817	52.904.744	82.013.375	110.875.826	137.755.550	160.925.792
	Pop. Rural					
	38.987.526	41.603.839	39.137.198	36.041.633	31.835.143	29.830.007

Elaboração: o autor (Adaptado de IBGE, 2011).

Os dados apresentam que já na década de 1970 mais da metade da população já vivia em zonas urbanas, o que, de acordo com o IBGE, atingia 55,98% da população total.

Na década de 1980, esse percentual sofreu alterações expressivas elevando o número da população urbana para 67,59%. No ano de 1990, 75,40% da população brasileira já residia nas áreas urbanas.

Em 2000, com uma população de 169.590.693 (IBGE, 2010), esse número subiu para 81,24% vivendo na zona urbana e, no último censo, constatou-se 84,36% da população vivendo na zona urbana.

Esse panorama de crescimento da população brasileira demonstra que houve uma inversão na distribuição da população em curto espaço de tempo.

Notadamente que nas regiões mais despreparadas e nas cidades menos abastecidas de recursos, como a Região Nordeste do país, onde se encontra localizado o município e a área de estudo, esses problemas cresceram em paralelo ao crescimento desordenado, provocando situações como o objeto de estudo deste trabalho.

Segundo dados do IBGE (2011), até a década de 1970 a população da Região Nordeste em sua maioria residia na zona rural.

A partir dos resultados do Censo de 1980 houve uma aproximação proporcional entre a população da zona urbana e zona rural e, já a partir de 1990, as proporções tomaram as mesmas dimensões em nível nacional com a maioria da população vivendo na zona urbana, como é apresentado na tabela 5.

Tabela 5: População dos Censos Demográficos Região Nordeste – 1960/2010 por população de zona urbana e rural – Relação percentual.

	1960	1970	1980	1990	2000	2010
Região Nordeste	Pop. Urbana					
	7.680.681	11.980.937	17.959.640	25.753.355	32.929.318	38.821.246
	Pop. Rural					
	14.748.192	16.694.173	17.459.516	16.716.870	14.763.935	14.260.704
Total	22.428.873	28.675.110	35.419.156	42.470.225	47.693.253	53.081.950
Relação proporcional entre população urbana e rural						
Urbana	34,24%	41,78%	50,70%	60,63%	69,04%	73,13%
Rural	65,76%	58,22%	49,30%	39,37%	30,96%	26,87%

Elaboração: o autor (Adaptado de IBGE, 2011)

A partir das apresentações dos dados segundo o que se encontra expresso nas tabelas 4 e 5, recorreu-se aos referenciais de Santos (2011, p. 25) para destacar que:

As cidades brasileiras não estavam preparadas para um crescimento populacional tão rápido, por isso, acumularam, a partir de então, problemas de todas as ordens, tornando cada vez mais desigual a distribuição dos recursos, principalmente para as áreas de infraestruturas, equipamentos e serviços nas áreas urbanas. A concentração dos investimentos públicos ocorreu nas áreas onde se concentravam os mais ricos, perpetuando as dificuldades das ocupações nas áreas periféricas.

O autor expõe ainda que “quando a cidade expande seus limites, deixa, em seu interior, grande quantidade de terrenos vazios” (SANTOS, 2011, p. 25). Essa realidade tem-se tornado visível na região do Médio Mearim, área do Estado do Maranhão onde se encontra geograficamente o município de Bacabal.

Nessa perspectiva, há que se destacar que em Bacabal esse crescimento desordenado não foi diferente e considerando-se a localização estratégica da cidade, ocorreu um crescimento populacional expressivo, retratado nos relatórios dos Censos do IBGE, em decorrência da procura por uma região considerada fértil e produtiva, propícia a culturas diversificadas como a agricultura, agropecuária e extrativismo.

Para ter-se uma noção desse crescimento desordenado que acabou revelando Bacabal como sendo um dos municípios mais desenvolvidos do Estado até o final da década de 1990, em 1950 considerando a produção agrícola e o surgimento das primeiras fazendas de criação de gado, de acordo com o recenseamento, a população do município era de 54,949 habitantes e, em 2016, de acordo com o IBGE (2017), a população do município era de 102,265 habitantes.

A densidade demográfica 63,74 hab./Km². Deste total de habitantes, mais de 80.111 residem na zona urbana e aproximadamente 22,154 na zona rural, fato que

evidencia uma grande corrida para a zona urbana e êxodo rural, responsável pela queda da produção agrícola e extrativista do município, o que passou a desenvolver a agropecuária como fator responsável pelos dados econômicos registrados atualmente (IBGE, 2017).

Dessa transição da população da zona rural para a zona urbana, se torna impossível configurar o uso e ocupação desordenada do solo urbano sem se fazer referência ao principal agente de transformação do espaço geográfico: o homem. Esse homem que modifica espaços transforma ambiente, ordena e desordena o solo em que habita.

Nessa concepção, autores como Araújo (2007, p. 9) atestam que:

As sociedades humanas, ao produzirem sua vida material e sua história, modificam os ambientes naturais e produzem também espaço. O processo de humanização da natureza e de transformação desta em recurso produtivo resulta na produção do espaço geográfico.

Ao se fazer referência à expansão da malha urbana de Bacabal, primariamente remonta-se à década de 1950, período da chegada dos migrantes nordestinos que vieram em busca de trabalho em função da retomada da economia do município com o ciclo da produção de arroz.

O desenvolvimento econômico trouxe benefícios ao município e os grandes proprietários de terra, latifundiários da região, pressionados pelo governo municipal sobre as questões do espaço urbano, passaram a vender de forma indiscriminada suas terras em lotes menores abrindo espaço para o desenvolvimento urbano, principalmente das áreas às margens da BR 316.

Nesse contexto, Oliveira (2003) refere que em 1952 em Bacabal existiam apenas três Bairros: Trizidela, Ramal e Juçaral. Esse crescimento habitacional na região central, estendendo-se em direção ao bairro Ramal, extensão da Rua Magalhães de Almeida, Carlos Sardinha, 28 de julho, Barão de Capanema, Barão do Rio Branco até a Praça de Santa Terezinha se deve notadamente à instalação das usinas de beneficiamento de arroz na cidade criando assim um novo ambiente, onde o progresso refletia os resultados da economia.

No entanto, esse momento áureo não demorou a entrar em decadência e pelo final da década de 1980 e início da década de 1990 o município se deparou com a realidade da retração da economia em função da inserção de novos

modelos de produção que culminaram com o fechamento das usinas, de seis agências bancárias e de outros estabelecimentos comerciais.

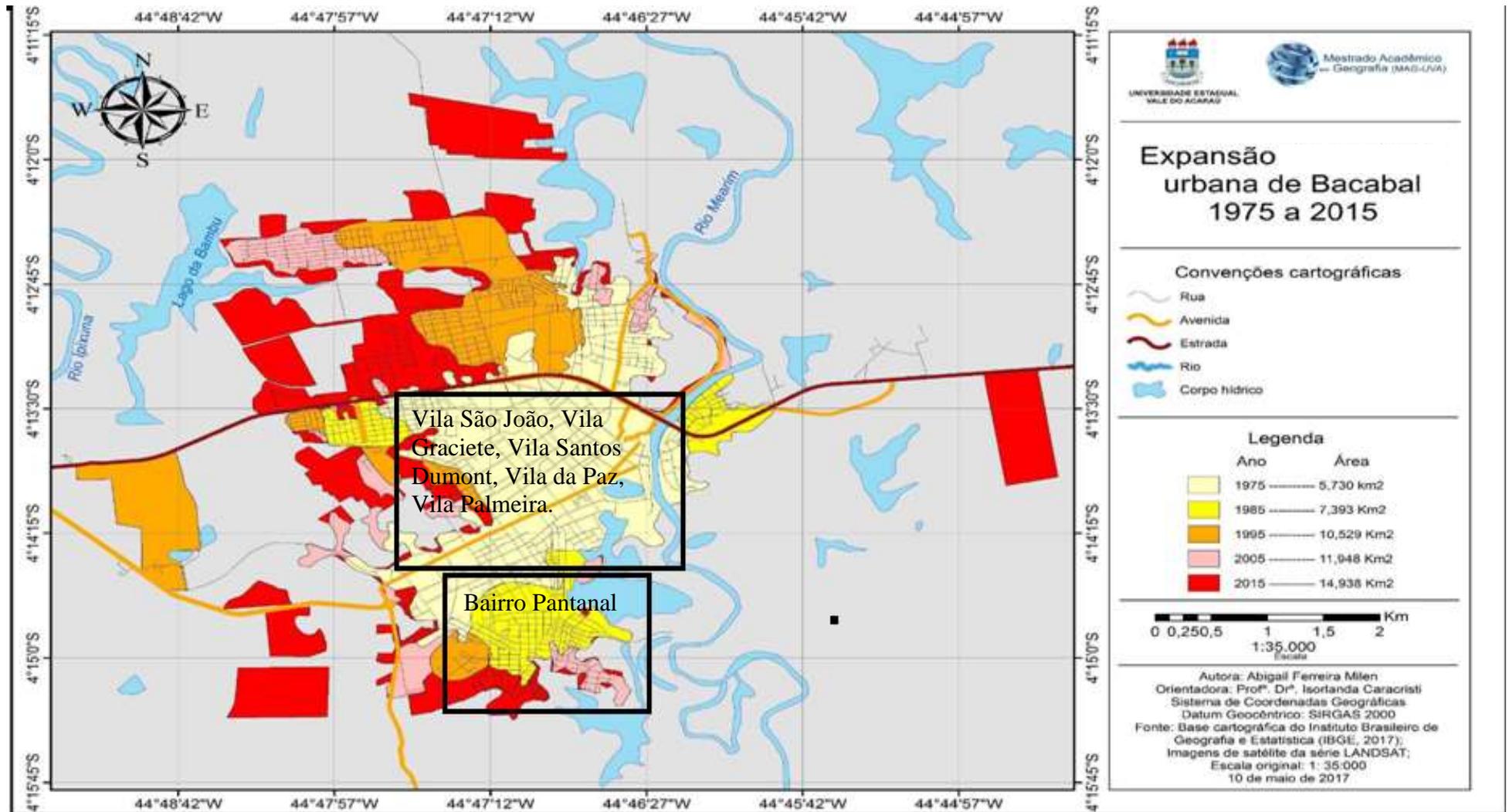
Ainda assim, a população urbana do município em 1950 era de 54.949 habitantes saltou para 104.633 habitantes em 2017 segundo dados do IBGE (2018) em decorrência de um novo ciclo de serviços, que se instalou na cidade. A instalação do Campus da UEMA, UFMA, IFMA e de algumas instituições de ensino superior de caráter privado criaram uma nova dinâmica na cidade e trouxeram consigo a necessidade de investimentos em condomínios e loteamentos particulares que produziram mudanças na malha urbana de Bacabal.

Ainda que o município tenha começado a sentir os efeitos das mudanças na economia, muita coisa se perdeu por questões políticas e que poderiam ter contribuído com transformações significativas na paisagem da cidade, além de investimentos em infraestrutura de modo a reverter o quadro visual dos esgotos a céu aberto escorrendo em sarjetas em pleno centro da cidade, dos problemas decorrentes do deficitário sistema de água, falta de urbanização na maioria dos bairros, dentre outros.

Investimentos imobiliários, comerciais e industriais estiveram à beira de suas instalações, mas por questões da falta de planejamento urbano e infraestrutura mínima que desse suporte às instalações foram se fixar em outros municípios, como o caso da Schincariol que levou sua fábrica para Caxias, o Refrigerantes River que se instalou em Imperatriz, o grupo Mateus construído em Santa Inês, filial do Grupo FC Econômico e outros de porte menor, sem contar o fechamento de grandes empreendimentos como a concessionária Volkswagen Auvepar, concessionária Chevrolet Bavepel, concessionária Ford Amvel e recentemente a concessionária Ford Duvel.

De qualquer forma há que se considerar que Bacabal em seu percurso histórico experimentou momentos áureos em sua economia e esse aspecto contribui para a expansão de sua malha urbana, como se pode verificar no mapa 8 mesmo que de forma desordenada, a cidade cresceu no período entre os anos de 1975 a 2015.

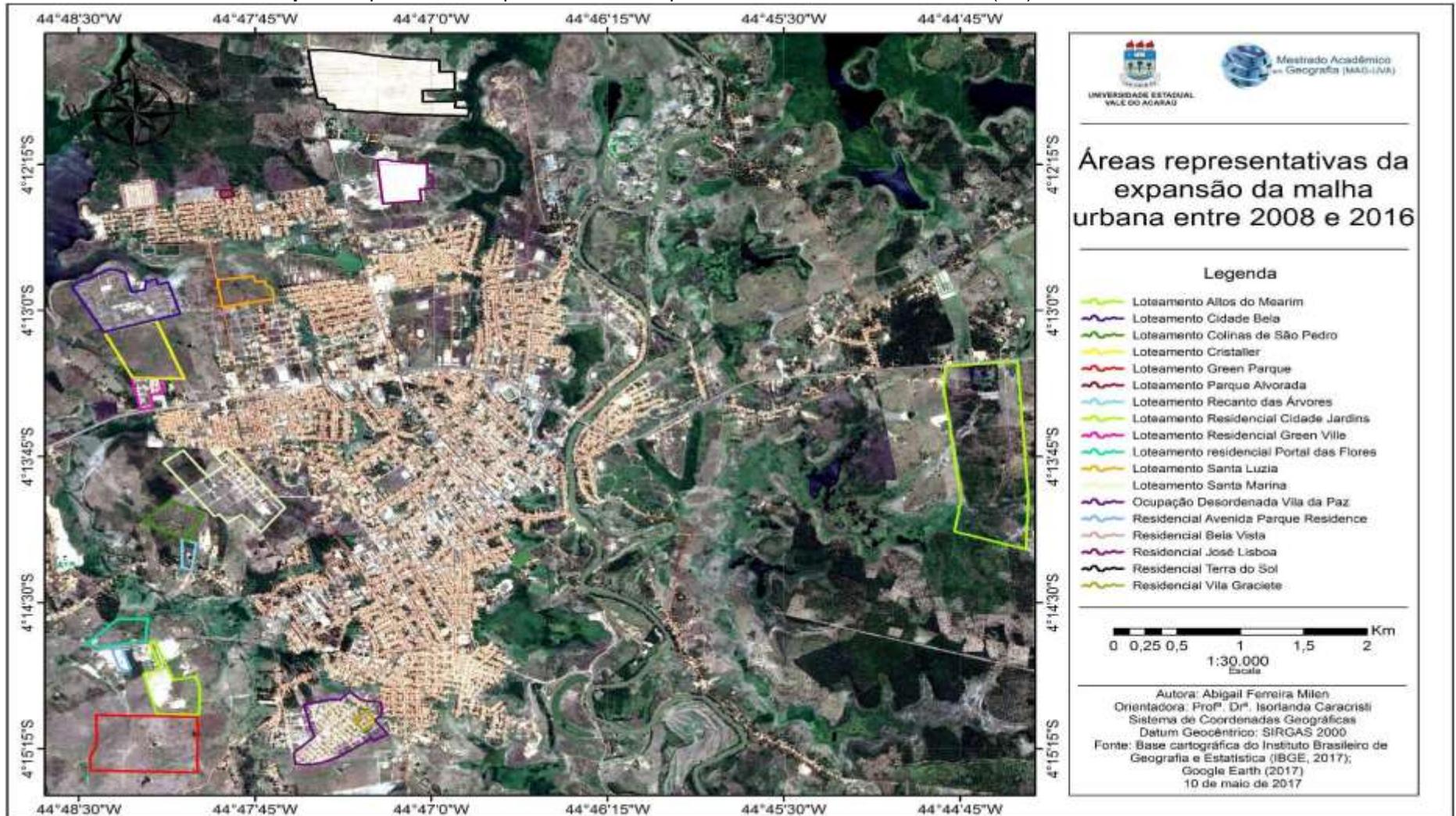
Mapa 8: Expansão urbana de Bacabal (MA) entre 1975 a 2015



Fonte: IBGE (2016)

A partir de 2008 que Bacabal passou a ter uma expansão geourbana mais acentuada com a implantação de empreendimentos imobiliários de caráter privado, principalmente nas áreas às margens da BR 316, Avenida João Alberto e Estrada da Bela Vista. Essa expansão possibilitou a criação de conjuntos residenciais ligados ao Programa de Habitação Social do Governo Federal (Minha Casa Minha Vida), como se pode perceber através do mapa 9 que demonstra as áreas representativas da expansão da malha urbana de Bacabal (MA) entre 2008 e 2016, mas também por ocupações desordenadas que foram se configurando e se estruturando às margens das construções e do novo entorno da cidade, como exemplo disso, o aumento da periferia do Bairro Juçaral, Chapadinha, Areal e Bambu.

Mapa 9: Mapa das áreas representativas da expansão da malha urbana de Bacabal (MA) entre 2008 e 2016



Fonte: IBGE (2017)

Desenha-se um novo cenário no contexto do que se considera como urbanização planejada no âmbito da cidade de Bacabal constituído a partir de fixos estruturados em espaços organizados e planejados que de forma significativa, ampliaram a malha urbana da cidade. Esses fixos foram construídos em diferentes localizações e pontos extremos da cidade, desde a entrada às margens da BR 316 na altura do bairro Alto Bandeirantes até a saída da cidade na altura do bairro COHAB III e em outro extremo na saída da cidade no sentido povoado Bela Vista, dentre os quais destacam-se os loteamentos: Avenida Park Residence, Cidade Jardins, Residencial Cidade Jardins, Residencial Portal das Flores, Portal das Flores, Loteamento Green Parque, Loteamento Altos do Mearim, Loteamento Colinas de S. Pedro, Loteamento Cidade Bella, Loteamento Cristalle, Loteamento Santa Marina, Loteamento Santa Luzia, Residencial Terra do Sol I, II, III, IV, V, Vila Graciete.

Em relação ao condomínio Avenida Park Residence (figura 9) encontra-se localizado às margens da Avenida João Alberto em área do bairro Areal, um dos bairros da periferia de Bacabal que igual aos outros, enfrentam os problemas da falta de planejamento urbano inserindo-se nesse contexto, ruas sem asfalto e sinalização, serviços de fornecimento de água e energia deficitários, falta de segurança, saneamento básico, dentre outros, no entanto em contraste a essa realidade o Avenida Park Residence surgiu verticalizado com 6 blocos e 192 apartamentos sendo o marco da verticalização da cidade.

Ressalta-se neste contexto que o acesso ao loteamento se dá através de uma avenida de contorno da cidade e que os serviços oferecidos no âmbito do espaço geográfico e fechados do condomínio, distanciam-se da realidade local, com excelente infraestrutura oferecida aos moradores. Os benefícios com a construção do condomínio para os moradores da área de acesso ao condomínio foi a melhoria das condições de trafegabilidade da avenida, com sinalização, pavimentação de asfalto e iluminação em toda a sua extensão.

Figura 9: Avenida Park Residence



Fonte: Foto do autor (2019)

O Residencial Cidade Jardins (figuras 10 e 11) também construído de forma planejada, oferece todas as condições de moradia com áreas urbanizadas, pavimentadas, serviços de energia elétrica, água e esgoto, projetado para conter duas quadras comerciais distribuídas entre 40 lotes, 16 quadras residenciais com 250 casas padronizadas e 239 lotes residenciais para construção de casas personalizadas em uma área às margens da Avenida João Alberto no bairro Ramal fazendo limite com o bairro Juçaral, área ocupada de forma desordenada desde o início da colonização do município inclusive por indígenas primitivos da região.

Figura 10: Cidade Jardins



Fonte: Foto do autor (2019)

Figura 11: Imagem aérea do Residencial Cidade Jardins, novembro de 2016



Fonte: Google Earth (2017)

Localizado às margens da Avenida João Alberto, inserido em área entre o bairro Areal e a ocupação conhecida por Barreirinha, o loteamento Portal das Flores

(figuras 12 e 13) foi planejado de forma a compor em sua área 15 quadras e 234 lotes residenciais distribuídos em 100.083,30 m² com infraestrutura básica e serviços essenciais de iluminação, água, esgoto, oferecidos aos moradores, segundo informações da Construtora Lastro Engenharia responsável pela obra.

Figura 12: Imagem aérea do Loteamento Residencial Portal das Flores, novembro de 2016



Fonte: Google Earth (2017)

Figura 13: Portal das Flores



Fonte: Site Lastro Engenharia (2019)

O Loteamento Green Park também localizado na área às margens da Avenida João Alberto na localidade chamada Areal faz parte de um conjunto de empreendimentos contendo um espaço com três parques (praça, campo de futebol e playground), 19 quadras e aproximadamente 626 lotes residenciais com dimensão mínima de 200m^2 . O loteamento estruturado de forma planejada e infraestrutura que se distancia da realidade da maioria dos bairros de Bacabal possui água encanada, energia elétrica, asfalto e guias de sarjeta. O loteamento ocupa uma área de $235.580,09\text{m}^2$ e perímetro de $2.213,58\text{m}^2$ de acordo com o que se apresenta na figura 14.

Figura 14: Imagem aérea do Loteamento Green Park



Fonte: Google Earth (2017)

Dando início a um novo processo de urbanização da cidade, o loteamento Altos do Mearim (figura 15) foi planejado com o objetivo de expandir os limites das áreas planejadas da cidade. Diferente dos outros empreendimentos que focaram a localização estratégica da Avenida João Alberto o Altos do Mearim encontra-se localizado na BR 316 próximo à ocupação Alto Bandeirante uma região onde atualmente existe o planejamento de construção do distrito industrial de Bacabal, distante em torno de 5 km do centro da cidade. A infraestrutura garantida pelo loteamento inclui abertura do sistema viário, demarcação de quadras e lotes, cascalhamento de ruas e avenidas, rede de água encanada, rede de energia elétrica,

iluminação pública, poço artesiano, meio fio e sarjeta. Ele é composto por 56 quadras e 1700 lotes que ocupam uma área de 663.895,48 m².

Figura 15: Imagem aérea do Loteamento Altos do Mearim



Fonte: Google Earth (2017)

Em outra área da cidade de Bacabal e planejado para ser construído em uma área que não se encontra às margens da Avenida João Alberto e da BR 316, o loteamento Colinas de São Pedro (figura 16) localizado na ocupação conhecida por Chapadinha compreende área Institucional, área Verde, 16 quadras que estão divididas em 287 lotes, infraestrutura com ruas asfaltadas, delimitação de lotes, construção de meio fio e sarjeta, sistema de iluminação pública e água, também segundo informações da Lastro Engenharia responsável pela obra.

Figura 16: loteamento Colinas de São Pedro

Fonte: Foto Google Earth (2015)

Às margens da BR 316 próximo do Bairro COHAB I, encontram-se localizados os loteamentos Cristalle e Cidade Bella (recorte superior e recorte inferior da figura 17), planejados de forma a oferecer aos moradores, sistema completo de abastecimento de água, iluminação pública e rede elétrica, pavimentação asfáltica e meio fio distribuídos em uma área de 205.182,84m².

De acordo com informações da Lastro Engenharia, o loteamento conta com 15 quadras, 10 ruas e 514 lotes em uma área vizinha a da ocupação Novo Bacabal, espaço sem infraestrutura, ruas sem asfalto, sem sistema de água e esgoto e precariedade do sistema de energia elétrica. Na mesma área planejada foi projetado o loteamento Cidade Bella com uma área de 300.008,75m², composto por 28 ruas, cinco travessas e 40 quadras divididas em 768 lotes, espaço destinado a área verde (33.026,28m²) e áreas públicas (105.178,46m²), 768 lotes num espaço próximo da ocupação Vila Coelho Dias que apresenta os mesmos problemas estruturais das ocupações da cidade de Bacabal.

Figura 17: loteamentos Cristalle e Cidade Bella (recorte superior e recorte inferior)



Fonte: Google Earth (2017)

Localizados próximo ao Jardim Valeria e ao bairro COHAB II região central da cidade Bacabal os Loteamentos Santa Marina e Santa Luzia (figura 18) são empreendimentos de proprietários particulares e diferentes dos outros loteamentos particulares que foram planejados em toda sua dimensão, estes são dotados de pouca infraestrutura com apenas demarcação de ruas, abertura de vias e delimitação de lotes em uma área de 502.050,56m² distribuída em 77 quadras, 1.285 lotes, sendo que seis desses lotes são destinados à áreas institucionais e 15 estão destinados a áreas verdes.

Mesmo sendo um loteamento planejado, sua proximidade ao Centro da cidade se confunde com a realidade da infraestrutura da cidade e de repente até o que é planejado sofre as consequências da convivência com o desordenado.

Figura 18: Imagem aérea dos Loteamentos Santa Marina e Loteamento Santa Luzia



Fonte: Google Earth (2017)

Situado em uma das áreas que mais cresce na cidade de Bacabal e cercado por ocupações desordenadas como a Vila Frei Solano, Vila Pedro Brito, Novo Bacabal, Trizidela Nova, Vila Coelho Dias e Setúbal e afastado do centro da cidade com acesso pela estrada da Bela Vista, o Residencial Terra do Sol I, II, III, IV e V (Figuras 19 e 20) faz parte de um conjunto habitacional com mais de 2.468 unidades com recursos do Programa Minha Casa Minha Vida do Governo Federal em parceria com a Caixa Econômica e a prefeitura municipal de Bacabal. Teve seu processo de construção iniciado em 2010 e entregue aos moradores em setembro de 2013.

O loteamento apresenta um total de 59 quadras e ocupa uma área total de 6.477.446,5 m² sendo considerado no contexto do desenvolvimento do município o mais expressivo empreendimento de expansão da malha urbana da cidade.

Sua construção possibilitou o crescimento imobiliário do entorno de forma legal, com loteamentos particulares e o desenvolvimento dos negócios na região com instalação de postos de gasolina, comércio diversificado, a construção de uma Unidade de Pronto Atendimento que ainda não se encontra em funcionamento, escola, creche e outros negócios, no entanto sua construção promoveu o aumento

da criminalidade e tráfico de drogas em função da miscigenação de pessoas de diferentes classes sociais e procedência.

Figura 19: Imagem aérea do Residencial Terra do Sol



Fonte: Google Earth, 2017.

Figura 20: Imagem aérea do Residencial Terra do Sol



Fonte: Lastro Engenharia (2016)

Próxima ao Bairro Pantanal encontra-se localizada a ocupação desordenada Vila da Paz (figura 21 e 22). Sua instalação teve início com o desmatamento da área e construção das primeiras habitações em taipa e cobertas de palhas em fins do ano de 2007 e início do ano de 2008. Decorridos 11 anos de sua instalação a ocupação que se configura como bairro, igual a todas as outras ocupações da cidade, nunca recebeu infraestrutura básica como recapeamento asfáltico, esgotamento sanitário, rede de água regular e sistema de iluminação em toda a área. A partir dessa ocupação a cidade passa a ter um entorno periférico cheio de contrastes e repleto de problemas principalmente os de ordem social. Esse entorno foi tomando forma e hoje se encontra constituído por ocupações desordenadas ao mesmo tempo que novas ocupações seguem surgido e expandindo a malha urbana da cidade sem nenhum planejamento.

Figura 21: Imagem aérea da área de ocupação desordenada Vila da Paz



Fonte: Google Earth (2017)

Figura 22: Imagem aérea da área de ocupação desordenada Vila da Paz



Fonte: Blogspot.com (2019)

E ao final, localizada no entorno da cidade próximo ao Bairro Pantanal encontra-se a Vila Graciete, construída com 52 casas com recursos do Governo Federal pelo Programa Minha Casa Minha Vida, dotado de cobertura asfáltica, iluminação pública, meio fio, água encanada área verde e área institucional.

No entanto, mesmo com toda essa expansão urbana e ainda que a cidade de Bacabal tenha apresentado índices de desenvolvimento econômico expressivos nos últimos anos (IBGE, 2017) a tardia institucionalização de uma Política de Desenvolvimento Urbano no município que só veio ocorrer apenas em 2006 e a ausência de implementação dessa mesma política (considerando informações reveladas pela Secretaria de Finanças do município) contribuiu e ainda contribui para a existência de vários problemas ambientais como a retirada indiscriminada dos resquícios da vegetação nativa das áreas ribeiras ao rio Mearim, a poluição das águas fluviais e mananciais pelo despejo de dejetos *in natura*, a redução das espécies florísticas e faunísticas, a produção de resíduos sólidos, a destinação inadequada para rejeitos sólidos e líquidos, a ocupação de áreas inapropriadas para a

habitação humana, a mudança nas características climáticas na baixa atmosfera, dentre outros como se pode constatar nas figuras 23 e 24 que se apresenta a seguir.

Figura 23: Margens do rio Mearim no bairro Trizidela em Bacabal



Fonte: Blogspot.com (2019)

Figura 24: Margens do rio Mearim no bairro Trizidela em Bacabal



Fonte: Blogspot.com (2019)

Coletando dados sobre o planejamento urbano da cidade e das políticas de desenvolvimento instituídas pelo município, descobriu-se através de informações da Secretaria de Finanças do município que essa proposta idealizada em 2006 foi a única iniciativa de um levantamento de dados concreto com a intenção de realizar informações sobre a situação urbanística da cidade de Bacabal com o propósito de dimensionar os espaços destinados aos bairros e ocupações desordenadas de forma que se pudesse conhecer com exatidão a área pertencente a cada bairro, as dimensões, limites e extremos.

Essa proposta não obteve êxito e o Plano Diretor do Município nunca foi implementado. Remonta-se a atual Constituição de 1988 que trata da normatização do Plano Diretor como o instrumento básico da política de desenvolvimento e expansão urbana. Dessa proposta vem a questão: como definir o melhor modo de ocupação das áreas do município, e no contexto da cidade, como definir o melhor modo de ocupação das áreas da cidade de Bacabal se os espaços urbanos que são configurados como bairros foram criando sem ordenamento? Se não se sabe ao certo o espaço geográfico de cada um deles se os limites dependem do entendimento de quem mora nesses espaços? É comum ter-se uma rua que corta um espaço, ou um canal longo por onde escoam águas de chuva e esgoto ou ainda, uma cerca de uma grande área cercada, como o limite de um bairro. Assim, como investir em necessidades específicas de cada bairro?

É claro que só cabe a população definir os usos ideais dos espaços urbanos, pois além de ser a usuária da cidade, é parte legítima e mais importante para construção e planejamento do meio urbano.

Em conversa informal após visita técnica de estudo na cidade de Bacabal em 2019 um professor que possui conhecimento amplo em planejamento urbano e que vêm dedicando anos de sua vida acadêmica em estudos sobre as cidades do Maranhão, citou que em seu entendimento a cidade de Bacabal toda é uma ocupação desordenada.

Pelo que se expõe e em conformidade com o que remete Castells (1979, p. 79) “o planejamento urbano é, em geral, e nos limites estruturais de uma determinada sociedade, a intervenção do sistema político sobre o sistema econômico, a fim de procurar superar as situações sem saída que se verificam neste” e é nesse viés que um dos principais anseios dos atores que buscavam lastro

jurídico para ações de reforma urbana foi a inclusão do Plano Diretor como instituto democrático de obrigatoriedade legal.

Considerando-se que o foco do planejamento urbano seja a compreensão das relações sociais estabelecidas no meio urbano a partir de suas dimensões econômicas e políticas de forma que o planejamento sirva como um instrumento para melhorar o aproveitamento do espaço urbano e dinamizar esse aproveitamento, recai sobre o Plano Diretor do município a obrigatoriedade legal da reforma urbana como instrumento básico da política de desenvolvimento e expansão urbana.

Outra questão sugere indagação e provavelmente ficará sem resposta definida se considerarmos que no próprio âmbito da Secretaria de Finanças do Município não existem definições exatas sobre áreas de demarcação dos bairros, principalmente os da periferia da cidade: Como ter um Plano Diretor que possa definir o melhor modo de ocupação das áreas do município se a cidade de Bacabal não existe um Estatuto da Cidade que possa regulamentar a construção e planejamento do meio urbano? E assim a cidade foi crescendo em meio a desordenamentos e ocupações que foram configurando um espaço sem delimitação, costurados por problemas sociais e estruturais.

Ao final do capítulo descreveu-se uma trajetória de desenvolvimento cheia de contrastes e diversidades. O que se percebe visivelmente, com exceção dos loteamentos planejados instalados em áreas afastadas do centro ou às margens da BR 316 é que em toda a sua extensão Bacabal figura como uma área de ocupação desordenada ainda que tenham sido realizados investimentos em urbanização, pavimentação e outros elementos que transparecem o estado de desenvolvimento de uma cidade.

Dessa forma vislumbra-se com o capítulo 3 o estudo da periferização urbana em Bacabal com foco ao surgimento de bairros no entorno e de forma particularizada, reportamo-nos ao bairro Pantanal direcionando-se ao uso e ocupação desordenada e ao processo de ocupação inicial.

3. O BAIRRO PANTANAL: ESTUDO DE CASO DA PERIFERIZAÇÃO URBANA EM BACABAL

Neste capítulo incorpora-se o crescimento urbano de Bacabal e a periferização da cidade com ênfase ao surgimento de bairros no entorno e tratando-se de forma peculiar o uso e ocupação desordenada do solo urbano do bairro Pantanal e o processo de ocupação inicial do bairro.

Quando se vislumbra um estudo de caso sobre o bairro Pantanal procurou-se compreender “bairro” em uma dimensão de organização da cidade de Bacabal, no entanto, as contradições e a realidade que se incorpora ao dia a dia da população da área, associados aos problemas socioambientais decorrentes da ocupação desordenada e outros fatores consequentes do processo de ocupação inicial, cabe a realização de uma pesquisa de campo que nos coloque diante de um cenário real, reflexo do que é hoje o bairro Pantanal.

Nesse estado de pretensão convém destacar os apontamentos de O’Neill e Natal (1988) quando destacam o papel importante que os bairros tem na organização das cidades, pois, enquanto lugares de residência associados a um conteúdo social e possuindo um certo grau de permanência são mantenedores das características fundamentais das classes ou grupos sociais a eles circunscritos, ajustando indivíduos ao comportamento coletivo do grupo ao qual pertencem e, ao mesmo tempo, reproduzindo-os.

As expressões dos autores conduzem ao entendimento de uma perspectiva descritivo-funcional onde o bairro necessariamente, deverá ser possuidor de certa “autonomia funcional”, porém integrativa, nas suas relações com o espaço urbano total, ou seja, certa dose de centralidade ou efeito polarizador em suas áreas contíguas: dividir com outros poucos centros, a força de gravidade demográfica econômica emanada da cidade regionalmente dinâmica; dispor de certa suficiência ao nível do atendimento das necessidades de consumo básico e imediato, como moradia, lazer, trabalho, diversão, alimentação, vestuário, assistência médica, educação e segurança, pois é construído e modelado com o objetivo de ser o palco das relações produção/consumo dos vários grupos populacionais que ali se assentam, mantendo as interações interpontuais de residências e negócios, de escala intra-urbana e extensivamente regional. Essa perspectiva distancia-se da realidade que envolve o bairro Pantanal.

3.1 O crescimento urbano de Bacabal e a periferização da cidade: ênfase ao surgimento de bairros no entorno

Reportar-se ao dinamismo do crescimento das cidades brasileiras remete inicialmente ao que expõe Milton Santos (1994) ressaltando que esse processo se deu de forma espraiada na década de 1980. Compreende-se dessa forma que as formas de habitar de maneira desigual, desajustada e sem controle configura esse processo de crescimento que se caracteriza pela periferização, fragmentação e dispersão refletindo um espaço ocupado em sua maioria de forma desordenada, produzindo em alguns casos grandes vazios urbanos encontrados entre a malha urbana e as novas ocupações.

Segundo exposições de Burnett et al. (2016), a persistente expansão populacional do Maranhão, mantida no início do século XXI na maioria dos municípios prioritariamente dirigida para as cidades, provocou a expansão informal da área urbana. Dados do IBGE (2000; 2010) demonstram que bairros periféricos sem urbanização se multiplicaram, resultantes de formação de centenas de ocupações irregulares e loteamentos clandestinos.

No âmbito da cidade de Bacabal depara-se com essa realidade ao se fazer o deslocamento entre o Centro da cidade e as áreas urbanas de contorno da BR 316 até a ocupação Mutirão, Pedro Brito, Setúbal, Bairro da Areia, Frei Solano, Trizidela Nova e áreas do entorno do Terra do Sol com vazio urbano suscetível a novas ocupações conforme imagem da figura 25. Esse processo se deu em paralelo ao que aconteceu em outras cidades brasileiras a partir da construção de conjuntos residenciais em áreas afastadas do centro urbano.

Figura 25: Espaços vazios entre as ocupações Mutirão, Pedro Brito, Frei Solano e Nova Trizidela em Bacabal - MA



Fonte: Google maps (2019)

A cidade de Bacabal configura-se como sendo cidade média e seu crescimento populacional trouxe grandes empreendimentos imobiliários com a construção de conjuntos residenciais como, por exemplo, o empreendimento Terra do Sol I, II, III, IV e V afastado da área central em torno de 5 km expandindo a malha urbana com o surgimento de ocupações desordenadas no entorno em direção ao povoado Bela Vista e aumentando as ocupações nas áreas de periferia da cidade. Notadamente que existem particularidades no processo de urbanização da cidade, mas de forma geral, essa é a realidade das cidades médias brasileiras e em Bacabal constata-se nas áreas de periferia a precariedade da habitação, a falta de infraestrutura e de saneamento básico e dos serviços essenciais que possam assegurar qualidade de vida aos moradores dessas regiões.

Vale destacar que no âmbito do que se caracteriza como sendo cidade média, Burnett et al. (2016) no livro Planejamento e gestão de cidades no Maranhão ao abordar o tema utiliza como parâmetros a classificação de cidades médias, apenas os fatores quantitativos, ou seja, uma variação populacional entre 50.000 a 100.000 habitantes, correspondendo a 33,18% dos 217 municípios. Nas demais categorias, cidades pequenas adotou-se o valor de até 20 mil (62,67%) e para as cidades grandes valor superior a 100.000 habitantes (4,15%). Bacabal insere-se nesse contexto com uma população aproximada de 105.000 habitantes.

Em Bacabal esse processo de ocupação das áreas de periferia iniciou-se de forma mais acentuada a partir da década de 1970 quando a cidade passou a receber um expressivo número de migrantes provenientes do campo. Era o início da substituição da agricultura pela pecuária bovina que dava os seus primeiros sinais de alerta das mudanças que estaria por vir e que trariam consequências sérias para os trabalhadores do campo. O êxodo rural, o desemprego e as ocupações desordenadas nas áreas de periferia foram uma das consequências.

Associado a essas ocupações deu-se também a periferização da cidade produzida pelo Estado com a construção de conjuntos habitacionais nas áreas do entorno e pelos grandes loteamentos particulares em direção a essas mesmas áreas. Como exemplo disso cita-se o conjunto residencial Terra do Sol I, II, III, IV e V na direção dos povoados Bela Vista, Outeiro e Sincorá e dos loteamentos particulares às margens da Avenida João Alberto em direção ao bairro do Areal e ao povoado Bambú. O crescimento periférico da cidade de Bacabal se deu de forma espalhada considerando as condições de habitação, de forma desigual, desordenada

e desajustada onde se referenciando o que expressa Borges (2014) não há, contudo, um modo organizado, mas sim, uma periferização do espaço, à medida que se vai permitindo a construção precária, ruas e bairros sem estrutura, que crescem de modo constante, à medida que chegam os trabalhadores e migrantes.

Em conformidade com as apresentações de Burnett (2012), o processo de deslocamento da habitação das regiões centrais está associado à mistura de usos no centro e à sua ocupação pela população de menor renda, fatores gerais que propiciaram a definição de novas possibilidades de localização residenciais, principalmente, para a população de maior poder aquisitivo. Além, deste fator, a presença desses espaços vazios não se desvincula do preço da terra, uma vez que a sua localização, define o valor da compra/venda ou aluguel, o que inviabiliza o acesso/aquisição pela população de baixa renda.

Não diferente da realidade de outras cidades brasileiras que sofreram influência da migração e da ocupação desordenada na maioria de suas áreas, inclusive na região central da cidade, Bacabal sofreu os reflexos da produção do capital de forma que na atualidade em toda a extensão de sua área urbana e de periferia, constata-se um desenvolvimento desigual e combinado. O confronto entre o alto poder aquisitivo de poucos em contraponto às baixas condições de vida da maioria população é o desenho da cidade em toda sua extensão como se pode constatar nas figuras 26 e 27 em seguida com apresentações de uma rua do bairro Pantanal e outra localizada na região central da cidade de Bacabal.

Figura 26: Imagem de uma rua do bairro Pantanal, área de ocupação desordenada na periferia da cidade de Bacabal.



Fonte: O autor (2019)

Figura 27: Imagem do contraste de duas casas na Rua Magalhães de Almeida região central da Cidade com apresentação do contraste entre o alto e baixo poder aquisitivo da população.



Fonte: Google Earth Street View (2018)

O fluxo migratório na cidade de Bacabal produziu um estado de desigualdades sociais no âmbito do habitar. Da mesma forma que no campo a aquisição de grandes extensões de terras por latifundiários representa as desigualdades entre o grande e o pequeno produtor rural, na cidade acentuou-se a aquisição de áreas na região central e em bairros emergentes e planejados com negociações das áreas realizadas diretamente entre os donos dos terrenos e em seguida a prefeitura regularizava os terrenos, ficando à margem aqueles com baixo poder aquisitivo ou em condição de pobreza que tiveram que migrar para as áreas de periferia e dessas negociações foram se produzindo a criação de novos bairros, além das ocupações e construções irregulares.

Assim surgiram os novos bairros, a cidade ampliou sua malha urbana e um novo desenho de contradições deu forma à cidade. Podem-se citar como exemplo dessas negociações entre os donos dos terrenos as áreas dos bairros Setúbal, Pedro Brito e Novo Bacabal que nasceram de uma ocupação desordenada e foram negociadas as áreas já loteadas pelos ocupantes.

Como área de bairros cedida por negociações após a ocupação dos terrenos temos, a Vila São João, Bairro da Esperança e no contexto deste estudo, o Bairro Pantanal que se originou de uma área de fazenda de propriedade de Martiniano Hilário com lotes negociados entre os proprietários da área e os ocupantes, ficando parte dessa área à disposição do domínio público, mas que aos poucos foram

também sendo ocupadas.

Esse processo se deu sem o devido acompanhamento dos órgãos responsáveis pela demarcação da área e planejamento urbano resultando na ocupação desordenada que deu origem ao bairro a partir de movimentos informais de moradores que se reuniram sob uma liderança e ocuparam terrenos e a prefeitura logo após regularizou os terrenos transformando nesse caso no bairro Pantanal, no entanto, sem demarcação total da área e sem reconhecimento dos seus limites físicos.

Com o surgimento do bairro Pantanal, novo entorno surge e a periferização da cidade se amplia em tamanho e problemas. Quando se faz referência à periferia não se vislumbra apenas aquele espaço físico distante da área central da cidade até porque o bairro nem se encontra tão distante da região central, mas sim a um espaço onde se concentra uma população pobre e com falta de investimento público que nasceu sem a devida regularização e sem as devidas condições urbanas em termos de infraestrutura básica. Assim, de acordo com o que argumenta Rocha (2014, p. 3):

Percebe-se que a população dessas regiões, em sua maioria, mora em habitações precárias (favelas, cortiços e casas autoconstruídas em terrenos destituídos de serviços públicos ou em regiões centrais degradadas) e sobrevivem com uma baixa renda monetária por mês, revelando um acentuado grau de pauperismo e precárias condições urbanas de existência.

Essa dimensão de periferia, cria um estado desconexo e distante do que se costuma vivenciar como periférico. O bairro Novo Bacabal, Santos Dumont e o Centro da cidade refletem um espaço espraiado e periférico dentro da região central da cidade que igualmente aos outros da periferia, sofrem com os problemas de ordem social, falta de infraestrutura, desprovidos de todas as condições básicas de moradia e uma infinidade de problemas que transparecem desordens e necessidades de uma população carente econômica e socialmente.

Acompanhando o processo de desenvolvimento de Bacabal a partir da década de 1970 depara-se com um cenário de contrastes, com um crescimento desordenado e segregado desservido de serviços públicos e semi-rural e uma população de migrantes que alterou significativamente o contingente populacional do município. Para ter-se uma noção clara de como o fluxo migratório das últimas

décadas influenciou no crescimento populacional do município, em 1950 a população do município era de 54.949 habitantes e em 2019 a estimativa populacional segundo o IBGE (2019) é de 104.949 habitantes.

O fluxo migratório a que se faz referência insere aqueles que chegaram provenientes da seca e que continuam chegando provenientes de todos os lugares do Brasil com objetivos definidos de fixar domicílio na cidade. Faz-se um alerta de que na década de 1950 a cidade de Bacabal tinha somente 3 bairros, Centro, Maxixe (hoje bairro da Esperança) e Cohabinha. Atualmente a urbanização de Bacabal é formada por 48 logradouros públicos, 16 dos quais pavimentados, 34 com iluminação, 25 servidos pela rede de abastecimento de água, e 6 arborizada. Existem na cidade 2 avenidas (Mearim e João Alberto), e 8 praças, 38 ruas e 8 praças e 49 bairros.

Vale ressaltar que a área central da cidade onde hoje se encontra o que se caracteriza como Centro da cidade abrangendo as áreas da Praça Santa Terezinha, Rua Gonçalves Dias, Oswaldo Cruz, parte da Rua Getúlio Vargas, Rua Barão de Capanema, Manoel Alves de Abreu, Rui Barbosa, 28 de julho, Capitão Assenço, Carlos Sardinha e área do Conjunto Eurico Gaspar Dutra era uma área pertencente ao Coronel Manoel Alves de Abreu que doou para a Prefeitura Municipal. Esse processo de doação foi conduzido pela Senhora Nadir Abreu e encontra-se registrado no Cartório do 1º ofício da cidade. A área foi doada pela Prefeitura a quem já morava na localidade e vendido os terrenos para quem quisesse a partir daquela data.

Informações obtidas a partir de relatos de antigos moradores revelam que a Rua do Trilho, assim chamada porque por ela corria um trilho por onde circulavam vagões que levavam a produção de arroz e algodão proveniente das usinas de beneficiamento que se localizavam no bairro Ramal até o porto às margens do rio Mearim para escoamento da produção com destino ao grande porto em São Luis através de barco a vapor iniciava-se a partir da Rua Gomes de Sousa. Atualmente essa rua recebe a denominação de Rua Teixeira de Freitas e a partir de sua pavimentação já na década de 1970, muitas outras ruas foram abertas com extensão aos bairros da Esperança, Vila São João, Juçaral, Bosque Aracaty.

Com a pavimentação da Rua Teixeira de Freitas foi aberta em paralelo uma rua chamada Rua do Maxixe que deu nome ao bairro do Maxixe. Com o crescimento do bairro o nome foi mudado de Rua do maxixe, para Rua da Esperança e de bairro

do Maxixe, para bairro da Esperança, assim do centro aos bairros a cidade foi espraiando sem controle, planejamento e distante de um ordenamento e o resultado é o traçado urbano da cidade nessa área com ruas que se iniciam na Teixeira de Freitas e se encerram no recorte de outra que passa em perpendicular criando na localidade chamada Jaracaty um verdadeiro labirinto de ruas que se confundem em nomes e dificultam a identificação.

O espraiamento da cidade provocou alterações na proposta de um traçado urbano idealizado pelo governo municipal da época. Para se ter uma ideia de como o espaço urbano foi se alterando a partir do desenvolvimento econômico e do aumento populacional, além da possibilidade da aquisição de áreas centrais diretamente dos donos da terra sem o controle da prefeitura, havia um aeroporto de médio porte que com o crescimento foi sendo sufocado e teve de ser transferido para fora da cidade e ficou menor. O local aonde se localizava o aeroporto deu origem à Rua do Campo de Pouso tendo toda a sua área ocupada em toda a extensão por ocupações que depois foram vendidas diretamente por quem havia ocupado dando origem assim a duas ruas em paralelo que partem da Praça do Bom Pastor e seguem uma em direção à Vila São João e a outra no sentido Bairro da Esperança.

Outro exemplo do espraiamento da área central da cidade é o Bairro Cururupu que surgiu a partir de um cemitério de animais. A área era conhecida como Alto Esqueleto e lá existia um posseiro de uma vasta extensão de terra. Na área existia uma olaria que ao ser desativada, deixou como resultado uma área deformada pelas enormes crateras de onde era retirado o barro para produção dos tijolos. A prefeitura teve a ideia de abrir ruas nesse terreno e entrou em entendimento para permitir a construção de assentamentos para a população. Daí várias casas foram sendo construídas e várias ruas foram abertas ligando essa área da região central da cidade à BR 316 e aos bairros da Mangueira e Alto Bandeirantes.

A partir de conversa informal com moradores mais antigos da cidade obteve-se a informação de que a Cohabinha foi a primeira área de ocupação desordenada na cidade de Bacabal. O conjunto habitacional COHAB I foi construído às margens da BR 316 e próximo a ele havia uma área de terra de propriedade particular que foi sendo invadida e a ocupação total do espaço foi inevitável, era o ano de 1976 e a cidade crescia em direção à BR 316. A ocupação da área que hoje é o bairro

Cohabinha se estende desde a Rua Maranhão Sobrinho até às margens da BR 316 fazendo limite com o bairro Alto da Assunção e Madre Rosa que também foram áreas ocupadas a partir de terrenos particulares invadidos.

Essa é a expressão do crescimento urbano de Bacabal que deu origem ao processo de periferização e surgimento dos bairros do entorno, de modo desordenado sem o devido planejamento. Os recortes da literatura de Kowarik (2004) revelam que o padrão periférico de crescimento, a autoconstrução conduzem a um crescimento sem ordem e irradiando para as bordas da cidade, espalhando e periferizando ao mesmo tempo.

Diante do desenvolvimento econômico em consequência das usinas de beneficiamento de arroz e das usinas de óleo de babaçu os aspectos urbanos foram sendo modelados de acordo com a lógica desses mercados e aí surgiram novos bairros que foram se formando a partir de ocupações desordenadas originárias da ocupação de terrenos particulares localizados no entorno do bairro Ramal onde estavam instaladas as usinas como no caso da Chapadinha, Areal, Juçaral, Vila das Almas e Barreirinha e outras ocupações situadas na área de saída para o município de São Luis como os casos das ocupações que deram origem à Vila São João, Vila Santos Dumont, Vila Graciete e na década de 1990 a ocupação desordenada que deu origem ao bairro Pantanal.

3.2 Uso e ocupação desordenada do solo urbano do bairro Pantanal

Inicialmente destaca-se a relevância deste estudo em função do tema que vem sendo amplamente discutido no âmbito do desenvolvimento socioespacial e regional, o que se torna uma questão de interesse, principalmente, para a população e para o gestor público municipal, fato que nos conduziu a desenvolver este estudo investigativo.

Nas abordagens acerca dos impactos ambientais e medidas compensatórias ao uso e ocupação desordenada do solo urbano de um bairro de periferia na cidade de Bacabal – Maranhão encontrou-se, a partir da pesquisa documental, que essa ocupação se deu de forma desordenada, sem haver delimitação das áreas de preservação permanente do entorno e sem estudos sobre o impacto que essa ação produziria no ambiente local, dentre outros aspectos decorrentes dessa ocupação, como precariedade do sistema de saneamento básico, serviços de água, esgotos e

eletricidade. Ressalta-se nesse contexto que o bairro de periferia a que se faz referência neste estudo é o Bairro Pantanal localizado no entorno da cidade de Bacabal – Maranhão.

Em referência ao que se considera como ocupação desordenada, reporta-se aos referenciais de Fiorillo (2013) onde o autor assinala que, a ocupação desordenada é um fenômeno geográfico e social cujo nome é, de fato, muito autoexplicativo, pois ocorre quando os seres humanos ocupam uma determinada área ou certo lugar de maneira não planejada, de modo desorganizado. Ou seja, as pessoas passam a habitar um espaço físico sem uma prévia análise dos efeitos dessa ocupação sobre o referido espaço.

Sendo a pesquisa uma produção intelectual e acadêmica, outro argumento ganha relevância: a reflexão sobre as causas da ocupação desordenada do espaço geográfico deste estudo. Ao tomar-se como referência para o estudo o espaço regional e social do bairro Pantanal considerando-se que o foco é a ocupação urbana e o objetivo é analisar os impactos socioambientais gerados pelo uso e ocupação desordenada do solo urbano, acredita-se ser conveniente que se faça uma reflexão acerca do método de análise da realidade de Durkheim tendo em vista as manifestações particulares desse espaço regional e social, comparando-se os motivos que provocaram a ocupação desordenada do bairro e seus efeitos frente ao meio ambiente. Esse método consiste em tomar todas as manifestações particulares do fenômeno em investigação, compará-las e retirar as características comuns – comuns a todas (DURKHEIM, 1955). No início da pesquisa parte-se das características aparentes, atingindo-se, sempre pela comparação, as características menos visíveis, mais profundas.

Elegeu-se o Bairro Pantanal como referência para o estudo por se considerar que essa área da cidade de Bacabal apresenta todas as características de um espaço urbano que surgiu sem o devido ordenamento urbano, sem planejamento prévio para a ocupação regular e se desenvolveu de forma desordenada.

A área ocupada surgiu a partir de dois motivos: o primeiro decorreu do elevado êxodo rural provocado por dificuldades enfrentadas pelas pessoas na zona rural devido à ausência de recursos básicos, como educação e saúde, e às transformações nos setores de produção com a substituição da agricultura pela pecuária, que provocou o desemprego de centenas de pais de família.

A população da zona rural passou a migrar para a zona urbana do município e instalou-se nas áreas periféricas da cidade de Bacabal em busca de uma melhor qualidade de vida. No entanto, esse feito não permitiu um planejamento prévio da ocupação, fazendo com que os órgãos responsáveis não dispusessem do tempo devido para preparar a estrutura da área ocupada para tal quantidade de pessoas.

Nessa natureza, adiciona-se o que expõem Mueller e Martine (1997) ao assinalarem que o êxodo rural, como se pode perceber, desencadeou uma intensa migração populacional rural-urbana, levando ao arranjo desordenado da população nas cidades até então existentes e/ou contribuindo para o surgimento de novos aglomerados populacionais.

Por sua vez Gonçalves (2011) aponta que nessas circunstâncias, ocorreu um aumento repentino da população nas cidades e ao invés de crescimento houve um inchaço delas, sendo as mesmas desprovidas de estrutura para acomodar o crescente aumento da população e suprir as demandas que surgiram. Nesse período a população urbana de Bacabal saltou de 4.857 habitantes em 1950 para 64.844 habitantes em 1991 e a população rural diminuiu de 50.092 habitantes para 34.031 habitantes no mesmo período.

Para Guimarães (2017), a crescente busca por moradia e outros serviços básicos, provenientes do grande fluxo de pessoas, incentivavam a expansão física das cidades. Os indivíduos abandonavam o campo em busca de novas oportunidades na cidade, fazendo com que as taxas de crescimento da população urbana se tornassem altas, enquanto diminuía as taxas de crescimento da população rural na região.

Ainda de acordo com o autor, nas últimas décadas, devido ao crescente êxodo rural, a ocupação desordenada do solo urbano tornou-se um problema, pois um grande número de pessoas saiu da zona rural em busca de uma melhor qualidade de vida nas cidades, não havendo assim, possibilidade de planejamento prévio, fazendo com que os órgãos responsáveis não dispusessem do tempo devido para preparar a estrutura das cidades para tal quantidade de pessoas (GUIMARÃES, 2017).

O segundo motivo da ocupação desordenada da área de estudo decorre da crescente busca por moradia e outros serviços básicos e da expansão física proveniente do grande fluxo de pessoas na área central da cidade de Bacabal, fato que contribuiu para a procura por lotes mais baratos em áreas de pouca

concentração de pessoas e negócios, sugerindo a oportunidade da instalação de uma nova área residencial e um novo mercado de negócios.

Essa relação conduz à compreensão do funcionamento do capitalismo num âmbito geográfico, apontando como a dinâmica da acumulação do capital pode alterar o espaço e as formas de espacialidade, gerando desigualdades entre os territórios, reportando-se ao que expõe David Harvey em sua “Teoria do Desenvolvimento Geográfico Desigual”.

Assim segundo o pensamento expresso por Harvey (2006), os desenvolvimentos geográficos são fortemente influenciados pela acumulação do capital, pela ação do homem na natureza (inserção material na ‘teia da vida’ sócio-ecológica), pela busca de redução do tempo de giro do capital (compressão espaço-tempo) e pelos conflitos territoriais em diferentes escalas geográficas (municipal, estatal, regional, nacional, internacional); isto é, por suas quatro condicionalidades.

Segundo Souza (2010), em algumas décadas, dezenas de milhões de pessoas migraram dos campos para as cidades sem que os governos locais estivessem dispostos a investir no atendimento das necessidades mínimas de saneamento e moradia para estas populações. Com isso o aumento de moradias irregulares gerou imensos danos ao equilíbrio ambiental e a sadia qualidade de vida da população.

Conforme exposições de Burnett *et al.* (2016) a persistente expansão populacional do Maranhão, mantida no início do século XXI na maioria dos municípios, prioritariamente dirigida para as cidades, provocou a expansão informal da área urbana. Ainda de acordo com os autores, dados do IBGE (2000; 2010) demonstram que bairros periféricos sem urbanização se multiplicaram, resultantes de formação de centenas de ocupações irregulares e loteamentos clandestinos.

Nesse sentido, o aumento de moradias irregulares produziu a ocupação desordenada do solo urbano caracterizado por construções fora dos padrões normais com casas no formato de palafitas ou barracos que mais evidenciam um aglomerado urbano.

Assim uma das medidas compensatórias para a solução dos problemas causados ao meio ambiente poderia ser o remanejamento ou o reordenamento do espaço a partir do planejamento urbano. No entanto, esse remanejamento implicaria na retirada de centenas de famílias de uma área que mesmo sendo pobre degradada e devastada, serviu como cenário para a construção da história das

pessoas que ali vivem.

Considerando-se o espaço urbano que serve como referencial para este estudo, depara-se com situações de risco em relação às áreas ribeiras aos córregos que se encontram poluídas pela falta de esgotamento sanitário e sem as mínimas condições de higiene, além do que, não houve durante a ocupação uma preocupação com os espaços para circulação, onde se depara com ruas estreitas, vielas, becos sem saídas e ruas sem condições de trafegabilidade.

Para Grostein (2016), a complexidade formada por espaço urbano e cidade não pode dispensar um planejamento urbano bem definido, estruturado e abrangente que de forma multi-setorial, leve em conta o homem e o meio ambiente nos aspectos econômicos, sociais, físico-territoriais, ecológicos e administrativos. Notadamente que as condições de vida da população depende da estruturação e planejamento do espaço que vivem.

Nessa perspectiva não se estaria fazendo referência à ocupação de um espaço desordenado. O que se percebe com a assertiva do autor é que tudo depende da aplicabilidade do planejamento urbano e da eficácia do Plano Diretor na definição de planos de ação nos setores do meio ambiente, obras e urbanismo, administração e outros voltados à estruturação meio e à adequação do homem a esse meio de forma que possa viver com qualidade, produzir com segurança, utilizar o espaço com sustentabilidade e responsabilidade social.

No contexto que envolve o bairro Pantanal percebe-se o quanto o crescimento populacional do bairro e a ocupação desordenada transformou o cenário da cidade. Deficiências estruturais, falta de segurança pública, ausência de infraestrutura básica com esgoto a céu aberto, ruas esburacadas, lixo sem coleta regular, desmatamento de áreas de vegetação nativa, fossas sanitárias cravadas pelos moradores em meios aos quintais sem o devido cuidado na construção e próximos de poços artesanais, somados às queimadas e assoreamento dos córregos com a colocação de entulhos e lixo. Sem contar a precariedade das escolas públicas do bairro, falhas e deficiências nos serviços de saúde.

3.3 O processo de ocupação inicial do bairro Pantanal

O bairro Pantanal passou a tomar forma na década de 1990. Na administração do prefeito Jurandir Lago o Senhor Martiniano Hilário da Silva

proprietário de uma área invadida onde se encontrava instalada uma fazenda, decidiu vender para a prefeitura o espaço que ainda não havia sido invadido por pessoas oriundas em sua maioria da zona rural em decorrência de transformações no modo de produção de agricultura para a pecuária e também por pessoas que chegavam à cidade à procura de melhores condições de vida e por estarem na condição de desempregados, optaram por buscar moradia nas áreas de periferia levando em conta valores de aluguel.

Estimulados a invadirem a área levados pelos relatos de outros ocupantes, essas pessoas demarcaram a área em lotes sem nenhuma padronização de tamanho e localidade no momento da demarcação fato que se pode constatar atualmente nos traçados das ruas onde se observa que algumas são mais largas que as outras, que algumas se encerram em becos sem saída e outras que não apresentam nenhuma característica de rua.

A área onde hoje se encontra localizado o bairro Pantanal (figura 28) remete a um terreno situado na 3ª zona à margem da estrada que vai para o lugar conhecido como Grajaúzinho no município de Bacabal. O terreno onde se encontrava instalada uma fazenda de propriedade de Martiniano Hilário da Silva possuía setecentos metros de área de frente limitando-se com a estrada que vai para o lugar Grajaúzinho.

Possuía área lateral direita com seiscentos metros limitando-se com o terreno ocupado pelos Senhores Raimundo Andrade Cunha e dona Vanilda Ferreira da Silva. Possuía área lateral esquerda de duzentos metros limitando-se com terreno ocupado pelo Senhor José Aroldo Rodrigues Sousa. E possuía de área de fundos, setecentos metros limitando-se com terreno da Prefeitura perfazendo um perímetro de dois mil e duzentos metros lineares conforme “Certidão de Inteiro Teor” em anexo neste estudo (Anexo 1).

Figura 28: Imagem via satélite da área do bairro Pantanal em Bacabal - Maranhão



Fonte: Google maps (2019)

A partir do que se pode observar na figura 28 o bairro Pantanal encontra-se na periferia da cidade de Bacabal com muitos espaços vazios em seu entorno que estão aos poucos sendo ocupados também de forma desordenada. É um novo entorno dando a impressão de que o bairro Pantanal cresce em extensão de área a cada ano que passa e com esse crescimento uma infinidade de problemas. Ressalta-se nesse contexto que um dos maiores problemas originado da continuidade na ocupação desordenada é a derrubada de árvores nativas para construção de casas, ocupação de áreas próximas às margens do rio Mearim, Rio Ipixuna e Lago da Cigana que tem produzido o desmatamento das áreas ribeirinhas, assoreamento, poluição e contaminação das águas em função da colocação de lixo, construção do lixão da cidade em área próxima, construção de cercas para criação de porcos, cavalos e jumentos, construção de vazantes sem o devido ordenamento e orientação técnica, retirada de barro nas áreas próximas dos rios e lago para confecção de tijolos por olarias artesanais o que tem provocado o aparecimento de crateras que quando abandonadas, servem como lixeiros inclusive para o descarte de animais mortos, tudo isso nas áreas próximas aos rios e lago e nascentes de água doce.

A partir do que se observa na figura 24 que se segue é o que acontece na atualidade com o bairro pantanal que foi crescendo a partir de uma ocupação e de outras que foram surgindo em sequência no entorno de sua área original aonde funcionava a fazenda. Até o final da década de 1980 ainda que nascida de uma ocupação desordenada, a Vila São João localizada ao final da Rua do antigo Campo de Pouso, era o extremo da cidade, considerada a área de periferia na direção de São Luis Gonzaga do Maranhão pela parte interna do município sem recorrer ao acesso pela BR 316.

Com as seguidas ocupações surgiu o Bairro Santos Dumont vizinho à Vila São João, mas também sem uma área demarcada que possa identificar os limites de cada um deles. As invasões foram contínuas e na década de 1990 a área da fazenda de Martiniano Hilário foi ocupada dando origem ao bairro Pantanal. Considera-se importante destacar que a área inicialmente ocupada de dois mil e duzentos metros lineares pertencentes à fazenda cresceu em dimensões a partir das invasões e ocupações aumentando a área do bairro, no entanto, fica impossível delimitar esse espaço e ter-se uma noção precisa da área do bairro na atualidade já que o município não tem Plano Diretor e a única tentativa de levantamento de dados para demarcação de áreas dos bairros foi iniciada pela Secretaria de Finanças, mas nunca foi concluída.

Com as continuadas invasões e ocupações novas áreas urbanizadas foram surgindo dando origem ao que se chama área de entorno do bairro Pantanal dando origem à Vila Graciete, Vila da Paz e das Almas conforme o se encontra apresentado na figura 29 a seguir.

Figura 29: Imagem das ocupações vizinhas da área do Bairro Pantanal em Bacabal - Maranhão



Fonte: Google maps (2019)

Com foco ao que se apresenta como objetivo principal deste estudo que seja o de analisar os impactos ambientais gerados pelo uso e ocupação desordenada do solo urbano no bairro Pantanal em Bacabal – Maranhão a figura 30 apresenta na imagem a proximidade da área do bairro Pantanal com o rio Mearim, rio Ipixuna e Lago da Cigana.

A distância do último ponto ocupado do Bairro para o rio Mearim que inicialmente era de aproximadamente quinhentos metros, hoje se aproxima de forma a gerar ocupações às margens em formato de palafitas e sem nenhuma condição de moradia com dejetos sendo lançados diretamente no rio.

Os impactos ambientais decorrentes dessa aproximação junto ao rio Mearim se misturam com os impactos da ocupação provocados no rio Ipixuna e no Lago da Cigana. Percebe-se na área devastada uma acentuada exposição do solo causada pela construção acelerada, derrubada de árvores, queimadas para plantio e replantio de culturas, diminuição de espécies vegetais provocada pela derrubada de árvores para construção de casas, utilização da madeira como matéria prima vendida à carvoarias da região, alteração da paisagem e relevo, diminuição da capacidade de absorção e de retenção de água pelo solo, arraste de partículas sólidas provocando

assoreamento dos córregos e desaparecimento das nascentes, degradação do ambiente aquático, dentre outros.

Figura 30: Imagem da área do bairro Pantanal próxima aos rios Mearim, Ipixuna e lago da Cigana



Fonte: Google maps (2019)

As imagens que se apresentam nas figuras 31 e 32 revelam a aproximação do espaço ocupado do bairro pantanal ao lago da Cigana, acidente natural que há pouco menos de três décadas, antes da ocupação da área do bairro Pantanal, servia como fonte de sustento para as famílias do que anteriormente era o entorno da cidade de Bacabal, a Vila São João.

Atualmente o lago não apresenta mais as mesmas condições para a pesca artesanal de moradores que viviam da pesca dos peixes que desciam para o lago na época das cheias do rio Mearim e do rio Ipixuna, sendo uma fonte segura para o fornecimento do pescado, além de que em suas margens havia árvores frutíferas naturais da área e que aos poucos foram sendo derrubadas para dar espaços a pequenas criações de animais e plantio de culturas de subsistência.

A aproximação do espaço ocupado do bairro com o lago em períodos de seca revela na área das margens do lago espaços demarcados por cerca onde são criados animais (porcos, cavalos, jumentos) e de uma área de descarte de lixo pelos moradores, que contribui com a contaminação da água e poluição do meio ambiente.

Figura 31: Imagem mais visível da aproximação do espaço ocupado do bairro pantanal ao lago da Cigana



Fonte: Google maps (2019)

Figura 32: Imagem da aproximação do espaço ocupado do bairro pantanal ao lago da Cigana em período de seca



Fonte: Google maps (2019)

Da área vendida à Prefeitura Municipal, parte do que ainda não havia sido invadida, foi loteada pela Prefeitura e outra área destinada ao domínio público para construção de praça, escola e unidade de saúde, sendo que esses benefícios não chegaram à área no período do contrato e só mais recentemente que foi construída no bairro uma escola, improvisada em um espaço destinado a construção de uma praça.

O que se constatou nas visitas realizadas no bairro são ruas sem infraestrutura básica, esgoto a céu aberto (figuras 33, 34, 35, 36, 37, 38 e 39) lotes sem padronização, espaços vazios que servem como depósito de lixo, instalações improvisadas ligadas ao sistema de energia elétrica, dentre outros fatores que contribuem com as péssimas condições de vida dos moradores e que vem contribuindo com a produção de impactos ambientais devastadores na área. Espaços aonde deveriam existir praças para convívio e lazer dos moradores existe áreas livres sem condições de práticas de lazer.

Pelas imagens constatam-se lixões a céu aberto, lixos jogados junto aos córregos e valões que existem no bairro e uma infinidade de problemas de ordem estrutural que afetam as condições sociais, de moradia, de segurança, de saneamento básico, dentre outros.

Figura 33: Imagem de uma rua do bairro Pantanal na cidade de Bacabal - Maranhão



Fonte: Google maps (2019)

Figura 34: Imagem de uma rua do bairro Pantanal na cidade de Bacabal - Maranhão



Fonte: Google maps (2019)

Figura 35: Imagem de uma rua do bairro Pantanal na cidade de Bacabal - Maranhão



Fonte: Google maps (2019)

Figura 36: Imagem de uma rua do bairro Pantanal na cidade de Bacabal - Maranhão



Fonte: Google maps (2019)

Figura 37: Imagem de uma rua do bairro Pantanal na cidade de Bacabal - Maranhão



Fonte: Google maps (2019)

Figura 38: Imagem de um lixão no bairro Pantanal na cidade de Bacabal - Maranhão



Fonte: Google maps (2019)

Figura 39: Imagem de um trecho do Rio Mearim no bairro Pantanal na cidade de Bacabal - Maranhão



Fonte: Google maps (2019)

4 UM OLHAR SOBRE OS IMPACTOS SOCIOAMBIENTAIS GERADOS PELO USO E OCUPAÇÃO DESORDENADA DO SOLO URBANO NO BAIRRO PANTANAL EM BACABAL – MARANHÃO

Este capítulo contém as observações a respeito do campo de investigação selecionado para a pesquisa e também as abordagens que trataram de questões relacionadas ao processo inicial de ocupação da área do bairro Pantanal, como os espaços foram ocupados, critérios utilizados para a ocupação da área, ação do uso e ocupação desordenada do bairro Pantanal, consequências da ocupação desordenada, identificação e descrição dos impactos ambientais provocados com a ocupação desordenada do solo urbano do bairro, importância dos impactos ambientais para a área, mecanismos criados como medidas compensatórias para os impactos ambientais, instrumentos de controle e preservação ambiental por parte da população do bairro e dos Órgãos Públicos, mecanismos apresentados para utilização do uso adequado do solo urbano do bairro, utilização de técnicas de recuperação das áreas degradadas e propostas de urbanização e instalação dos serviços básicos necessários para uma ocupação ordenada apresentada pelos Órgãos Públicos.

Além desses registros preliminares, segue uma exposição sobre a entrevista com suas características estruturais e respectivas finalidades e as abordagens da pesquisa documental onde se pode analisar documentos que referenciam o processo inicial de formação e de negociação entre a prefeitura municipal e o proprietário da área, realidade da ocupação desordenada do solo urbano do bairro Pantanal em Bacabal, impactos ambientais, medidas compensatórias, propostas de melhorias para o uso adequado, recuperação das áreas degradadas, urbanização e instalação dos serviços básicos necessários para uma ocupação ordenada

Há um especial destaque para o material de informação coletado, bem como para o tratamento, que lhe foi dado, com o objetivo de extrair respostas às questões levantadas para a investigação. Destacam-se também os índices numéricos, que a pesquisa desejava aperfeiçoadas no estudo das entrevistas e na discussão dos resultados.

Dessa forma, o capítulo vai apresentando os contornos do perfil dos moradores investigados no sentido de que se pudesse, a partir da pesquisa e dos seus resultados, conhecer analisar os impactos ambientais gerados pelo uso e

ocupação desordenada do solo urbano no bairro Pantanal em Bacabal – Maranhão identificar e descrever os principais impactos ambientais, determinar o grau de importância dos impactos ambientais, delinear medidas compensatórias para os impactos identificados e orientar a formulação de medidas compensatórias controle e preservação ambiental, propostas de melhorias para o uso adequado, recuperação das áreas degradadas, urbanização e instalação dos serviços básicos necessários para uma ocupação ordenada.

Para a realização das entrevistas, foram empreendidas visitas ao bairro e aos moradores selecionados para o trabalho investigativo.

Nesses primeiros contatos percebeu-se o interesse dos selecionados na amostragem em contribuir com informações sobre o processo de ocupação, os conflitos que resultaram dessa ocupação, os interesses existentes na ocupação, a falta de interesse dos órgãos pelo planejamento urbano da área, os riscos e ameaças às áreas de proteção ambiental do entorno, o prolongamento das ocupações em direção a áreas como Lago da Cigana, Rio Mearim e Rio Ipixuna, dentre outras informações que se encontram reveladas nas respostas da entrevista realizada.

Entre os moradores investigados manifestou-se a vontade e o interesse em conhecer de forma mais detalhada o estudo que se realiza e seus resultados. Demonstraram a necessidade de um tempo maior para as respostas no sentido de que questões passadas despercebidas nas respostas pudessem ser retratadas e discutidas entre eles e o investigador de forma que pudessem em oportunidades futuras, apresentar à comunidade do bairro, à sociedade bacabalense e aos órgãos públicos a realidade do bairro.

Os encontros com os investigados que participaram da pesquisa aconteceram em momentos nos quais se encontravam em suas casas e em outros momentos, em ambientes sociais do bairro como associação dos moradores, largo da igreja e área de lazer às margens do lago e dos rios próximos do bairro. Observou-se que dependendo do local onde as abordagens foram feitas, o teor das respostas e as reações de comportamento às abordagens se modificaram e revelaram moradores insatisfeitos, indiferentes, infelizes por outro lado, moradores felizes, envolvidos, comprometidos e preocupados com a situação do bairro.

Desta forma, puderam reservar algum tempo, para conversar sobre o assunto da pesquisa da qual estariam fazendo parte. As conversas permitiram que

se pudesse formar uma pré-concepção do que estaria se passando entre os moradores investigados em termos de ideias e posicionamentos relacionados às abordagens de investigação, notadamente àquelas diretamente relacionadas à ocupação desordenada, impactos ambientais e as medidas compensatórias.

Uma percepção que não demorou a surgir foi a respeito do sentimento manifestado pelos moradores com relação ao bairro que moram. Alguns se preocupam com a forma como as ocupações têm crescido em direção ao Lago e rios.

Outros acreditam que o bairro vai receber atenção dos órgãos públicos e receber os benefícios dos serviços de infraestrutura e assim melhorarem suas condições de vida. Manifestaram sentimento de revolta pela falta de serviços básicos e de segurança, aspecto que transformou a área em uma das mais perigosas da cidade com casos de violências, assassinatos, tráfico de drogas e assaltos.

Falas interessantes puderam ser ouvidas a partir da entrevista. Os moradores mais esperançosos de dias melhores acreditam na pavimentação das ruas do bairro, instalação de escolas, creches, unidades de saúde, posto policial.

Por outro lado, descobriu-se com a pesquisa, um grupo de moradores ansiosos por se mudarem do bairro, por venderem suas casas, por tentarem mudar de vida e outros inclusive pensando em retornar para a zona rural, voltar a trabalhar com a terra, atribuindo o desemprego, os riscos de morar no bairro e a falta de oportunidades de crescimento.

Um terceiro grupo revelou-se entre os moradores, aqueles mais antigos que já passaram por situações difíceis desde a época da ocupação inicial mas que hoje veem os seus filhos e netos trabalhando, estudando, cursando universidade e trazendo ideias novas de mudanças para o bairro, de novas perspectivas de melhorias, de lutas pelos direitos assegurados e de transformações no cenário social com redução do número de analfabetos, acesso de idosos às escolas regulares, programas sociais de inclusão de crianças que estão fora de sala de aula, recuperação de viciados em drogas, etc. Enfim, novas formas de enxergar o bairro que moram a partir de ideias surgidas de trabalhos como esse que se realiza com este estudo investigativo.

Os resultados obtidos com a pesquisa partem das questões de investigação que constituíram a entrevista semi-estruturada e que possibilitaram as discussões que se seguem.

4.1 A Pesquisa: resultados e discussão

A primeira abordagem da pesquisa buscou conhecer o **perfil sociodemográfico dos moradores** investigados.

Nesta etapa as questões de investigação ordenaram-se a partir do que se apresenta a seguir:

A questão que tratou de conhecer sobre o sexo dos participantes da pesquisa revelou que dos investigados, 24 (80%) são do sexo masculino e 6 (20%) do sexo feminino (tabela 6).

Esse dado remete a uma informação de um dos moradores investigados: a de que no bairro a maioria da população pertence ao sexo masculino mantendo uma tendência desde o período inicial de ocupação da área do bairro Pantanal quando a maioria das pessoas provenientes da zona rural e trabalhadores do campo eram homens que trabalhavam na lavoura, pecuária ou na agricultura.

No entanto há de se considerar que a realidade que envolve o município com relação ao sexo da população, os dados se contrapõem em maioria à tendência do bairro Pantanal.

Segundo dados da Secretaria de Assistência Social do Município (2018) a maioria da população do bairro constituiu-se por pessoas do sexo masculino enquanto que na totalidade do município a maioria é constituída por pessoas do sexo feminino.

Basta que se faça uma retrospectiva para que se chegue às informações que revelam que de acordo com o censo de 2000, a população se compunha de 91.823 pessoas habitantes, sendo 44.052 homens e 47.771 mulheres. Deste total de habitantes, 71.408 residem na zona urbana e 20.415 na zona rural.

No censo de 2010 a população masculina representava 47.757, enquanto a população feminina era de 52.257 hab.

Em 2015 de acordo com dados do IBGE (2016) a população feminina de Bacabal era de 53.703 hab. e a população masculina era de 48.953 hab., perfazendo um total de 102.656 habitantes naquele ano.

Tabela 6: Perfil sociodemográfico dos moradores entrevistados - sexo

Sexo			
Masculino		Feminino	
N	%	N	%
24	80%	6	20%

Fonte: o autor (2019)

Na abordagem sobre a idade dos moradores investigados, os resultados apresentados revelaram que oito pessoas (26,66%) estão na faixa etária até 25 anos; dois moradores possuem entre 26 e 30 anos (6,67%); dois moradores com idade entre 31 a 35 anos (6,67%); quatro dos investigados com idade entre 36 e 40 anos (13,33%); dois moradores com faixa etária entre 36 a 40 anos (6,67%) e doze moradores possuem acima de quarenta anos (40%) (tabela 7).

Ressalta-se que a proposta inicial pela escolha desse público considerando-se a faixa etária se deu de forma que se aproveitando das respostas daqueles com menor faixa etária se identificasse as ansiedades, desejos, perspectivas de melhorias do bairro e das condições de vida da população daquela área advindas de um público mais jovem e que vivenciam a realidade do bairro a partir de novos olhares, com uma visão social, política e econômica mais crítica.

E também que se optou por eleger a faixa etária acima de 40 anos como sendo a de maior número de moradores para se conhecer problemáticas relacionadas com o período de ocupação e que ao logo dessas últimas décadas acompanharam as mudanças, evolução em algumas áreas, desenvolvimento de outras, mas também vivenciam o descaso do poder público com questões sociais e ambientais que tem resultado na devastação da área, degradação do solo, poluição ambiental, assoreamento dos rios e lagos, esgotamento das nascentes de água natural, dentre outras questões resultantes do uso e ocupação desordenada que ainda hoje é um retrato da periferia, fato que fez surgir no entorno do bairro uma nova área de ocupação.

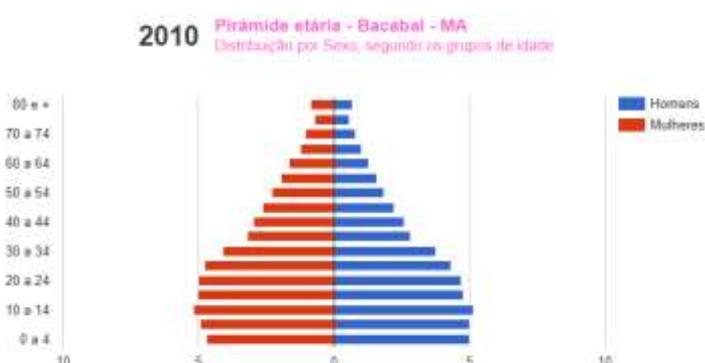
Tabela 7: Perfil sociodemográfico dos moradores entrevistados - idade

Idade		
Faixa etária	N	%
Até 25 anos	8	26,66%
Entre 26 e 30 anos	2	6,67%
Entre 31 a 35 anos	2	6,67%
Entre 36 a 40 anos	4	13,33%
Acima de 40 anos	12	40%

Fonte: o autor (2019)

Buscando-se estabelecer relações entre a categoria sexo e faixa etária dos moradores do bairro Pantanal, reportamo-nos aos dados do IPEA (2010) sobre o município de Bacabal (figura 40) para que se possa compreender de que forma se constitui a população atual da área considerando as projeções do município.

No entanto, atesta-se que não existe uma definição exata com relação ao número de habitantes do bairro Pantanal a única tentativa de levantamento e demarcação de área por bairro para que houvesse uma definição do espaço geográfico de cada um se deu em 2006 sem a obtenção de resultados satisfatórios que resultou no arquivamento dos trabalhos, dessa forma quando se tem como dados da Secretaria de Administração e da Secretaria de Obras do município de que a previsão da população do bairro Pantanal seja de algo em torno de 3.500 habitantes não se tem como comprovar tal previsibilidade. O que se pretende com as apresentações da tabela 8 é projetar uma ideia de como se encontra a população do bairro a partir da amostra da pesquisa em relação a sexo e faixa etária.

Figura 40: Pirâmide etária de Bacabal

Fonte: IPEA (2010)

Tabela 8: Perfil sociodemográfico dos moradores entrevistados – relação sexo/idade

Faixa etária	Sexo feminino (%)	Sexo masculino (%)
Até 25 anos	26,49%	21,22%
Entre 26 e 30 anos	8,33%	13,24%
Entre 31 a 35 anos	3,76%	11,76%
Entre 36 a 40 anos	2,86%	5,08%
Acima de 40 anos	0,44%	6,82%
TOTAL	42,88%	57,12%

Fonte: o autor (2019)

Adaptado: IPEA (2010)

Em continuidade ao estudo deu-se início a abordagem sobre o nível de escolaridade dos moradores escolhidos para participarem da pesquisa.

Os resultados que encontrados atestam que dentre os investigados cinco (16,66%) possuem ensino fundamental incompleto, cinco moradores possuem (16,66%) possuem ensino fundamental completo, seis dos investigados possuem ensino médio incompleto (20%), dez dos participantes possuem ensino médio completo (33,34%) e quatro moradores (13,34%).

Na perspectiva dos resultados que se encontrados buscou-se nos dados revelados pelo IPEA (2010), último levantamento realizado no município as proporções de crianças e jovens frequentando ou tendo completado determinados ciclos indica a situação da educação entre a população em idade escolar do estado e compõe o IDHM Educação. No município, a proporção de crianças de 5 a 6 anos na escola é de 93,72%, em 2010.

No mesmo ano, a proporção de crianças de 11 a 13 anos frequentando os anos finais do ensino fundamental é de 84,96%; a proporção de jovens de 15 a 17 anos com ensino fundamental completo é de 56,09%; e a proporção de jovens de 18 a 20 anos com ensino médio completo é de 35,13%.

Entre 1991 e 2010, essas proporções aumentaram, respectivamente, em 49,86 pontos percentuais, 61,72 pontos percentuais, 43,12 pontos percentuais e 28,50 pontos percentual.

Com esses dados se busca compreender os dados encontrados com o estudo.

Ainda segundo o IPEA, em 2010, 82,44% da população de 6 a 17 anos do município estavam cursando o ensino básico regular com até dois anos de defasagem idade-série. Em 2000 eram 65,43% e, em 1991, 62,18%. Dos jovens

adultos de 18 a 24 anos, 8,44% estavam cursando o ensino superior em 2010. Em 2000 eram 2,05% e, em 1991, 0,27% (IPEA, 2010).

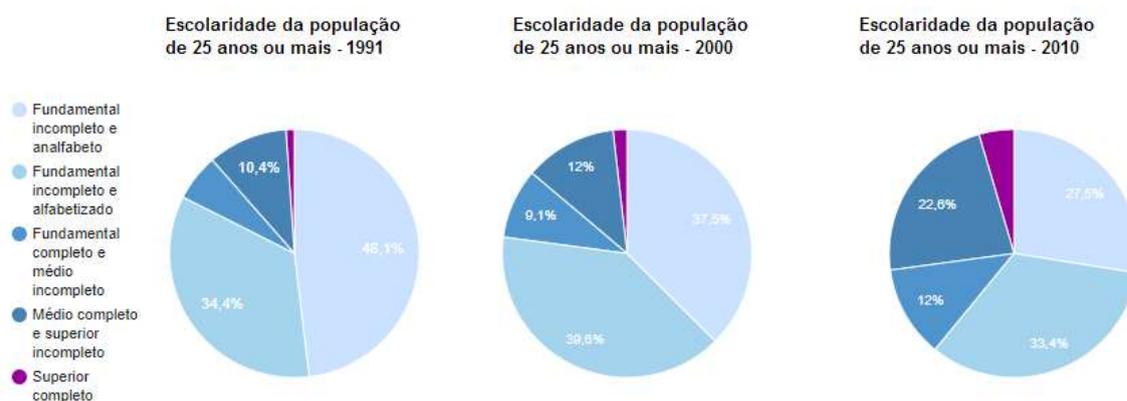
O indicador Expectativa de Anos de Estudo também sintetiza a frequência escolar da população em idade escolar. Mais precisamente, indica o número de anos de estudo que uma criança que inicia a vida escolar no ano de referência deverá completar ao atingir a idade de 18 anos. Entre 2000 e 2010, ela passou de 7,42 anos para 9,79 anos, no município, enquanto na UF passou de 6,87 anos para 9,26 anos. Em 1991, a expectativa de anos de estudo era de 7,19 anos, no município, e de 6,29 anos, na UF (IPEA, 2010).

Também compõe o IDHM Educação um indicador de escolaridade da população adulta, o percentual da população de 18 anos ou mais com o ensino fundamental completo. Esse indicador carrega uma grande inércia, em função do peso das gerações mais antigas, de menor escolaridade (IPEA, 2010).

Entre 2000 e 2010, esse percentual passou de 27,39% para 45,39%, no município, e de 39,76% para 54,92%, na UF. Em 1991, os percentuais eram de 20,08% no município, e 30,09%, na UF. Em 2010, considerando-se a população municipal de 25 anos ou mais de idade, 27,51% eram analfabetos, 39,10% tinham o ensino fundamental completo, 27,14% possuíam o ensino médio completo e 4,54%, o superior completo (IPEA, 2010).

No Brasil, esses percentuais são, respectivamente, 11,82%, 50,75%, 35,83% e 11,27% (IPEA, 2010).

Figura 41: Relação fluxo escolar por faixa etária no município de Bacabal e os dados revelados na pesquisa



Fonte: IPEA (2010)

A questão seguinte da investigação tratou de obter informações sobre a renda familiar dos moradores participantes.

Os resultados revelam as condições de vida da população investigada, projetando-se à totalidade dos moradores ativos onde os que possuem ocupação encontram-se inseridos no comércio local.

Há de se destacar que uma parcela significativa dos moradores vive do trabalho informal, de atividades na lavoura e alguns sobrevivem com os benefícios dos programas sociais do Governo Federal.

A partir da pesquisa encontrou-se que vinte e quatro moradores recebem até 1 salário mínimo (80%), cinco moradores (16,66%) recebem de 1 a 2 salários mínimos e 1 morador investigado recebe de 2 a 3 salários mínimos (3,34%).

Essa realidade reflete as condições dos moradores, alguns vivendo em estado de pobreza considerando que o número de moradores em média por residência chega até a seis moradores que dependem de 1 salário mínimo recebido por quem trabalha na residência. Ressalta-se também que na maioria das casas somente 1 pessoa trabalha.

Em nível de município, os dados revelados pelo IPEA (2010) apresentam dados que colocam outros bairros em nível de pobreza maior do que a dos moradores do bairro Pantanal onde esses moradores sobrevivem com rendas que variam entre R\$ 150,00 a R\$ 300,00 originários dos programas sociais do Governo Federal como a Bolsa Família e auxílio da Bolsa Escola que acaba por se incorporar à renda familiar.

De acordo com o IPEA (2010), a renda per capita média de Bacabal cresceu 141,21% nas últimas duas décadas, passando de R\$ 155,70, em 1991, para R\$ 201,74, em 2000, e para R\$ 375,57, em 2010. Isso equivale a uma taxa média anual de crescimento nesse período de 4,74%. A taxa média anual de crescimento foi de 2,92%, entre 1991 e 2000, e 6,41%, entre 2000 e 2010.

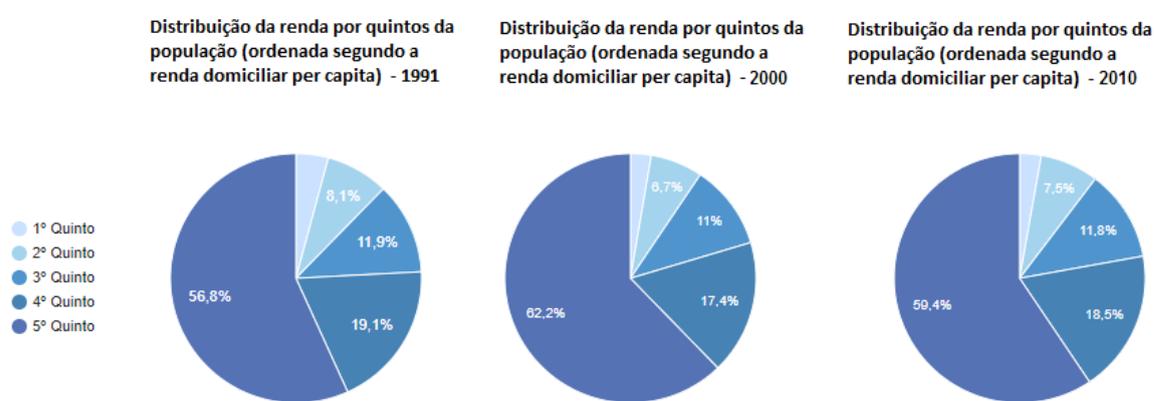
A proporção de pessoas pobres, ou seja, com renda domiciliar per capita inferior a R\$ 140,00 (a preços de agosto de 2010), passou de 68,39%, em 1991, para 61,22%, em 2000, e para 29,79%, em 2010. A evolução da desigualdade de renda nesses dois períodos pode ser descrita através do Índice de Gini⁷, que passou de 0,51, em 1991, para 0,58, em 2000, e para 0,55, em 2010.

⁷Instrumento usado para medir o grau de concentração de renda. Ele aponta a diferença entre os rendimentos dos mais pobres e dos mais ricos. Numericamente, varia de 0 a 1, sendo que 0

Situações de moradores em estado de pobreza como a dos moradores do bairro Pantanal se encontra em estágio mais alarmante na Vila Almiro Paiva, Frei Solano, Setubal, bairro da Areia, Vila Coelho Dias, Vila das Almas, bairro Santos Dumont e Trizidela Velha.

Os dados que se encontram apresentados na figura 42 a seguir revelam o nível de renda, pobreza e desigualdades e a distribuição de renda do município.

Figura 42: Distribuição de renda do município



Fonte: IPEA (2010)

Na abordagem sobre o número de moradores por casa os dados encontrados demonstram que somente 1 dos participantes (3,33) declarou que mora com mais três pessoas.

Dos investigados, vinte e dois vivem na mesma casa com até outras seis pessoas (73,33%) e sete moradores convivem no mesmo ambiente com mais de seis pessoas (23,34%) (tabela 10). Observou-se durante o estudo que existe uma concentração muito grande de pessoas nas casas sem ter se considerado o tamanho da família com o tamanho do lote.

Ressalta-se que além do número de pessoas que vivem regularmente nas casas, rotineiramente costumam receber pessoas que vem do interior e permanecem na casa por dias, semanas e até meses, Isso aumenta o fluxo de pessoas e contribui com a divisão dos rendimentos recebidos pela única pessoa que trabalha.

representa a situação de total igualdade, ou seja, todos têm a mesma renda, e o valor 1 significa completa desigualdade de renda, ou seja, se uma só pessoa detém toda a renda do lugar

Tabela 9: Perfil sociodemográfico dos moradores – número de moradores por domicílio

Número de moradores	N	%
Até 3 moradores	1	3,33%
De 4 a 6 moradores	22	73,33%
Acima de 6 moradores	7	23,74%
TOTAL	30	100%

Fonte: o autor (2019)

Dando-se continuidade ao estudo a abordagem seguinte procurou saber dos moradores quantas pessoas trabalham na casa.

O quadro revelado é o espelho da realidade de dificuldades dos moradores do bairro.

Dos participantes da pesquisa, 26 (86,66%) responderam que somente uma pessoa trabalha e os outros quatro moradores (13,34%) responderam que duas pessoas trabalham na casa que moram (tabela 11).

Reafirma-se o que já foi citado anteriormente de que na maioria das casas dos bairros as pessoas exercem atividade informal ou sobrevivem dos programas sociais do Governo Federal.

A realidade do bairro difere da totalidade dos dados apresentados pelo IPEA (2010) sobre a categoria trabalho no município.

De acordo com o Instituto, entre 2000 e 2010, a taxa de atividade da população de 18 anos ou mais (ou seja, o percentual dessa população que era economicamente ativa) passou de 58,98% em 2000 para 61,39% em 2010.

Ao mesmo tempo, sua taxa de desocupação (ou seja, o percentual da população economicamente ativa que estava desocupada) passou de 13,36% em 2000 para 8,17% em 2010.

Tabela 10: Perfil sociodemográfico dos moradores – pessoas que trabalham no domicílio

Número de moradores	N	%
Somente 1 pessoa trabalha	26	86,66%
Entre 2 e 4 pessoas trabalham	4	13,34%
TOTAL	30	100%

Fonte: o autor (2019)

Na questão que tratou de saber a quanto tempo os moradores residem no bairro as respostas foram as de que vinte e três moradores moram no bairro a mais

de 10 anos (76,66%) e os outros sete moradores disseram que moram no bairro entre 6 e 10 anos (23,34%) (tabela 12).

Ressalta-se nessa abordagem que dentre os investigados que já moram no bairro a mais de 10 anos estão aqueles com na faixa etária entre 36 e 40 anos e acima de 40 anos da abordagem que tratou da idade dos moradores.

Tabela 11: Perfil sociodemográfico dos moradores – tempo que residem no bairro

Número de moradores	N	%
Até 1 ano	-	-
Entre 1 e 3 anos	-	-
Entre 3 e 6 anos	-	-
Entre 6 e 10 anos	7	23,33%
Acima de 10 anos	23	76,66%
TOTAL	30	100%

Fonte: o autor (2019)

A última abordagem do perfil sociodemográfico dos moradores foi sobre a condição de habitação.

Dos trinta investigados, vinte e um (70%) disseram ter domicílio próprio e nove responderam (30%) disseram que moram de aluguel. O estudo não contemplou valores de aluguel pago ao proprietário da casa (tabela 13).

Esse resultado atesta a propriedade dos imóveis originários do período da ocupação onde foram sendo repassados de pai para filho ou então são habitados ainda pelos moradores que participaram da ocupação da área.

Tabela 12: Perfil sociodemográfico dos moradores – condição do imóvel que moram

Situação do imóvel	N	%
Próprio	21	70%
Alugado	9	30%
TOTAL	30	100%

Fonte: o autor (2019)

Na segunda abordagem da pesquisa a entrevista buscou saber dos investigados **como se deu o processo inicial de ocupação da área do bairro Pantanal.**

No contexto das respostas apresentadas pelos moradores eleitos, o entendimento generalizado é o de que desde o início tudo se deu de forma desordenada, sem delimitação de espaços e de áreas de preservação.

Reportando-se a essa abordagem inicial há de se considerar de acordo com apresentações de Hufner e Oliveira (2017) que o crescimento urbano desordenado representa uma realidade comum à maioria dos municípios brasileiros, fato que foge ao controle das diversas instituições e órgãos de planejamento do uso e ocupação do solo urbano, gerando novos desafios à governança urbana local, incluindo a mitigação dos diversos problemas sociais, ambientais e econômicos que emergem das relações desencadeadas pela ausência de ações concretas no contexto das políticas sociais e intervenções estruturais.

Assim, elegeram-se algumas respostas com significância ao estudo que refletem a realidade atual do bairro e a historicidade de sua ocupação, considerando-se as consequências da ocupação desordenada em relação as deficiência de infraestrutura básica, condições sociais, qualidade de vida, violência, dentre outros aspectos que espelham um espaço cheio de conflitos e à margem dos interesses do poder público.

Um dos moradores ressaltou que: *“mora no bairro desde sua ocupação inicial na década de 1990 quando deixou o campo para vir morar na cidade e esse era um local que havia sido invadido e a prefeitura estava regularizando a situação para doar aos moradores. Era o sonho de um espaço próprio para construção de sua casa”*. O morador revelou também que *“os grupos iniciais foram formados por pessoas conhecidas que trabalhavam no campo, a maioria na mesma fazenda ou cultivavam na mesma área”*.

O entendimento desse morador é o reflexo do que expressaram praticamente todos os moradores de investigados. A ideia inicial era a ocupação e não importava qual seria a área e se havia um proprietário. As pessoas que estavam migrando do campo para a cidade foram estimuladas à ocupação em decorrência dos relatos de moradores que já haviam ocupado terrenos, demarcado áreas e construído casas.

Outro entrevistado, inclusive representante da associação de moradores do bairro, disse que no período da ocupação a área foi ocupada sem nenhuma marcação de tamanhos padrões. *“Fomos chegando e ocupando. Os terrenos eram*

do tamanho do número de pessoas da família que podiam ficar vigiando cada espaço ocupado”.

Chama atenção a apresentação de um dos moradores investigados ao relatar que *“ocupou duas áreas grandes que já eram de outra pessoa e que esse fato gerou o primeiro ato de violência no futuro bairro. Que a partir daquele momento os lotes eram de quem invadissem e vigiassem e de quem demonstrasse força e poder para combater outros invasores”.*

A resposta expressa por outro entrevistado expõe que *“a intenção era ocupar e como não havia demarcação da área os lotes foram sendo marcado de forma contínua, um após o outro sem a preocupação com o espaço público de acesso aos lotes, as ruas que iriam dar acesso a cada um dos lotes e das casas. Por isso que o bairro tem muitos becos e ruas estreitas. Ninguém queria ceder espaço do seu lado para a abertura de ruas e quando isso foi necessário as ruas se tornaram do jeito que são hoje: estreitas e algumas sem saída”.*

Um dos entrevistados disse que *“ainda era jovem quando veio da zona rural com os pais, mas lembra de que ainda trabalhavam na roça quando moradores que haviam saído do povoado e que vieram para a cidade retornaram e incentivaram outros a virem porque havia uma área desocupada que estava sendo invadida”.*

Foi citado ainda no projeto de pesquisa que um dos motivos da ocupação desordenada da área do bairro foram relatos de outros ocupantes. As pessoas deixaram a zona rural em decorrência da mudança do cenário que antes era agrícola e passou a ser de pecuária na tentativa de melhorarem suas condições de vida já que teriam uma área para morar e estavam na cidade.

A realidade não foi aquela que esperavam e até hoje um número considerável de moradores ainda vive na condição de invasor sem a posse da área e alguns sem a documentação de propriedade do imóvel ainda que na época tenha havido uma negociação de compra e venda da área entre o Senhor Martiniano Hilário e a Prefeitura de Bacabal.

Na abordagem de como os espaços foram sendo ocupados, as respostas dos entrevistados convergiram para uma mesma ideia de ocupação *“a ocupação se deu de forma desordenada”.*

O aporte teórico a essa abordagem encontra amparo na historicidade apresentada por Cavalcante e Cavalcante (2017) a partir do relato de que com o crescimento desordenado da urbanização nas cidades brasileiras a partir dos anos

50, a demanda nos espaços urbanos vem aumentando, sendo resultado da grande migração da população da zona rural para a zona urbana. Esse êxodo traz consigo grandes consequências, pois essa população é deslocada para um espaço sem infraestrutura e sem gestão urbana adequada para recebê-la, proporcionando uma má qualidade de vida das pessoas e aumento na desigualdade social.

Em continuidade à apresentação das respostas dos entrevistados, outros relataram que *“foram chegando e ocupando inclusive lotes que já estavam demarcados”*.

De acordo com alguns, *“não houve inicialmente demarcação de área padronizada. Foram chegando e invadindo, um, dois, três lotes e seguiam vigilantes para que outros não ocupassem”*.

Alguns que hoje são mais conscientes dos resultados da ocupação desordenada relataram que *“se na época da ocupação tivesse havido controle por parte da prefeitura muitos dos riachos não teriam desaparecido, os olhos d’água ainda estariam brotando e o Lago da Cigana não estaria poluído do jeito que se encontra hoje”*.

Outros atribuem a *“devastação da área ribeirinha ao rio Mearim já desde a época da ocupação inicial porque foram derrubadas muitas árvores para a construção dos barracos”*.

Acerca dos critérios utilizados para a ocupação da área a abordagem revelou entre os entrevistados que *“não houve critérios. A pessoa chegava e se instalava. Marcava a área com um piquete e tomava de conta. Bastava somente deixar alguém de plantão permanente para que outro não ocupasse aquele terreno que já estava marcado”*.

Outros moradores foram mais enfáticos. Alguns dos que participaram da pesquisa disseram que *“chegaram a ocupar mais de um lote e que depois ou deram para alguém da família ou venderam e que os lotes tinham em média 10X10 metros”*.

Alguns ressaltaram que *“durante a ocupação o proprietário da área tentou intervir, mas que era muita gente e que os lotes ocupados já estavam chegando próximo da casa da fazenda. Que foi aí que a prefeitura entrevistou com a compra pra poder organizar o que ainda restava”*.

Quando se abordou na entrevista sobre como cada morador participante da pesquisa descreve a ação do uso e ocupação desordenada do bairro Pantanal,

alguns lembraram fatos que até antes não haviam sido revelados. *“Na época houve uma correria tão grande para a ocupação, principalmente por pessoas que trabalhavam na fazenda ou moravam na zona rural próxima da área que aconteceram desentendimentos sérios que resultaram em tentativas de homicídio e de agressões muito fortes por parte dos funcionários da fazenda para proteger a área”.*

Um dos moradores disse *“ter visto um invasor ser levado da área por um dos funcionários da fazenda e que nunca mais foi visto na área”.*

Outros disseram que *“a invasão foi muito rápida, não deu tempo pra se escolher o lote e quem já estava com o seu demarcado, fazia de tudo para proteger, inclusive se fosse preciso matar, que teria matado”.*

Quando se perguntou sobre as consequências dessa ocupação desordenada, percebeu-se entre os moradores participantes que houve certo silêncio de reflexão. Alguns chegaram e dizer que *“se tivesse acontecido de outra forma talvez não vivessem nas condições que vivem e estivessem morando melhor”.*

Quatro respostas dessa abordagem chamam a atenção. Foram coincidentes ao expressarem que *“a principal consequência da forma como a área foi ocupada foi a queimada de vegetação e derrubada de árvore nativa para plantio de algumas mudas de feijão, arroz e criação de animais”.*

Outro morador diz que, *“quando ocupou a área, passava próximo a sua casa um riacho de onde retirava água pra beber e que o olho d’água era praticamente em seu quintal. Hoje o riacho secou e já não brota mais água no lugar. No lugar por onde passava o riacho, hoje os moradores colocam lixo”*

Um dos entrevistados chegou a relatar que *“no quintal de sua casa tinham pés de Bacaba e que elas se estendiam até o Lago da Cigana. Hoje o espaço é campo livre com terra batida onde os meninos jogam bola, sem ventilação e tudo muito quente”.*

Nessa abordagem da entrevista acredita-se ser relevante destacar que de acordo com Miller (2008), o crescimento populacional das grandes metrópoles, aliado à falta de uma política habitacional eficaz, provoca uma preocupante situação de uso e ocupação do solo em áreas naturalmente de riscos à habitação humana, que é agravado, sobretudo, pela constante retirada de mata ciliar, ameaçando a presença da população local em áreas de encostas sujeitas à erosão, assoreamento, enchentes e inundações. Desse modo, áreas urbanas que deveriam

estar protegidas em virtude de serem classificadas como áreas de proteção permanente são ocupadas. A ocupação desordenada é resultante da ocorrência de uma conjunção de diversos fatores como a falta de fiscalização por parte das autoridades públicas, que por negligência agem somente após a ocorrência de acidentes com perdas de vidas humanas.

Quando na entrevista perguntamos se cada um deles conseguiria identificar e descrever os impactos ambientais provocados com a ocupação desordenada do solo urbano do bairro, todos responderam que *“sim, até os moradores mais jovens”*.

A maioria destacou o *“assoreamento de córregos que existiam na área e que inicialmente serviram como fonte de abastecimento para beberem e utilizarem nos serviços da casa”*.

Outro fator que foi bastante destacado foi *“o desaparecimento das nascentes de água que brotavam no meio das palmeiras de Bacaba e de Juçara. O local vivia o tempo todo alagado. Hoje só se vê seca e poeira”*, segundo um dos moradores mais antigos que participou do estudo.

Alguns moradores disseram que *“quando foram construir suas casas retiraram barro e isso provocou a formação de muitos buracos. Isso provocou o desvio de alguns riachos que passavam no local e que hoje estão secos”*.

Um morador disse que um dos maiores responsáveis pela seca dos riachos e das nascentes foi *“a construção de poços artesanais que acabaram comprometendo os lençóis freáticos e o barro retirado do solo que saía dos poços que estavam sendo cavados era jogado ao ar livre, Com as chuvas esse barro escorria e ia direto para os riachos ou para as nascentes que simplesmente deixavam de brotar água”*.

Uma senhora moradora disse que *“o acesso para sua casa é difícil resultado da retirada descontrolada de barro e areia do solo que provocou crateras imensas que na chuva enchem e causam transtornos e riscos a quem passa e no período da seca ficam aqueles buracos enormes e fundos”*.

A mesma moradora disse ainda que *“no lugar aonde se acumula a água de chuva era o mesmo lugar por onde passava um riacho e que numa área mais baixa se formava um pequeno lago”*.

Outros efeitos foram citados como *“a utilização da área para produção de carvão artesanal com derrubada de madeiras ou utilização do coco babaçu ainda com a amêndoa, extração de árvores nativas de grande porte para construção dos*

barracos e venda da madeira para fábricas de carvão da região e utilização de espaços próximos aos córregos para criação de animais como porcos, bodes, bovinos e guarda dos jumentos e cavalos utilizados no transporte das carroças, fato que acabou por contaminar as águas de lagos de pequeno porte que existem na região”.

Ressalta-se que pela relevância das informações, esses eventos foram assinalados no estudo como referência para a apresentação das medidas compensatórias aos impactos ambientais.

A abordagem realizada remonta o pensamento expresso por Miller (2008) de que a ocupação desordenada é um fenômeno geográfico e social principalmente no Brasil, cujo nome é, de fato, muito auto-explicativo, pois ocorre quando os seres humanos ocupam uma determinada área ou certo lugar de maneira não planejada, de modo desorganizado. Ou seja, as pessoas passam a habitar um espaço físico sem uma prévia análise dos efeitos dessa ocupação sobre o referido espaço. Não são levadas em consideração, portanto, as consequências que tal ocupação pode causar tanto ao ambiente quanto, a médio ou a longo prazo, às próprias pessoas responsáveis pela ocupação desordenada.

Sobre a importância desses impactos ambientais para a área, de maneira geral todos praticamente ressaltaram *“alteração no ambiente natural com perdas de árvores nativas, desaparecimento de animais silvestres, desaparecimento dos riachos e de palmeiras como a Bacaba, assoreamento do que chamam de “laguinho”, desmatamento das áreas ribeiras ao rio Mearim e Lago da Cigana, assoreamento acelerado do Riacho Ipixuna que está quase desaparecendo, entre outros”.*

Acerca do desmatamento que se abateu sobre a área do bairro Pantanal e das áreas onde foram construídos os grandes empreendimentos imobiliários de Bacabal que chama-se atenção para o fato de que ocorreu destruição considerável da diversidade florística e conseqüentemente, do desaparecimento de alguns animais nativos da região. Tal fato se constata quando se observa áreas ainda cobertas por vegetação (seja conservada ou degradada) e compara-se com a área aonde estão localizados tais empreendimentos.

Nessa perspectiva, Cavalcante e Cavalcante (2009) consideram que a falta de planejamento para o crescimento populacional urbano faz com que, sem possuírem lugares adequados para se alocarem, as pessoas passem a ocupar

locais inapropriados, como morros, encostas, planícies fluviais (margens de córregos e rios) e periféricas, acarretando não só a ocupação desordenada do espaço urbano das cidades, como também dando início ao processo de “favelização”. A ocupação irregular às margens de rios, por exemplo, é uma das principais causas de assoreamento dos rios e, conseqüentemente, de inundações. É nesse ponto em que o problema se agiganta, uma vez que, não bastassem os problemas de ordem ambiental causados pela ocupação desordenada (poluição do ar, sonora e hídrica; destruição dos recursos naturais, etc.), surgem ainda questões como desintegração social, desemprego, perda de identidade cultural e de produtividade econômica, entre outros.

Sobre quais mecanismos foram criados como medidas compensatórias para os impactos ambientais os moradores mais antigos disseram que *“depois da atuação de alguns órgãos de preservação do meio ambiente como o IBAMA, instalação de instituições de ensino que passaram a visitar a área para realização de estudos, visitas de técnicos e de alunos, algumas propostas foram apresentadas aos moradores em reuniões realizadas na associação dos moradores, Igreja e na escola do bairro”*.

Destacaram que foram apresentadas propostas por parte da prefeitura, Secretaria de Obras, Secretaria de Meio Ambiente, órgãos de preservação ambiental e dentre essas propostas estão aquelas que no estudo se buscou aprimorar junto aos órgãos competentes e prefeitura municipal conforme tabela 15 onde se apresentam proposições para um projeto de reestruturação da área do Bairro Pantanal.

1. Elaboração de um estudo sobre planejamento urbano para a área;
2. Viabilização de projeto de padronização das construções para melhor visibilidade do bairro;
3. Utilização de recursos jurídicos para amparo e sustentação ao meio ambiente e preservação das áreas ainda sem ocupação;
4. Mecanismos de educação ambiental por parte dos órgãos competentes de forma a conscientizar a população da área sobre a importância de preservar o que ainda existe e tentar conter o avanço de novas ocupações desordenadas;
5. Buscar junto aos órgãos formas de replantar o que foi retirado em termos de replantio das árvores nativas que estão em extinção como o caso da palmeira Bacaba;

6. Remanejamento dos moradores com casas próximas aos riachos, rios e lagos;
7. Orientação sobre a retirada de areia e barro próximo das áreas ribeiras aos rios, riacho e lago assim como derrubada das árvores nativas;
8. Mecanismos de fiscalização e controle de derrubada de árvores e queimada da vegetação, dentre outros.

Sobre a existência de instrumentos de controle e preservação ambiental por parte da população do bairro e dos Órgãos Públicos, os moradores entrevistados disseram com unanimidade que *“não existem”*. Destacaram algumas iniciativas do Corpo de Bombeiros e do pessoal do IBAMA na *“orientação às queimadas, derrubadas de árvores”*.

Sobre orientações para utilização do uso adequado do solo urbano do bairro os entrevistados em sua maioria responderam que *“nunca lhes foi repassado nenhuma orientação”*.

Segundo alguns moradores, *“nos últimos dias o pessoal da prefeitura tem vindo aqui porque existe o projeto de pavimentação de asfalto nas ruas”*.

Mas *“sobre as áreas descampadas resultado da devastação e outras áreas resultantes de queimadas por causa de pequenas roças, nunca foi dada nenhuma orientação”*.

Sobre a existência ou utilização de técnicas de recuperação das áreas degradadas as respostas convergiram para um *“não”* generalizado.

E ao final da pesquisa a última abordagem procurou saber quais propostas de urbanização e instalação dos serviços básicos necessários para uma ocupação ordenada, foram apresentadas pelos Órgãos Públicos.

Os moradores participantes afirmaram que *“a associação dos moradores e a Igreja vêm tentando acordos com os órgãos públicos de forma a assegurar a instalação de serviços de infraestrutura básica como redes de esgoto, construção de poço artesanal, sistema de iluminação padronizada em toda a localidade, sistema de água encanada a todos os moradores, construção de escolas, creches, unidades de saúde e posto de segurança policial. Destacaram também a proposta de construção de casas padronizadas no local onde ainda existem casas de barro e cobertas de palha”*.

➤ **A pesquisa documental como fonte de investigação**

Em referência à pesquisa documental com análise de documentos e arquivos obtidos junto à Secretaria Municipal de Obras e Saneamento e Secretaria Municipal de Meio Ambiente que apresentasse a realidade da ocupação desordenada do solo urbano do bairro Pantanal em Bacabal e as propostas de melhorias para o uso adequado, recuperação das áreas degradadas, urbanização e instalação dos serviços básicos necessários para uma ocupação ordenada, foi possível observar grande concentração espacial, com construções que demonstram a baixa concentração de renda da população local.

Incorporado a essa situação, encontrou-se um espaço sem planejamento urbano, com vias irregulares, ruas sem asfalto, com esgoto a céu aberto.

Chamou atenção a irregularidade do serviço de fornecimento de energia com rede sem a infraestrutura adequada e precariedade no abastecimento de água.

Identificou-se que o processo inicial de ocupação se deu sem planejamento urbano com invasão de área por pessoas que vieram da zona rural à procura de um espaço para moradia na cidade.

Não houve zoneamento do espaço e as ocupações de deram em maiores e menores lotes de acordo com a disponibilidade dos ocupantes em vigiar os terrenos para evitar que outros moradores tomassem de conta.

Os critérios para ocupação foram estabelecidos pelos próprios primeiros moradores e se deu em forma de invasão desordenada fato que produziu um espaço com ruas estreitas, becos sem saída, extensão da rede elétrica por postes de madeira e sem os devido controle de segurança com ligações clandestinas, extensão irregular da rede de água da Vila São João e Santos Dumont bairros vizinhos já existentes.

Com o estudo identificou-se uma série de impactos ambientais causados provocados com a ocupação desordenada do solo, citando-se:

- Assoreamento de córregos existentes no entorno da área;
- Desaparecimento de nascente de água em função da construção de casas e ocupação dos lotes sobre a área onde existiam essas nascentes;
- Escavação de poços artesanais sem os devidos critérios de proteção aos lençóis freáticos;

- Retirada desordenada de barro e areia do solo provocando escavações profundas;
- Acúmulo de água de chuva, em alguns casos em áreas onde antes havia nascentes de água ou passavam os córregos de água doce;
- Utilização da área para produção de carvão artesanal com derrubada de madeiras ou utilização do coco babaçu ainda com a amêndoa;
- Extração de árvores nativas de grande porte para construção dos barracos e venda da madeira para fábricas de carvão da região;
- Utilização de espaços próximos aos córregos para criação de animais como porcos, bodes, bovinos e guarda dos jumentos e cavalos utilizados no transporte das carroças, fato que acabou por contaminar as águas de lagos de pequeno porte que existem na região.

Pelo exposto torna-se relevante destacar que o documento elaborado pela Secretaria Municipal de Obras e Saneamento e Secretaria Municipal de Meio Ambiente sobre o uso e ocupação do solo e zoneamento urbano e rural de Bacabal expõe que os projetos de uso e ocupação do solo urbano, que implicarem em riscos potenciais ou efetivos à fauna, à cobertura vegetal, à atmosfera, aos recursos hídricos e ao controle de drenagem local, sujeitar-se-ão a análise e licenciamento ambiental devendo ser exigido, ainda:

- I - Projeto de conservação e aproveitamento das águas;
- II - Projeto de controle de assoreamento dos cursos d'água;
- III - Apresentação de traçados, bem como a previsão da utilização de técnicas que contemplem a desaceleração do deflúvio e, por conseguinte, o processo erosivo;
- IV - Projetos construtivos de corte e/ou aterro, contemplando a reutilização da camada superficial de solo para fins nobres;
- V - Projeto de proteção do solo pelos proprietários de terrenos, quando suas condições físicas e topográficas os tornarem vulneráveis à erosão e comprometer a qualidade das águas superficiais;
- VI - Projeto específico da restauração de superfícies de terrenos degradados, contemplando a dinâmica do processo erosivo e as medidas para deter a erosão;
- VII - Projeto de contenção e infiltração de águas pluviais de acordo com diretrizes do Departamento de Gestão Ambiental e critérios técnicos da Secretaria Municipal de Obras e Urbanismo.

E mais uma vez algumas indagações são feitas no sentido de que se possa compreender o porquê da falta de efetivação do projeto, da fiscalização adequada e do controle no surgimento de novas ocupações.

No que diz respeito ao bairro Pantanal as medidas compensatórias apresentadas para os impactos ambientais identificados surgiram inicialmente por iniciativa de entidades de preservação ambiental e grupos de moradores que criaram a associação de moradores do bairro. Compreende-se nesse contexto segundo o que expressa Artigas (2011, p. 243) medidas compensatórias como “formas de buscar a proteção do meio ambiente ao permitir a internalização do uso do espaço e utilização dos recursos naturais”.

Vale ressaltar que o documento elaborado pela Secretaria Municipal de Obras e Saneamento atesta que o uso do solo na área urbana do Município de Bacabal deverá ter conformidade com a Lei Municipal de Parcelamento, Uso e Ocupação do Solo, com a dinâmica socioeconômica regional e local, no entanto o que ainda se constata é o surgimento de novas ocupações com a construção de barracos e casas sem o devido controle dessas ocupações, fato que com certeza irá produzir os mesmos desastres ambientais ocorridos em outras localidades da periferia de Bacabal.

Considerando-se que a área que abrange o bairro Pantanal hoje seja uma área onde os recursos naturais são escassos, as medidas compensatórias propostas surgem como meio de racionalizar a utilização dos recursos que restaram da área natural.

Aponta-se nesse sentido que segundo a Secretaria de Obras e Saneamento a utilização do solo, para quaisquer fins, far-se-á através da adoção de técnicas, processos e métodos que visem a sua conservação, recuperação e melhoria, observadas as características geofísicas, morfológicas, ambientais e sua função socioeconômica.

A partir daí teve início um projeto de reestruturação da área, com zoneamento do espaço e participação da Secretaria Municipal de Obras e Saneamento e Secretaria Municipal de Meio Ambiente levando em consideração os seguintes aspectos de acordo com o que se encontra apresentado na tabela 14. Assinala-se que a implementação do projeto não se estendeu a todas as áreas, no entanto, as propostas abrangem as seguintes medidas com foco aos impactos ambientais.

Tabela 13: Impactos ambientais e medidas compensatórias.

Impactos ambientais	Medidas compensatórias
Exposição do solo causada pela construção acelerada, derrubada de árvores, queimadas para plantio e replantio de culturas, etc.	<ol style="list-style-type: none"> 1) Planejamento urbano evitando com isso a construção desordenada em área próxima dos córregos e nascentes de água; 2) Controle de novas construções fora dos padrões estabelecidos para a área do bairro, evitando com isso o desmatamento das árvores nativas, o comprometimento das nascentes e o assoreamento dos córregos. 3) Aplicação de penalidades previstas na lei.
Diminuição de espécies vegetais provocada pela derrubada de árvores para construção de casas, utilização da madeira como matéria prima vendida à carvoarias da região, etc.	<ol style="list-style-type: none"> 1) Replantio de mudas nativas e introdução de novas espécies frutíferas; 2) Educação ambiental para desenvolvimento de culturas de preservação e orientação a construção de viveiros de árvores; 3) Remoção de casas e moradores de locais onde as espécies nativas ainda podem ser recuperadas, promovendo assim a recuperação das nascentes e córregos.
Alteração da paisagem e relevo	<ol style="list-style-type: none"> 1) Planejamento urbano de forma a impedir a construção irregular, extração de minerais (areia e barro) e vegetação para que não haja maiores interferências no terreno onde se ergueu o bairro; 2) Rigoriedade na fiscalização e controle de novas construções.
Diminuição da capacidade de absorção e de retenção de água pelo solo	<ol style="list-style-type: none"> 1) Preservação da mata nativa nas áreas de preservação; 2) Fiscalização criteriosa da extração de madeira e derrubada de árvores; 3) Plantio e replantio de árvores nativas da região e de novas espécies.
Arraste de partículas sólidas provocando assoreamento dos córregos e desaparecimento das nascentes	<ol style="list-style-type: none"> 1) Planejamento para a manutenção da cobertura vegetal nas áreas próximas aos córregos evitando o arraste de partículas sólidas; 2) Retirada dos locais de criação de animais próximos dos córregos e nascentes com o propósito de recuperação dos lagos e recuperação da atividade de pesca da região; 3) Construção de encostas em áreas de erosão com comprometimento aos córregos e nascentes; 4) Construção de canais de escoamento de águas pluviais no combate e controle à erosão.
Degradação do ambiente aquático	<ol style="list-style-type: none"> 1) Planejamento para a manutenção da cobertura vegetal nas áreas próximas aos córregos; 2) Construção de canais para escoamento de águas pluviais e deságue em locais apropriados que assegurem o abastecimento para uso no cultivo de espécies.

Fonte: Secretaria Municipal de Meio Ambiente – Bacabal/MA (2018)

Elaboração: o autor

4.2 Proposições para um projeto de reestruturação do Bairro Pantanal

A proposta de reestruturação da área do bairro Pantanal remete ao pensamento de que as transformações socioespaciais ocorridas ao longo dessas quatro últimas décadas são resultantes da forma como se deu a ocupação desordenada, da apropriação indevida de espaços de domínio público do município, da forma como foram utilizados os recursos naturais e principalmente, da omissão do poder público municipal e dos resultados dessa ocupação desordenada no âmbito social.

Essa análise nos leva a compreender como os sujeitos envolvidos, provenientes da zona rural em sua maioria e carentes de um espaço para fixar moradia, promoveram transformações significativas em uma área até então desabitada, em tão pouco tempo, devastada, degradada e impregnada de problemas sociais resultantes de um contingente populacional constituído em sua maioria por pessoas vivendo em extrema pobreza, fato que fez surgir um dos bairros mais perigosos e violentos da cidade, com alto índice da marginalização, tráfico de drogas, violência social, familiar e doméstica, assaltos e criminalidade. Não se está afirmando que esses fatos decorrem das condições dos ocupantes iniciais, mas da forma como foram visto e recebidos pelo poder público e sociedade. Para se ter noção da problemática social do bairro, a discriminação junto aos moradores da área é percebida visivelmente ao se apresentar algum fato ocorrido no bairro.

Talvez esse seja um dos maiores entraves à implantação de projetos que possam reverter as condições do bairro em todos os seus aspectos, promovendo o desenvolvimento da área e introduzindo uma nova filosofia de vida aos moradores assim como o lançar de novos olhares ao bairro.

A existência de um espaço periférico pobre como o do bairro Pantanal tão marcante na realidade de Bacabal evidencia todo um conjunto de desigualdades sociais, econômicas, política e cultural que revela a precariedade da comunidade e a ausência de programas mais eficazes na solução dos problemas sócio espacial e ambiental.

Assim, considerando-se as propostas iniciais apresentadas pela Secretaria Municipal de Obras e Saneamento e Secretaria Municipal de Meio Ambiente, lançou-se um novo olhar sobre algumas questões que poderiam resultar em medidas compensatórias aos impactos ambientais provocados pelo uso e ocupação

desordenada do solo urbano do bairro Pantanal, tomando-se como base a realidade que ainda se constata na área como espaços divididos entre moradores, depósitos de lixo, esgoto a céu aberto, erosões, devastação das matas ciliares, ocupação desordenada das áreas ribeirinhas entre outras, dentre as quais se apresentam a seguir na tabela 15.

Tabela 14: Propostas de medidas compensatórias aos impactos socioambientais no bairro Pantanal

Impactos ambientais	Medidas compensatórias
Exposição do solo causada pela construção acelerada, derrubada de árvores, queimadas para plantio e replantio de culturas, etc.	<ol style="list-style-type: none"> 1) Intervenção do poder público nas novas construções com acompanhamento das autoridades e órgãos competentes nas áreas do entorno do bairro. 2) Elaboração de projeto de padronização de novas moradias adaptadas às reais condições e necessidades dos moradores em detrimento da construção desordenada fora dos limites estabelecidos pelos órgãos de fiscalização e controle da área do entorno limítrofe com o município de São Luis Gonzaga; 3) Reestruturação do planejamento urbano elaborado em 2006 com vistas à adequação dos espaços existentes na área. 4) Controle mais rigoroso das derrubadas de árvores com o propósito de construção de casas de taipa, lenha para as olarias e caieiras para a produção de carvão artesanal. 5) Controle da derrubada de palmeiras de babaçu para produção de carvão com frutos que ainda poderiam ser extraído a amêndoa e assim gerar renda à população da área. 6) Restrições à construção de casas às margens ou próximas os rios e riachos da área que possam comprometer a qualidade da água ou em áreas próximas às nascentes ainda existentes. 7) Aprovação de um projeto de lei de ordenamento urbano para as áreas de periferia com aplicação de penalidades às ações que possam comprometer o meio ambiente e a qualidade de vida dos moradores.
Diminuição de espécies vegetais provocada pela derrubada de árvores para construção de casas, utilização da madeira como matéria prima vendida à carvoarias da região, etc.	<ol style="list-style-type: none"> 1) Introdução de culturas de replantio de mudas de plantas nativas e inserção de outros tipos que possam servir como subsistência à cultura da produção do carvão artesanal de uso domiciliar e outras finalidades através de atividades que envolvam a comunidade, escolas da região, secretarias e parceria entre o setor público e o privado.

	<ol style="list-style-type: none"> 2) Parceria Universidade e comunidade para utilização do espaço ainda preservado como área de estudo da flora e fauna pelos alunos dos cursos de ciências exatas e naturais. 3) Reorganização do espaço construído com a remoção de casas construídas em locais próximos às nascentes ou fonte de água potável. 4) Recuperação dos espaços com o plantio de mudas de árvores frutíferas.
Alteração da paisagem e relevo	<ol style="list-style-type: none"> 1) Estimular a promoção de ações educativas e projetos ambientais para recuperação de áreas devastadas pela extração irregular de madeira e de degradação ambiental para a retirada de barro para produção de tijolos e areia das margens e leito do rio Mearim para a construção civil. 2) Fiscalização rigorosa e extensiva na retirada de areia e barro; 3) Projeto de saneamento básico para evitar a jogada de esgotos em área de nascentes, riachos e rios. 4) Projeto sanitário com a construção de fossas sépticas em substituição às existentes que podem contaminar o lençol freático e conseqüentemente a água de poços artesanais e cacimbas existentes na área. 5) Planejamento urbano para melhoramento das ruas e becos.
Diminuição da capacidade de absorção e de retenção de água pelo solo	<ol style="list-style-type: none"> 1) Projeto de preservação ambiental com o plantio de mudas nativas da região e novas espécies. 2) Construção de um viveiro de mudas para replantio em áreas devastadas e em meio às áreas construídas. 3) Projeto educacional para preservação da flora e fauna com ações educativas de conscientização da importância do verde e dos animais silvestres. 4) Fiscalização criteriosa da extração de madeira e derrubada de árvores.
Arraste de partículas sólidas provocando assoreamento dos córregos e desaparecimento das nascentes	<ol style="list-style-type: none"> 1) Recuperação imediata das áreas devastadas e sob o efeito da erosão que tem provocado o assoreamento do riacho Ipixuna e do trecho do rio Mearim que passa próximo ao bairro. 2) Levantamento das áreas próximas aos córregos, riachos e rio que necessitam de recuperação da cobertura vegetal evitando o arraste de partículas sólidas. 3) Destinação correta e adequada de espaços para criação de animais domésticos e de utilidade (cavalos, burros, jumentos) retirando-os das áreas próximas aos córregos e nascentes com o propósito de evitar a contaminação das águas; 4) Recuperação dos lagos, riachos e rios com

	<p>incentivo à pesca de forma controlada.</p> <p>5) Projeto de recuperação de encostas do rio Mearim e das matas ciliares.</p> <p>6) Projeto de construção de canais de escoamento de águas pluviais no combate e controle à erosão.</p>
Degradação do ambiente aquático	<p>1) Mantidas as propostas de melhorias apresentadas pelos órgãos públicos de planejamento para a manutenção da cobertura vegetal nas áreas próximas aos córregos e construção de canais para escoamento de águas pluviais e deságue em locais apropriados que assegurem o abastecimento para uso no cultivo de espécies.</p>

Elaboração: o autor (2020)

5 CONCLUSÕES

Após a trajetória conceitual e analítica deste estudo, alguns fundamentos se apresentam como marco referencial para a constatação da relevância do trabalho de dissertação que se desenvolveu ao longo desses últimos meses de catalogação de referencial bibliográfico, coleta de informações e análise de dados do estudo investigativo, onde foram revelados os aspectos mais significativos a respeito do dinamismo espacial e da dinâmica do crescimento da cidade de Bacabal com foco à historicidade da urbanização onde se tomou como referência para o recorte temporal a década de 1930 até os dias atuais.

Aportou-se na realidade que envolveu o processo de uso e ocupação desordenada do Bairro Pantanal a partir do seu processo de ocupação inicial, um estudo de caso do crescimento urbano e periferização da cidade com ênfase ao surgimento dos bairros do entorno.

Descrito o percurso metodológico, lançou-se um olhar sobre os impactos socioambientais gerados pelo uso e ocupação desordenada do solo urbano no bairro Pantanal em Bacabal – Maranhão onde a partir de informações coletadas e dados registrados, pode-se vislumbrar proposições ao projeto de reestruturação e ordenamento do espaço urbano.

De fato, não diferentemente do que aconteceu no restante do país, o surgimento e a formação da periferia são efeitos resultantes de um intenso processo de urbanização e expansão da malha urbana associados aos processos de segregação socioespacial. É à realidade que envolve o crescimento urbano de Bacabal e periferização da cidade que reportamo-nos neste trabalho de dissertação de mestrado.

Quando se tomou como recorte temporal a década de 1930 para delinear a historicidade da urbanização da cidade, fundamentamo-nos no referencial bibliográfico de Spósito (2004) em “Geografia e Filosofia - Contribuição para o ensino do pensamento geográfico” quando afirma que as discussões sobre periferia começaram a ser observadas no Brasil a partir das décadas de 1950 a 1970, período em que o país sentiu um alavancar no processo de urbanização. Foi nesse momento que esse processo de periferização passou a não restringir somente às metrópoles, sendo observado também em cidades médias.

Bacabal naquela época vivia os tempos áureos do seu desenvolvimento econômico que possibilitou seu crescimento urbano acelerado e a periferização de suas áreas de entorno, donde referimo-nos à Vila São João, Juçaral, Chapadinha, Setúbal, Santos Dumont, Chapadinha, Vila das Almas e posteriormente, Almiro Paiva, Pedro Brito, Coelho Dias, Trizidela Nova, Mutirão, Vila da Paz, Graciete e Pantanal, objeto deste estudo, espaços de conflitos e de problemas de ordem social e econômica como geradores das taxas de violência, marginalização, criminalidade, tráfico, linhas que desenham o retrato da realidade da periferia urbana de Bacabal.

Nessa natureza, Lima et al. (2014) assinalam que para se discutir as periferias das cidades há de se considerar os fatores socioespaciais, considerando não só à mobilidade espacial, como também aos fatores sociais e econômicos que, do mesmo modo, podem ser vistos como distâncias, as distâncias entre as classes, entre realidades. Esses fatores caracterizam não só a periferia, como também a vida na periferia; ela própria tem um cotidiano que se difere das demais áreas, seja pelas suas lutas e conflitos internos, seja na forma como festejam, celebram a vida, como se organizam, reivindicam por seus direitos.

O bairro Pantanal reflete seus conflitos socioespaciais que evidenciam a forma como os processos espaciais fazem parte da dinâmica da cidade de Bacabal e alimentam a formação de áreas periféricas pobres. As disparidades em que o bairro vive refletem a forma como o mesmo foi constituído, tendo como base as contradições na relação estabelecida com a cidade e dentro do próprio bairro. Contradições que refletem o cenário histórico do processo inicial de ocupação desordenada, a interferência do poder público, da classe dominante interessada na área e do esforço da comunidade em transformar aquele espaço em um ambiente livre das contradições urbanas que até hoje evidenciam o que é o bairro Pantanal.

Com a realização do presente estudo pode-se constatar inicialmente que o uso e ocupação do solo urbano do Bairro Pantanal em Bacabal – Maranhão se deu de forma desordenada e em desacordo com o que a legislação relativa ao meio ambiente prevê.

O estudo demonstra um conjunto de impactos ambientais provocados por essa ocupação desordenada que vão desde a exposição do solo pela construção acelerada até a degradação do ambiente aquático, inserindo nesse contexto de degradações a diminuição de espécies vegetais, alteração da paisagem e do relevo da região, diminuição da capacidade de absorção e de retenção de água pelo solo e

arraste de partículas sólidas provocando assoreamento dos córregos e desaparecimento das nascentes.

Notadamente há que se destacar o papel imprescindível do governo municipal através dos órgãos responsáveis em planejar medidas compensatórias para o uso adequado do solo urbano da área, recuperação das áreas degradadas, urbanização e instalação dos serviços básicos necessários para uma ocupação ordenada.

Obviamente que esse trabalho é contínuo e que as medidas compensatórias deverão ser adequadas às atuais necessidades, considerando-se o surgimento de outros entraves ao ordenamento do uso adequado do solo urbano poderão fazer emergir novos impactos ambientais.

Destarte, considera-se a realização deste trabalho um contributo relevante para o estudo da localidade, dos problemas decorrentes da falta de planejamento na ocupação e acima de tudo, um demonstrativo da necessidade da elaboração de um plano de zoneamento urbano que funcione como instrumento norteador da ocupação urbana de forma a garantir a preservação do solo, do meio ambiente e assegurar melhorias na qualidade de vida da população daquela área.

REFERÊNCIAS

- ANDREOLI, C. V. et al. **A crise da água e os mananciais de abastecimento**. Sanepar; Finep, 2013.
- ALVES MARIANO, J. **Aspectos históricos e atuais do processo histórico de urbanização de Gurinhém**. Itabaiana: UEB, 2016.
- ARAÚJO, L. S. (Org.). **Relatório final do macrozoneamento ecológico econômico do Estado do Maranhão**. Campinas-SP: Embrapa Monitoramento por Satélite. São Luís - Ma: Embrapa Cocais, 2013.
- ARAÚJO, R. C. **Manual do Candidato de Geografia**. Brasília: FUNAG, 2007.
- BARBOSA. Z. M. O global e o regional: a experiência de desenvolvimento no Maranhão contemporâneo. **Revista brasileira de Desenvolvimento Regional**. Blumenau, 1 (1), p. 113-128, outono de 2013 | 113.
- BARBOSA, J. O. Representação dos fixos e fluxos no circuito superior e circuito inferior na economia brasileira. In: **Congresso Brasileiro de Geógrafos, 8., 2014**, Vitória. Anais... Vitória: AGB, 2014. Disponível em: <www.cbg2014.agb.org.br/resources/anais/1/1405610876_ARQUIVO_TrabalhocompletoCBG.pdf> Acesso em: 20 set. 2019.
- BORGES, M. B. **A seca de 1832 e a instalação da Colônia de Lima Campos**. São Luís: UFMA, 2014.
- BRITO, A. M. de. **Efeitos da ocupação desordenada do solo às margens do córrego neblina em Araguaína-TO**. Vitória: AGB, 2014.
- BURNETT, F. L. et al. **Planejamento e gestão de cidades no Maranhão: o executivo municipal e o controle do solo urbano**. São Luis: EDUEMA, 2016.
- _____. **Uso do solo e ocupação territorial na região metropolitana da grande São Luís: Dinâmica Econômica e realidade socioambiental dos municípios de São Luís e São José de Ribamar**. São Luís: Setagraf, 2012. 84p.
- CARVALHO. R. G. **Problemas de uso e ocupação do solo e degradação ambiental no núcleo urbano de Tibau-RN**. Natal: UERN, 2015.
- CASTELLS, M. **A questão urbana**. São Paulo: Paz e Terra, 1979.
- CAVALCANTE, M. B.; CAVALCANTE, M. B. Globalização e meio ambiente: dialética da relação entre sociedade moderna e natureza. **Revista Saber Acadêmico**. n. 7. p. 165. 2009
- COSTA, W. C. **Sob o signo da morte: o poder oligárquico de Vitorino a Sarney**. São Luis: Edefma, 2006.

COSTA, L. da. **Atlas do esporte no Brasil**. Rio de Janeiro: CONFEF, 2006. Disponível em: http://www.uvanet.br/mag/documentos/dissertacao_5d4fe5b85045359b630e91940edccbdf.pdf. Acesso em: 20 set. 2019.

DUARTE, K. A. **Serviço Social e Questão Agrária: Apontamentos acerca da Questão Social no Campo Brasileiro**. Temporalis, Brasília (DF), ano 15, n. 30, jul./dez. 2014.

DURKHEIM, É. **As regras do método sociológico**. Tradução de Paulo Neves. São Paulo: Martins Fontes, 1995. (Coleção Tópicos).

FERNANDES, D. P. **Pedreiras: fundamentos da sua história**. São Luis: Impress, 2018.

FERREIRA, M. M. G. **Do Alto Mearim ao Médio Mearim (MA): de espaço de conquista a lócus de fixação de migrantes nordestinos**. Niterói: UFF, 2015.

FIORILLO, C. A. P. **Curso de Direito ambiental brasileiro. 14. Ed. Rev., ampl. e atual**. São Paulo: Saraiva, 2013.

FONTOURA, L. N. J. Planejamento urbano-ambiental: o uso e ocupação do solo no Distrito Federal. **Revista Especialize On-line IPOG** - Goiânia - 5ª Edição nº 005 Vol.01/2013 – julho/2013.

GIL, A. **Metodologia do Ensino Superior**. São Paulo: Atlas, 2008.

GONÇALVES, M. S. R. **A grande seca de 1977-1879: uma análise sobre a imigração cearense no Maranhão**. São Luís: UFMA, 2011.

GROSTEIN, M. D. **Metrópole e expansão urbana: a persistência de processos “insustentáveis”**. São Paulo em Perspectiva, jan./mar. 2016, vol.25, no.1, p.13-19.

GUIMARÃES, C. M. de O. Entre o Progresso e a Incompletude da Modernidade. **Cadernos de Arquitetura e Urbanismo**. Belo Horizonte, v.14 - n.15. 2017.

HARVEY, D. **Teoria do Desenvolvimento Geográfico Desigual**. New York, Verso, 2006.

_____. **O Enigma do Capital: e as crises do capitalismo**. Tradução de João Alexandre Peschanski. São Paulo, SP: Boitempo, 2014.

HUFNER, J.G.P. OLIVEIRA, A.R.F. Crescimento urbano desordenado no município de ponta de pedras na Ilha do Marajó: Um estudo de caso do bairro do Carnapijó. **Revista InterEspaço**. Grajaú/MA v. 3, n. 8 p. 159-181 jan./abr. 2017.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE. **Enciclopédia dos municípios brasileiros**. Volume 3, Rio de Janeiro: IBGE, 1957. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=227295> Acesso em: 24 out. 2019.

_____. **XI Recenseamento Geral do Brasil 2000: sinopse preliminar do senso demográfico.** Rio de Janeiro, IBGE, 2001. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/biblioteca-catalogo.html?id=5210&view=detalhes>. Acesso em: 11 out. 2019.

_____. **Contagem da população 2007.** Rio de Janeiro: IBGE, 2007. <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/populacao/9065-contagem-da-populacao.html?edicao=10190&t=resultados>. Acesso em 25 set. 2019.

_____. **Grade estatística 2010.** Disponível em: <https://censo2010.ibge.gov.br/>. Acesso em 09/11/2019.

_____. **XII Recenseamento Geral do Brasil 2010: sinopse preliminar do senso demográfico: Maranhão.** Rio de Janeiro, IBGE, 2011. Disponível em: <<https://censo2010.ibge.gov.br/sinopse/index.php?uf=21&dados=1>>. Acesso em: 11 out. 2019.

_____. **População nos Censos Demográficos, segundo as Grandes Regiões, as Unidades da Federação e a situação do domicílio - 1960/2010.** Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/cidades>>. Acesso em 10/10/2019.

_____. **Estimativas de população 2016.** Disponível em: <https://ww2.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/estimativa2011/estimativa.shtm>. Acesso em 10/10/2019.

_____. **Estimativas de população 2016.** (2017). Disponível em: <https://ww2.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/estimativa2016/estimativa.shtm>. Acesso em 20/12/2018.

_____. **Estimativa populacional 2019.** 28 de agosto de 2019. <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/populacao/9103-estimativas-de-popul?>. Acesso em 2 set. 2019.

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) (2017). «**O recorte das Regiões Geográficas Imediatas e Intermediárias de 2017**» (PDF). Acesso em 25 de maio de 2020.

IPEA. **Atlas do desenvolvimento humano no Brasil (2010).** Disponível em: http://www.atlasbrasil.org.br/2013/pt/perfil_m/bacabal_ma. Acesso em> 17 sete. 2019.

KOWARIK, L. et al. **As lutas sociais e a cidade.** 2 ed. São Paulo: Paz e Terra, 2004.

LAKATOS, E. M; MARCONI, M. de A. **Fundamentos de metodologia científica.** 5. ed. São Paulo: Atlas, 2016.

LE GOFF, J. Memória. In: _____ **História e Memória.** 5. ed. Campinas, SP: UNICAMP, 2003, p. 419-476.

LEAL, A. T. M. **O encontro entre duas histórias: A obra Kolping e o Médio Mearim maranhense**. 60. f. Impresso por computador (fotocópia) Orientador: Profº Dr. Wheriston Silva Neris Monografia (Graduação) – Universidade Federal do Maranhão, Curso de Ciências Humanas, 2018.

LEFÉBVRE, H. **The Production of Space**. Trad. D. Nicholson-Smith Oxford: Basil Blackwell, 1991.

_____. **A vida cotidiana no mundo moderno**. São Paulo: Ed. Ática, 1980.

LIMA, F. D. S. de, et al. **O método dialético e sua utilização na compreensão da violência no espaço urbano brasileiro**. I Simpósio Mineiro de Geografia. Alfenas: UFAL, 2014.

MEDEIROS, A. **Coleção de Monografias Bacabal Maranhão**. Série B, n. 66, Rio de Janeiro: Serviço Gráfico do IBGE, 1966. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/biblioteca-catalogo/view=detalhes>. Acesso em: 17 ago. 2019.

MESQUITA, B. A. de. **O desenvolvimento desigual da agricultura: a dinâmica do agronegócio e da agricultura familiar**. São Luís, EDUFMA, 1998.

MILEN, A. F.; CARACRISTI, I. Sistemas atmosféricos produtores de tempo na cidade de Bacabal – MA. **XI Encontro de Pesquisa Pós-Graduação e Inovação**. 18 à 20 agosto de 2018. Sobral/CE.

MILLER JÚNIOR, G. T. **Ciência Ambiental**. Tradução: All Tasks. São Paulo: Cengage Learning, 2008

MOTA, S. **Urbanização e Meio Ambiente**. Rio de Janeiro: ABES, 1999. 352p.

NEVES, D. J. D; ALCÂNTARA, C. R; SOUZA, E. P. de. Estudo de Caso de um Distúrbio Ondulatório de Leste sobre o Estado do Rio Grande do Norte – Brasil. **Revista Brasileira de Meteorologia**, São Paulo, v. 31, n. 4, p. 355-364, out-dez, 2012. Disponível em: www.scielo.br/pdf/rbmet/v31n4/0102-7786-rbmet-31-04-0490. Acesso em: 09 abril. 2019.

OLIVEIRA, R. S. de. **Bacabal de Sempre**. Bacabal, MA: 19/02/2003. Disponível em 23/06/2014 <http://www.conasa.org.br>

OLIVEIRA, C. dos S. **Metodologia científica, planejamento e técnicas de pesquisa: uma visão holística do conhecimento humano**. São Paulo: LTR, 2010.

O'NEIL, M. M. & NATAL, M. C. Mobilidade Residencial: alguns comentários. **Revista Brasileira de Geografia**, RJ, v. 50, n.2, IBGE, 1998.

ONU – ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **ONU Habitat**. Disponível em: <https://nacoesunidas.org/onu-mais-de-70-da-populacao-mundial-vivera-em-cidades-ate-2050/>. Acesso em: 8 out. 2019.

PIOVESAN, A. M. **Da necessidade das escolas de saúde pública elaborarem métodos simplificados de investigação social**. S. Paulo. Tese de Doutorado - Faculdade de Saúde Pública da USP, 2015.

REINALDO, T. B. dos S. **História e memória de Bacabal: do século XIX ao século XX**. São Luis: Cia. Das Letras, 2009.

ROCHA, J. R. R. Microclima do Cerrado: características higrótérmicas em Jataí e Caçu (GO). 2015. 117f. **Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Federal de Goiás, 2014**. Disponível em: <https://posgeo.jatai.ufg.br/up/180/o/Dissert%C3%A7%C3%A3o_Final_Jos%C3%A9_Ricardo.pdf?1454599223>. Acesso em: 09 ago. 2019.

RODRIGUES, V. L. O crescimento de Bacabal e as relações campo cidade na região do Mearim. Recife, 1989. **Dissertação (Mestrado) - Departamento de Ciências Geográficas**. Universidade Federal de Pernambuco, 1989.

SANTOS, L. E. Neves dos. Estratégia do capital na produção do espaço urbano de São Luis. **Dissertação (Mestrado em desenvolvimento socioeconômico)**. São Luis: Ufma, 2013.

SANTOS, M. **Ensaio sobre a urbanização latino-americana**. São Paulo: HUCITEC, 1980.

_____. **A urbanização brasileira**. São Paulo: HUCITEC, 1994.

_____. **Por uma nova geografia: da crítica da geografia a uma geografia nova**. São Paulo: Ediesp, 2005.

_____. **Metrópole corporativa fragmentada: o Caso de São Paulo**. São Paulo: Nobel, 2011.

SILVA, M. F.; LIMA, L. F. T. de S. **História de nossa terra** [s.1: s.n], 2007, 125p.

SILVA, P. J. **Uso e ocupação do solo urbano: uma análise dos impactos ambientais nas áreas de dunas no bairro de Felipe Camarão/Natal-RN**. Natal: UFRN, 2015.

SOARES, M. R. **O desenvolvimento do espaço urbano em Bacabal**. São Luis: Ufma, 2018.

SOUZA, M. N. **Êxodo rural e Urbanização desordenada: deficiência ou ausência de política agrícola?** 2010. Disponível em: <http://permaculturabr.ning.com/profiles/blogs/exodo-rural-e-urbanizacao>. Acesso em: 22 out. 2018.

SOUSA, R. N. **Bacabal e sua história**. Dados gerais sobre Bacabal 2013. Disponível em: <https://monografias.ufma.br/jspui/bitstream/123456789/2976/1/MATEUS-SOARES.pdf>. Acesso em 21 agos. 2019.

SPÓSITO, E. S. **Geografia e Filosofia - Contribuição para o ensino do pensamento geográfico**. São Paulo: UNESP, 2004.

TROVÃO, J. R. **O processo de ocupação do território maranhense**. São Luís: IMESC, 2008. Disponível em:

[imesc.ma.gov.br › portal › Post › notícias](http://imesc.ma.gov.br/portal/Post/noticias)

. Acesso em: 24 set. 2019.

APÊNDICES

Apêndice I
O instrumento de pesquisa
Questionário aplicado aos moradores do Bairro Pantanal

1) Perfil sociodemográfico dos moradores

a) Sexo:

- Masculino
- (M) Feminino

b) Idade

- Até 25 anos
- Entre 26 e 30 anos
- Entre 31 e 35 anos
- Entre 36 a 40 anos
- Acima de 40 anos

c) Nível de escolaridade

- Ensino fundamental incompleto
- Ensino fundamental completo
- Ensino médio incompleto
- Ensino médio completo
- Ensino superior incompleto
- Ensino superior completo

d) Renda familiar

- Até 1 salário mínimo
- De 1 a 2 salários mínimos
- De 2 a 3 salários mínimos
- Acima de 3 salários mínimos

e) Número de moradores no domicílio

- Até 3 moradores
- De 4 a 6 moradores
- Acima de 6 moradores

f) Moradores que trabalham

- Somente 1 pessoa trabalha
- Entre 2 e 4 pessoas trabalham
- Mais de 4 pessoas trabalham

g) Tempo que reside no bairro

Até 1 ano

Entre 1 e 3 anos

Entre 3 e 6 anos

Entre 6 e 10 anos

Acima de 10 anos

h) Condição de habitação

Imóvel próprio

Imóvel alugado

Apêndice II
O instrumento de pesquisa
Entrevista aplicada aos moradores do Bairro Pantanal

1. Como se deu o processo inicial de ocupação da área do bairro Pantanal?
2. Como os espaços foram ocupados?
3. Quais os critérios utilizados para a ocupação da área?
4. Como você descreve a ação do uso e ocupação desordenada do bairro Pantanal?
5. Quais as consequências dessa ocupação desordenada?
6. Você consegue identificar e descrever os impactos ambientais provocados com a ocupação desordenada do solo urbano do bairro?
7. No seu entendimento qual a importância desses impactos ambientais para a área?
8. Quais mecanismos foram criados como medidas compensatórias para os impactos ambientais?
9. Existem instrumentos de controle e preservação ambiental por parte da população do bairro e dos Órgãos Públicos?
10. Quais mecanismos foram apresentados para utilização do uso adequado do solo urbano do bairro?
11. Existem e são utilizadas técnicas de recuperação das áreas degradadas?
12. Quais propostas de urbanização e instalação dos serviços básicos necessários para uma ocupação ordenada foram apresentadas pelos Órgãos Públicos?

ANEXOS

Anexo I

**Certidão de Inteiro Teor da área onde hoje se encontra localizado o bairro
Pantanal**



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
1º OFÍCIO EXTRAJUDICIAL DE BACABAL

Sonia Maria Bonfim Ericeira - Oficial Titular
Maria Ernildes dos Reis - Oficial Substituta

Avenida Barão do Rio Branco, 250-A, Centro, Bacabal/MA - CEP: 65.700-000. Telefone: (99) 4105-21
Email: cartorio1oficiobacabal@gmail.com



CERTIDÃO DE INTEIRO TEOR

Certifico e dou fé, a pedido verbal de parte interessada, que revendo neste ofício de imóveis, encontrei o seguinte teor: **Nº DE ORDEM: 2.424. fls 249, LIVRO 3-E DATA:** Bacabal, 17/10/61. **CIRCUNSCRIÇÃO:** Bacabal. **DENOMINAÇÃO OU RUA E NÚMERO:** Um terreno situado na 3ª zona à margem da estrada que vai para o lugar grajauzinho, neste município. **CARACTERÍSTICAS E CONFRONTAÇÕES:** Um terreno situado na 3ª zona subúrbio desta cidade, a margem da estrada que vai para o lugar grajauzinho com as seguintes dimensões limites e área: frente com (700) setecentos metros, limitando-se com a estrada que vai para o lugar grajauzinho, Lateral direita com (600) seiscentos metros, limitando-se com terreno ocupado pelos senhores Raimundo Andrade Cunha e dona Vanilda Ferreira da Silva, Lateral esquerda com (200) duzentos metros, limitando-se com terreno ocupado pelo Senhor José Aroldo Rodrigues Sousa, fundos, com (700) setecentos metros, limitando-se com terreno da Prefeitura perfazendo um perímetro de (2.200) dois mil e duzentos metros lineares. Está Conforme. Eu, Maria Luiza Pimentel de Pinho – Escrev. Jur. Escrevi. (as) José Lago - **NOME, DOMICÍLIO E PROFISSÃO DO ADQUIRENTE: MARTINIANO HILARIO DA SILVA**, brasileiro, casado, comerciante, residente e domiciliado, nesta cidade. **NOME, DOMICÍLIO E PROFISSÃO DO TRANSMITENTE:** Prefeitura Municipal desta cidade. **TÍTULO:** Carta de Aforamento. **FORMA DO TÍTULO, DATA DO SERVENTUÁRIO:** Termo de Aforamento registrado sob o nº 241, do livro 2, às fls 64 da Prefeitura Municipal de Bacabal, datado de 11 corrente mês e ano firmado por Telma Pinheiro de Sousa. Secretaria daquela repartição. **VALOR DO CONTRATO:** CR\$ 11.973,00 (onze mil novecentos e setenta e três cruzeiros) Valor da Averbação CR\$ 1.000.000,00 (um milhão de cruzeiros) valor total CR\$ 1.011.973,00 (hum milhão, onze mil novecentos e setenta e três cruzeiros). **CONDIÇÕES DO CONTRATO:** A pagar os foros anuais CR\$ 6.000,00 (seis mil cruzeiros). **AVERBAÇÃO:** Ilmo. Sr. Oficial do Registro de Imóveis de Bacabal **MARTINIANO HILARIO DA SILVA**, brasileiro, casado, comerciante, residente e domiciliado, nesta cidade, proprietário de um terreno registrado nesse cartório sob o nº 2.424, do livro nº 3-E, fls 249, requer a Vs que se digne averbar à margem do referido registro as seguintes benfeitorias no mesmo existentes: Um cercado de arame farpado, madeira de lei, com plantio de aipim para engorda de animais e plantação diversas de lavoura, na quantidade de 120(cento e vinte) linha , no valor de CR\$ 1.000.000,00(hum milhão de cruzeiros). N. termos. E. Deferimento Bacabal, 17 de outubro de 1961. (a) **MARTINIANO HILARIO DA SILVA**. (a firma estava definitivamente reconhecida pelo escrevente juramentado Joaquim Marques de Castro, deste Cartório. Despacho, como requer em 17/10/61. José Lago - Oficial do Registro. Está conforme. Eu, Maria Luiza, Maria Luiza Pimentel de Pinho – Escrev. Jur. Escrevi. Eu José Lago - Oficial do Registro, subscrevo e assino. Está conforme. O referido é verdade e dou fé. Matriculado sob o nº 3.956, fls 147, do livro 2-P de Registro Geral, em 15/04/86.

O referido é verdade e dou fé.



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
1º OFÍCIO EXTRAJUDICIAL DE BACABAL

Sonia Maria Bonfim Ericeira - Oficial Titular
Maria Ernildes dos Reis - Oficial Substituta

Avenida Barão do Rio Branco, 250-A, Centro, Bacabal/MA - CEP: 65.700-000. Telefone: (99) 3621-1966
Email: cartorio1oficiobacabal@gmail.com



CERTIDÃO DE INTEIRO TEOR

Bacabal, 12 de julho de 2019

MARIA ERNILDES DOS REIS
Tabeliã Substituta

